

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO

SAMUEL HENRIQUE SENRA CAMPOS SILVA

**O QUADRO “O BRASIL QUE EU QUERO”, DA REDE GLOBO:
Um estudo acerca do Brasil e do neoliberalismo**

Monografia

Mariana
2019

SAMUEL HENRIQUE SENRA CAMPOS SILVA

**O QUADRO “O BRASIL QUE EU QUERO”, DA REDE GLOBO:
Um estudo acerca do Brasil e do neoliberalismo**

Monografia apresentada ao curso Jornalismo da
Universidade Federal de Ouro Preto como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof. Hila Rodrigues

Mariana

2019

S237q

Silva, Samuel Henrique Senra Campos.

O quadro "O Brasil que eu quero", da Rede Globo [manuscrito]: um estudo acerca do Brasil e do neoliberalismo / Samuel Henrique Senra Campos Silva. - 2019.

84f.: il.: tabs.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Hila Rodrigues .

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Jornalismo - Teses. 2. Mídia (Publicidade) - Teses. 3. Neoliberalismo - Teses. 4. Rede Globo de Televisão - Teses. 5. O Brasil que eu quero (Programa de Televisão) - Teses. I. Rodrigues, Hila. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br CDU: 659.3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

SAMUEL HENRIQUE SENRA CAMPOS SILVA

O QUADRO “O BRASIL QUE EU QUERO”, DA REDE GLOBO:

Um estudo acerca do Brasil e do neoliberalismo

Membros da banca

PROFª DRª HILA BERNARDETE SILVA RODRIGUES (UFOP)
PROF. DR. CARLOS FERNANDO JÁUREGUI PINTO (UFOP)
PROF. DR. EVANDRO JOSÉ MEDEIROS LAIA (UFOP)

Versão final
Aprovado em 11 de dezembro de 2019

De acordo

HILA BERNARDETE SILVA RODRIGUES
Professor (a) Orientador (a)



Documento assinado eletronicamente por **Hila Bernardete Silva Rodrigues, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/12/2019, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0029484** e o código CRC **5AC8516E**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.204163/2019-75

SEI nº 0029484

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

À minha vó, Maria Ribeiro, e à minha mãe, Rosangela Senra.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha vó, Maria Ribeiro, e à minha mãe, Rosangela Senra, por possibilitarem esta conquista. Sem o apoio incondicional de vocês, isso não se tornaria real. Agradecer também e em memória de meu avô, José Senra, e de meu pai, Dimas Campos. O pouco que convivi com vocês na infância fez com que eu incorporasse valores que levarei por toda a minha vida. Agradecer à minha namorada e amada companheira, Ana Beatriz, pelo aprendizado mútuo da nossa convivência diária. Você é uma pessoa incondicionalmente especial para mim. Agradecer ao Hotel Central e aos grandes amigos que lá fiz e levarei pelo resto dos dias. Agradecer por terem me acolhido nesses anos todos de graduação, com histórias que guardarei nas minhas melhores memórias. Posso garantir que sob esse teto me senti seguro e literalmente em casa. Muito Obrigado. Agradecer aos amigos da TV Ufop pelo aprendizado, convivência e experiências incríveis por toda Ouro Preto, Mariana e região. Sem essa oportunidade, eu teria deixado de conhecer muito da cultura Ufopiana e da região dos Inconfidentes. Agradecer também à Ufop, pela estrutura e principalmente pelos professores maravilhosos, pensadores e entusiastas, cada quais em suas respectivas áreas. Devo muito do que me tornei, nesse tempo, ao contato com vocês. Eu aprendi demais, não só conteúdos técnicos, como também a pensar o mundo e tudo o que ocorre nele com outras perspectivas (humanas e democráticas). Agradecer em especial à professora e orientadora Hila Rodrigues, por sua serenidade capaz de me guiar na criação deste trabalho. Sua orientação foi impecável e cada um de seus conselhos me servirão como base para quaisquer outros trabalhos que eu, porventura, vier a realizar no futuro. Muito obrigado também aos professores Carlos Jáuregui e Evandro Medeiros pela consideração e riquíssimos *feedbacks* feitos na banca de apresentação desta pesquisa. Não nomearei uma lista de amigos a agradecer, Ufopianos e de Mariana, podendo cometer a injustiça de não mencionar alguns deles. Mas saibam que a camaradagem da amizade com vocês em todo esse tempo foi verdadeira e recíproca. E continuará sendo, vocês sabem disso. Por fim agradeço aos meus livros, aos autores e pensadores que contribuem para que nos tornemos pessoas melhores e que, assim, possamos contribuir para que a sociedade, de algum modo, também se torne um lugar melhor para se viver. Pois, como diria Roger Waters: “nós todos deixamos uma pequena marca no quadro da vida”.

“...e meu delírio é a experiência com coisas reais”

Antônio Carlos Belchior

RESUMO

O quadro “O Brasil que eu quero”, exibido pela Rede Globo no ano de 2018 em seus telejornais, é um dos temas centrais deste trabalho. Através do método de “*frame analysis*”, de Erving Goffman, foram analisadas as trocas simbólicas presentes nessa atração interativa da Globo, como os discursos dos telespectadores participantes do quadro e sua produção (performance dos apresentadores e estruturação do quadro interativo). Analisou-se também as características desse produto proposto pela emissora, em relação às suas especificidades (inovações) e suas similaridades quanto às inserções tradicionais do público nos telejornais. Para compreender melhor os anseios e desejos dos brasileiros nessa atração, que em grande parte se referia a um país com menos corrupção e um Estado mais eficiente, foi retomado um contexto histórico acerca da formação estrutural da sociedade brasileira, tratando da personalidade do brasileiro, supostamente possuidora de um senso de moralidade frouxa e inapta para a administração do patrimônio público nacional. Esta concepção, um tanto quanto imprecisa, segundo Jessé Souza, é comumente reproduzida nas esferas públicas e no consenso popular brasileiro. Pois ignora, por exemplo, que o processo marcante na estruturação da sociedade brasileira é, sobretudo, a escravidão, propiciadora de uma sociedade autoritária, patriarcal e desigual. Paralelamente a isso, foi realizado um estudo sobre a hipótese de uma narrativa predominantemente neoliberal nos noticiários econômicos brasileiros, e como, de certa forma, ela influenciaria a opinião popular do cidadão no dia a dia. A doutrina neoliberal apregoa justamente a substituição do Estado (tido no Brasil por ineficiente e corrupto) pela iniciativa privada e individual na condução das relações socioeconômicas do país. Porém, como se busca refletir neste estudo, acaba existindo com isso uma tendência à negação da política, dos valores democráticos e do Estado de Direito. Isso ocorre em decorrência de supostas soluções para os problemas estruturais da sociedade brasileira, incitando e potencializando uma competição extrema entre indivíduos, característica marcante na cultura neoliberal. Através deste estudo, chegou-se à conclusão que a inserção do telespectador nos telejornais, proposta pela Rede Globo através do quadro “O Brasil que eu quero”, apesar de conter inovações referentes à utilização de dispositivos como os *smartphones*, em outros aspectos se assemelha ainda às inserções tradicionais, geralmente com participações curtas e sem aprofundamento nos temas dos discursos. Além disso, constatou-se a influência narrativa de determinadas correntes de pensamentos, defensoras da ideia de que o brasileiro apresenta um caráter duvidoso para a administração do Estado nacional e que, por conta disso, é ineficiente, corroborando com o pensamento neoliberal, difundido pela grande mídia.

Palavras-chave: Jornalismo; mídia; neoliberalismo; Rede Globo; O Brasil que eu quero.

ABSTRACT

The TV attraction "O Brasil que eu quero", aired by Rede Globo in 2018 in its newscasts, is one of the central themes of this work. Through Erving Goffman's "frame analysis" method, the symbolic exchanges present in Globo's interactive attraction were analyzed, such as speeches by viewers participating in the TV attraction and its production (performance of the presenters and structure of the attraction). It was also analyzed the characteristics of this interactive product proposed by the broadcaster, regarding its specificities (innovations) and its similarities with the traditional insertions of the public in the news. To better understand the aspirations and desires of Brazilians in the attraction, which largely referred to a country with less corruption and a more efficient state, a historical context about the structural formation of Brazilian society was resumed, dealing with the personality of the Brazilian, supposedly possessing a loose and inept sense of morality to manage the national public patrimony. This conception, which is somewhat inaccurate, according to Jessé Souza, is commonly reproduced in public spheres and in the Brazilian popular consensus. For it is ignored, for example, that the striking process in structuring the Brazilian society is, above all, slavery, which provided an authoritarian, unequal and patriarchal society. In parallel to this, a study was conducted on the influence of neoliberalism on Brazilian economic news, and how this, in a way, influences the popular opinion of the citizen in everyday life. The neoliberal doctrine rightly proclaims the substitution of the State – considered in Brazil to be inefficient and corrupt – by private and individual initiative in the conduct of the country's socioeconomic relations. However, as shown in this study, there is a narrative tendency to the negation of politics, democratic values and the rule of law due to supposed solutions to the structural problems of Brazilian society, further enhanced by an incitement to extreme competition between individuals, which is a remarkable characteristic in neoliberal culture. Through this study, it was concluded that the insertion of the viewer in television news, proposed by Rede Globo through the framework "O Brasil que eu quero", despite containing innovations regarding the use of devices such as smartphones, in other aspects it still resembles the traditional insertions, which are generally short participations and without deepening the speeches. Moreover, there was a narrative influence of prevailing thought currents, which proclaim that the Brazilian has a doubtful character to lead the national state and, because of that, is inefficient, corroborating the neoliberal thought, so widespread by the mainstream media.

Keywords: Journalism; media; neoliberalism; Rede Globo; O Brasil que eu quero.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BBC – British Broadcasting Corporation

BC – Banco Central

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CBN – Centra Brasileira de Notícias

CIA – Central Intelligence Agency

EUA – Estados Unidos da América

GC – Gerador de Caracteres

GNT – Globosat News Television

GPS – Global Positioning System

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

HBO – Home Box Office

JN – Jornal Nacional

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

TV – Televisão

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

VH - Vinheta

VT – Video Tape

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. JORNAL NACIONAL, REDE GLOBO E JORNALISMO NO BRASIL: ARTIFÍCIOS PARA CONTAR A HISTÓRIA	12
2.1 – Raízes do JN: o Grupo Globo e a ditadura militar	16
2.2 – A cobertura jornalística e sua linha editorial	18
2.3 – Propriedade cruzada e concessões públicas: vícios na exploração da radiodifusão	19
2.4 – “O Brasil que eu quero” da Rede Globo	21
3. O BRASIL DO FUTURO E TODAS AS RAÍZES ENCOBERTAS	24
3.1 – O jogo de tabuleiro das elites: controlando as peças	28
3.2 – O discurso da classe média e a desigualdade social brasileira	30
3.3 – A relação da grande mídia com as elites	32
4. RAÍZES E RESSIGNIFICAÇÕES DO NEOLIBERALISMO	34
4.1 – Da ascensão norte-americana à idealização do “ <i>Consenso de Washington</i> ”	36
4.2 – Neoliberalismo e a cobertura econômica no Brasil	42
4.2.1 – A retórica da austeridade neoliberal	45
4.2.2 – As diferenças entre as privatizações no Brasil e no mundo	47
4.2.3 – O discurso “tecnicista” em favor do mercado financeiro	49
5. OS EFEITOS NO CIDADÃO: UMA SOCIEDADE TECNOLÓGICA E SUAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	53
5.1 – A pós-democracia neoliberal e a necessidade de uma conscientização da sociedade	58
6. O QUADRO “O BRASIL QUE EU QUERO”, DA REDE GLOBO	61
6.1 – “Uma perspectiva de análise”: do âncora aos participantes e telespectadores	64
6.2 – Definindo os padrões na atração “O Brasil que eu quero”	65
6.3 – Refletindo as tonalizações no quadro “O Brasil que eu quero”, da Rede Globo	72
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	81

1. INTRODUÇÃO

O quadro “O Brasil que eu quero”, da Rede Globo, solicitou que pessoas comuns compartilhassem opiniões sobre qual o país elas desejam para o futuro. Os recados foram registrados através de pequenos vídeos, gravados por elas mesmas e enviados ao programa para que fossem exibidos durante os telejornais da emissora. Em sua maioria foram utilizados dispositivos móveis como os *smartphones*.

O objetivo, aqui, é refletir sobre as trocas simbólicas existentes nessa atração interativa da Rede Globo, como suas inovações e as similaridades junto às inserções tradicionais da população nos telejornais. Além disso, este trabalho reflete como a opinião desses telespectadores participantes do quadro pode ser influenciada, em determinada medida, por correntes de pensamentos predominantes. A primeira delas é a concepção que o brasileiro tem de si mesmo e de sua personalidade perante o mundo. Uma noção sobre um suposto desvio de caráter genuíno capaz de fazê-lo crer não ser apropriado deixar nas mãos do Estado brasileiro (e de seus agentes corruptos) a administração de riquezas e patrimônios públicos. A outra corrente prevalectante é a do pensamento neoliberal, que apregoa que o Estado deve intervir minimamente nas esferas e relações socioeconômicas do país. Este estudo reflete, também, como o noticiário econômico brasileiro é supostamente marcado por esse viés neoliberal. Além do mais, elucida como ambas as concepções, em certo nível, convergem-se podendo influenciar a opinião popular.

“O Brasil que eu quero”, um quadro pensado para o telejornalismo, trata da experimentação de novas possibilidades para a inserção opinativa do público na construção dos telejornais. Debatê-lo no campo da comunicação e do Jornalismo é imprescindível, pois mesmo com suas especificidades, essa atração, exibida em 2018, carrega aspectos semelhantes às inserções tradicionais de populares no programa. Por isso, autores como Flávio Porcello, Iluska Coutinho, Juliana Gutmann, Vera França, entre outros pesquisadores da área são acionados para debater as trocas simbólicas existentes no telejornalismo, assim como os artifícios técnicos e narrativos utilizados para aproximar o público na constituição do telejornal. Além disso, a trajetória do Grupo Globo, idealizador do quadro “O Brasil que eu quero”, é conduzida pelas considerações do âncora e editor-chefe do Jornal Nacional (JN), William Bonner, sendo mediada também pela pesquisadora em Jornalismo Isabel Travancas.

São consultados autores como Jessé Souza, José Murilo de Carvalho e Marilena Chauí na análise sobre a formação da sociedade brasileira. Ancorados ainda por especialistas da sociologia e da psicologia como Norbert Elias e Sigmund Freud na estruturação do raciocínio

sobre como se fundamenta a personalidade dos indivíduos em uma sociedade. Jürgen Habermas explica, ainda, a formação da opinião pública no mundo.

No decorrer desta pesquisa, Pierre Dardot e Christian Laval auxiliam na contextualização do surgimento do neoliberalismo, enquanto Mauro Marques Müller e Paula Puliti abordam a transição ideológica da política e dos noticiários brasileiros para esse pensamento, além das características de sua cobertura. Noam Chomsky traz uma visão global sobre a doutrina. Para refletir as consequências dessa mentalidade neoliberal nos indivíduos e na sociedade, são acionados autores como Rubens Casara e Trent Hamann, assim como os teóricos Jacques Lacan e Theodor Adorno.

O método utilizado para a análise do quadro “O Brasil que eu quero”, no capítulo final, é o de *frames analysis*, do sociólogo das experiências sociais Erving Goffman. A técnica consiste em observar e estabelecer níveis e fronteiras de significações dos objetos e das experiências analisadas em si, com camadas (tonalizações) de significados e intencionalidades que se sobrepõem, num diálogo e/ou contraste. No caso do quadro “O Brasil que eu quero”, os elementos principais a serem observados são os próprios telespectadores, os telejornais (junto à sua equipe de profissionais) e os meios para a realização das interações entre público e programa.

Para facilitar a compreensão da totalidade deste trabalho, é válido adiantar de modo resumido o que virá em cada capítulo. Assim, o próximo capítulo se inicia, basicamente, com uma contextualização sobre o JN e o Grupo Globo. São abordadas as estratégias mais utilizadas pelo telejornalismo para aproximar o telespectador, possibilitando ao JN ser capaz de se manter no imaginário coletivo do brasileiro. Para isso, são aplicados artifícios como os de inserção de pessoas comuns para narrarem as notícias, além do emprego de metáforas e analogias por parte dos âncoras e especialistas a fim de simplificar o conteúdo veiculado. Assim, segundo William Bonner, contribui-se para uma melhor assimilação por parte do público de temas complexos e específicos, sempre em conformidade com as mudanças tecnológicas. Dessa forma, O JN busca ser um veículo de notícias que não só informa, mas que participa das mudanças sociais do país. É nesse contexto que em 2018, ano de eleição nacional, ocorreu a exibição do quadro “O Brasil que eu quero”.

O terceiro capítulo retorna às raízes do Brasil para tratar do equívoco sobre um suposto pensamento predominante, acerca de uma ideia de personalidade brasileira genuinamente corrupta e que busca vantagens pessoais acima dos interesses públicos. É refletido como o sistema de escravidão legalizada nas instituições nacionais até o final do século XIX é muitas vezes colocado de lado nos debates sociais, e como essa cultura escravista favoreceu a criação

de uma sociedade brasileira autoritária possuidora de uma consciência social e coletivista fragilizada. Ou seja, a naturalização da violência, como o castigo físico e psicológico impostos aos escravizados, colaboraram para o não desenvolvimento ideal de valores como o remorso, a empatia e a alteridade nos brasileiros. Além disso, reflete-se também como a estrutura socioeconômica patriarcal e colonialista no Brasil serviu de base para a divisão e distribuição de capitais (econômico, cultural e de relações sociais) na sociedade brasileira contemporânea. Assim, põe-se em elucidação como certos privilégios são perpetuados enquanto injustiças sociais ainda são cometidas. O capítulo finaliza demonstrando como e porque a grande mídia no país, nessa divisão de classes, atende aos interesses das elites seculares nacionais.

O quarto capítulo trata exclusivamente do neoliberalismo, passando por suas raízes (no liberalismo clássico), as transformações sociais oriundas da Revolução Industrial e os novos paradigmas a serem considerados. É abordada a ascensão norte-americana no pós-guerra e o processo de formulação do *Consenso de Washington*, seu receituário e experiências em países como o Chile, posteriormente incorporado por Inglaterra e Estados Unidos. Sobretudo se contextualiza a formação de uma classe de intelectuais latino-americanos nos EUA nos anos 1950 para a difusão do pensamento neoliberal no continente. Uma classe intelectual que, como é refletido nesse capítulo, contribuiu para o processo de inserção do neoliberalismo na política e nos noticiários econômicos brasileiros a partir da década de 1960. O capítulo trata também dessa suposta cobertura econômica neoliberal, em paralelo a uma análise sobre suas características. Como é o caso, por exemplo, de uma cobertura baseada nas “expectativas do mercado” e sua predileção por políticas de austeridade, desregulamentações e privatizações. É debatido, ainda, até que ponto esse receituário neoliberal é eficaz para o desenvolvimento econômico do país. O capítulo encerra abordando como a retórica tecnicista e complicada da cobertura jornalística neoliberal é capaz de confundir o telespectador, levando-o a defender reformas antipopulares como necessárias. Essa postura é amplificada sobretudo em um cenário político caracterizado por escândalos de corrupção. Ao propagar o Estado mínimo, a ideologia neoliberal se apresenta congruentemente como antídoto para o suposto caráter duvidoso do brasileiro em gerir o patrimônio nacional, representado nesse Estado assinalado como ineficiente.

O quinto e penúltimo capítulo aborda como a mentalidade neoliberal, em paralelo às transformações tecnológicas, ressoa nos indivíduos e na cultura de uma sociedade. As pessoas chegam a crer que o Estado deve ser substituído pelo espontaneísmo da iniciativa privada e por empreendimentos individuais até mesmo na prestação de serviços básicos essenciais para a população, além dos investimentos para o desenvolvimento socioeconômico nacional. Valores

antes tidos como coletivos e sociais são substituídos por uma concepção individualista. Os esforços para o sucesso passam a estar concentrados unicamente nos indivíduos, mesmo que situações externas a ele, como problemas sociais estruturais e crises econômicas tenham papéis consideráveis na vida dessas pessoas. Esse capítulo aborda como os indivíduos podem estar sendo incitados à concorrência extrema entre si, alimentados por um anseio de supressão do Estado nas relações socioeconômicas, com a suposta ideia de plena liberdade individual. Entretanto, como é refletido no decorrer desse capítulo, essa concepção acaba reforçando relações desiguais entre grupos de poder econômico, representados pelas grandes corporações, e indivíduos juridicamente expostos e vulneráveis, principalmente nas relações de trabalho e em *lobbies* para aprovação de medidas impopulares. É elucidado ainda de qual forma a cultura neoliberal ocasiona numa mudança estrutural da mentalidade das pessoas, transformando o imaginário desses indivíduos através do esvaziamento de uma base simbólica necessária, como a dos valores humanos, sociais e democráticos. Isso é refletido em razão de que no pensamento neoliberal todos e tudo se tornam negociáveis, o que inclui direitos fundamentais individuais e sociais, reforçando nas pessoas imaginários capazes de conduzi-las a pensamentos desumanos, antidemocráticos e extremistas, que podem levar, inclusive, uma sociedade de volta à barbárie.

Como mencionado anteriormente, o último capítulo deste estudo é a análise metodológica do quadro “O Brasil que eu quero”, atração produzida para exibição nos telejornais da Rede Globo. Desse modo, é a partir da história do Grupo Globo e do Jornal Nacional (JN), seu principal veículo telejornalístico, que se dá o início deste trabalho.

2. Jornal Nacional, Rede Globo e Jornalismo no Brasil: artifícios para contar a história

O Jornalismo não só cumpre uma função de informar o cidadão, como carrega, além disso, um *ethos* profissional de “guardião dos interesses públicos”. Seu papel fiscalizador vai desde a realização de investigações de interesse geral até propriamente a consumação de denúncias de desvios de conduta por parte dos agentes públicos e/ou privados. O que, nas palavras expressadas por Venício de Lima (2006), implica na “responsabilidade moral de erradicar o mal e mostrar as enfermidades sociais”.

Com esse intuito e devido principalmente às transformações tecnológicas, a mídia se renova constantemente na maneira como se encarrega dessa sua missão de defensora e porta-voz da sociedade. No Brasil, por exemplo, o jornalismo da Rede Globo inovou na forma como expõe as mazelas sociais, oriundas de ineficiência governamental e de estruturas sociais desreguladas. No dia 4 de março de 2018, a emissora inaugurou o quadro interativo “O Brasil que eu quero”. Nessa atração, os telespectadores gravavam e enviavam pequenos vídeos com reivindicações e denúncias de interesse público para serem transmitidos diariamente em todos os principais telejornais da emissora. Para compreender as propriedades dessa atração, é imprescindível percorrer o telejornalismo de seu idealizador, a Rede Globo, partindo de seu principal veículo midiático que é o Jornal Nacional (JN).

O Jornal Nacional se destacou como o telejornal mais popular do país. E parte desse protagonismo se deu em função da influência que o Grupo Globo exerce até hoje na opinião pública brasileira. Esse *status* também foi alcançado em decorrência de um trabalho de adaptação constante em seu formato jornalístico, referente às transformações tecnológicas e em conformidade com as exigências de mercado. Além disso, esse processo de adequações só se tornou possível devido a um esforço empresarial e profissional em assegurar uma aproximação estreita com o público, somado de um empenho diário em fornecer a informação de maneira mais descomplicada e direta ao telespectador.

De acordo com o memorial *online* “Memória Globo”¹, o JN foi o primeiro programa gerado no Brasil e transmitido em cadeia nacional. O episódio de estreia foi ao ar com Hilton Gomes e Cid Moreira no dia 1º de setembro de 1969. Após inúmeras adaptações e mudanças, William Bonner assumiu a bancada do programa em 1996, atuando como editor-chefe a partir de 1999. Desde então, sua imagem virou uma espécie de símbolo do jornalismo na emissora, como também do imaginário jornalístico recente no Brasil. Por essa razão, a gestão de William

¹ “Memória Globo”. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com>.

Bonner à frente do JN vai conduzir a discussão proposta neste capítulo, ao tratar dos métodos mais usuais adotados no meio jornalístico para aproximar o telespectador, auxiliando na sua construção simbólica da realidade e na percepção dos fatos.

Bonner, em priori, contextualiza que o objetivo do JN é abordar o que de mais importante ocorreu ao longo do dia no Brasil e no mundo, de modo que o telespectador se sinta informado, compreendendo a notícia e a relevância que ela representa no seu cotidiano. Para isso, o âncora elucida que é necessário utilizar artifícios, tais como as analogias e metáforas, que auxiliam a simplificação e transformação de informações complexas e de difícil entendimento comum em situações práticas do dia a dia (BONNER, 2001). O apresentador explica que isso acontece quando se compara, por exemplo, balanços da economia e orçamentos do Governo Federal com o gerenciamento da renda familiar e doméstica. O desafio, segundo ele, é tentar fazer sempre com que os cidadãos compreendam os efeitos de fenômenos macroeconômicos em uma escala microeconômica, ou seja, na forma com que esses temas influenciam a vida das pessoas (BONNER, 2001).

Ainda sob esse aspecto, o âncora e editor-chefe do JN salienta a importância da utilização de personagens comuns que narram e também ilustram situações vivenciadas e veiculadas como notícias no programa. Por meio dessa humanização dos temas tratados no telejornal, muitos deles complexos, é possível criar um ambiente familiar ao telespectador, reproduzindo e fomentando um sentimento de aproximação e identificação com o que é tratado na notícia. Assim é criado um efeito de dramatização que, sobretudo, mexe com a emoção, a empatia e a indignação das pessoas, ao mesmo tempo em que é estabelecido um canal de entendimento entre o veículo jornalístico e seu público. Isso ocorre porque a televisão permite esse retorno ao espectador, respondendo também a uma certa necessidade de segurança (FRANÇA, 2009). Esse espectador se identifica, de alguma maneira, com o universo retratado no telejornal. Segundo Vera França (2009, p. 37), “sobretudo no âmbito dos telejornais, cresce o enfoque da realidade cotidiana, da vida de todos os dias, do entorno, das práticas comunitárias”. No entendimento de Iluska Coutinho (2009), está claro que, para Bonner, “o uso dos personagens para contar uma notícia (...) seria uma forma de traduzir temas de abordagem difícil não apenas em termos técnicos, mas em situações vividas por seres humanos, como o telespectador” (COUTINHO, 2009, p. 6).

Foi nessa busca pela aproximação com o público que William Bonner criou, em 2009, uma conta pessoal no *Twitter*. Em seus registros – que naquela ocasião se limitavam a 140 caracteres – Bonner “oferece receitas de brigadeiro; reclama da necessidade de fazer dieta e exercícios; propõe ‘interativas’ sobre temas variados, entre eles, a escolha da gravata a ser usada

na apresentação do JN, a ser feita por seus seguidores” (COUTINHO, 2010, p. 14). Não somente o telespectador, mas agora também os usuários das redes sociais puderam descobrir um Bonner bem-humorado, que gosta, inclusive, de *twittar*. Recorrendo à análise de Alex Primo (2009), Coutinho observa que os *tweets* do âncora do JN são “investimentos no produto Bonner”. De acordo com a autora, “a emissora busca construir caminhos para a aproximação do telespectador, assim como estabelecer com ele uma relação de maior cumplicidade e/ou incorporação” (COUTINHO, 2010, p. 13).

Outro artifício introduzido pelo JN, a partir do ano 2000, foi a integração de sua redação ao cenário do telejornal. A aplicação dessa representação estética (visual) em sua composição jornalística ilustra o trabalho realizado nos bastidores do programa, contribuindo para que seja estabelecida uma sensação de intimidade por parte do público com o telejornal, tanto quanto com a forma costumeira em que as notícias são concebidas. Bonner valoriza, ainda, a realização de chamadas ao vivo no programa. Como exemplo, ele cita a cobertura da guerra do Afeganistão, em que o conteúdo da informação prevaleceu sobre a forma do “Padrão Globo” de qualidade na produção e divulgação das notícias. Muitos dos correspondentes sequer eram repórteres da Globo. Algumas transmissões, ele conta, tinham um áudio péssimo, entretanto aquelas pessoas eram portadoras de um acontecimento, eram testemunhas que estavam no lugar certo, na hora certa. Com isso, a forma é sacrificada em prol do valor daquele conteúdo. Antigamente, com o “Padrão Globo”, optar por isso seria impossível (BONNER, 2001). Juliana Gutmann (2014) aborda os efeitos desse recurso técnico sobre os telespectadores. Esses “efeitos de instantaneidade” estão ligados ao “culto da velocidade, da imediatez, próprios do sentido social do tempo na contemporaneidade”. Para ela, “com esse manejo das possibilidades tecnológicas televisivas, é possível alçar o espectador para o tempo-espço do acontecimento de modo a construir relações simbólicas de atualidade e interesse público” (GUTMANN, 2014, p. 308).

Também é comum, por exemplo, aumentar e permitir a ambientação sonora externa ao estúdio, do lugar onde se encontra o repórter. Isso induz no telespectador a sensação de que o telejornal está presente para além das portas da emissora, onde são gravadas as chamadas noticiadas pelo âncora na bancada. “Além do efeito de simultaneidade e imediatez da enunciação, convoca-se sentido de vigilância e revelação como se, ao telejornal, fosse instituído o poder de estar em todos os lugares, ao mesmo tempo, naquele mesmo instante, atuando como aquele que tudo sabe e tudo vê” (GUTMANN, 2014, p. 308). Como observa a autora, é dessa forma que o telejornal se coloca num “lugar essencial para a atribuição de autenticidade e

legitimidade aos enunciados dos programas (...), acionando também um sentido de participação ao posicionar o espectador no lugar de testemunha dos fatos narrados” (idem, p. 308).

Para manter, na pessoa do telespectador, uma sensação de credibilidade em pertencer ao mundo revelado diariamente pelo programa, o JN entrelaça esses instantes de narrativas humanizadas, “por meio dessas histórias particulares em que o público entra em cena no discurso do Jornal Nacional” (COUTINHO, 2010, p. 7), com a opinião de especialistas, utilizada como argumento de autoridade para validar a narrativa popular. É frequente, também, que o complemento dessas narrativas se dê por meio da fala dos repórteres, que recorrem à divulgação de certos índices, pesquisas e dados estatísticos capazes de legitimar o conteúdo apresentado. “Apesar de mais numerosos, os depoimentos de populares são, em geral, curtos, e sua autoridade reside no relato de experiências vividas, a serem compartilhadas com o público, para além da telinha” (COUTINHO, 2010, p. 7).

Com a utilização de recursos narrativos e técnicos como esses, o JN construiu ao longo de sua história uma relação de cotidianidade com o público que o acompanha todas as noites na Rede Globo. Visando sua permanência constante no imaginário coletivo e no universo cultural do brasileiro, o JN é uma espécie de carro-chefe para o Grupo Globo, dividindo seu protagonismo à noite durante a semana apenas com as telenovelas e as transmissões de jogos de futebol. Para se ter uma ideia do prestígio do JN, a Rede Globo celebrou os 40 anos do programa “com a apresentação diária de pequenos VT’s, que apresentavam as afiliadas da emissora em todo o país (...); com direito a entrevista em estúdio com repórteres e cinegrafistas da emissora, e ainda com o lançamento do livro ‘Jornal Nacional: modo de fazer’, assinado por seu editor-chefe, William Bonner” (COUTINHO, 2010, p. 13). No prefácio do livro, Fátima Bernardes, ainda apresentadora do JN e esposa de Bonner, deixou registrado que “a convivência de tantos anos entre o público e o telejornal gera uma intimidade” (2009, p. 7).

Essa série de conteúdos extras produzidos pelo Grupo Globo, intrinsecamente vinculados à imagem do JN, evidencia e reforça a força do telejornal na grade da emissora. O programa é também uma das vitrines do Grupo Globo no exterior. Foi vencedor de inúmeros prêmios jornalísticos ao redor do mundo – todos eles decorrentes do reconhecimento da qualidade de suas reportagens especiais, como foi o caso da premiadíssima série sobre a fome, realizada pelo repórter Marcelo Canellas. Nas palavras do editor-chefe do JN, Canellas, com um texto “enxuto e cru, sem adjetivos”, teria produzido “uma reportagem cheia de emoção, exibida ou ‘servida’ na noite de aniversário do presidente Fernando Henrique Cardoso” (COUTINHO, 2009, p. 7). Bonner revela que, após a exibição da série de reportagens, a imprensa foi convocada para uma coletiva em que o governo anunciou medidas de amparo

social aos atingidos pela seca (BONNER, 2001). Na concepção dele, assim o JN faz com que o governo se movimente. Em seu livro, chega a afirmar que “fazer a República se mover de vez em quando” é bom. O âncora é incisivo em sua interpretação sobre o papel do telejornal: “(...) as pessoas têm que ficar indignadas com as coisas, e agir. É o Poder Público que tem que agir nesse caso? É. Então que aja o Poder Público. E as pessoas podem se mobilizar? Podem. Mas é preciso que o Poder Público tome providências” (BONNER, 2001). Para Bonner, quando o jornalismo movimenta o Poder Público, é sinal de que estão cumprindo seu papel como agentes jornalísticos (BONNER, 2001).

Sobre esse ponto, especificamente, percebe-se que a relação entre a esfera da opinião pública e do poder público, representadas por mídia e governo respectivamente, é constantemente tensionada em troca de apoio mútuo, englobando influência e poder político. Isso é significador, já que para Flávio Porcello (2009), nos primórdios do século XXI, a “(...) televisão e sua capacidade de penetração não só nas casas, mas principalmente na vida das pessoas, são fatos reais e indiscutíveis” (PORCELLO, 2009, p. 336). Ao abordar a ingerência política da televisão na vida do cidadão comum, o autor argumenta que “há uma troca de interesses e apoio entre a Mídia representada pela TV e o governo, qualquer governo, todos os governos, em síntese, a troca entre quem governa e quem o ajuda a governar através do apoio midiático” (PORCELLO, 2009, p. 336). Em conclusão, observa-se que, nesse sistema, “a moeda de troca que regula essa retribuição de favores é a concessão pública para a exploração dos serviços de radiodifusão no país” (PORCELLO, 2009, p. 336).

2.1 – Raízes do JN: o Grupo Globo e a ditadura militar

Responsável pela criação do Jornal Nacional, o Grupo Globo iniciou suas atividades midiáticas no Brasil ao fundar o jornal O Globo, em julho de 1925, pelo então jornalista carioca Irineu Marinho, que morreria menos de um ano depois. Logo em seguida, com a morte de seu subordinado direto e amigo pessoal, Eurycles de Mattos, em 1931, o filho de Irineu, Roberto Marinho, assume de fato o comando do jornal. Em 1944 foi inaugurada a Rádio Globo, mas somente duas décadas depois, no ano de 1965, um ano depois do golpe militar e após a concessão pública do canal 4 no Rio de Janeiro, é que nasce a TV Globo. “Os militares, com o golpe de 1964, conceberam a necessidade de um Significante padronizante. A TV foi a escolhida, mais especificamente, a Globo, que assumiu a orquestração cultural e ideológica, com uma missão de entregar e padronizar as pluralidades nos melhores tons dos interesses oficiais” (RAMOS, 2007, p. 9).

Já naquela ocasião, o Grupo nunca escondeu sua aprovação ao regime instaurado pelos militares. Isso pode muito bem ser observado no editorial assinado por Roberto Marinho publicado na primeira página do jornal O Globo, no ano de 1984, em comemoração às duas décadas do governo militar. No documento público², as Organizações Globo confirmavam a “revolução” militar de 1964 como um movimento político positivo, necessário e próspero. Contudo, em 2013, quase trinta anos após a publicação daquele editorial, o Grupo Globo novamente se manifestou, reiterando dessa vez o erro pelo apoio à ditadura, instaurada depois do golpe de 1964. De acordo com o novo editorial³ (2013), o consentimento da família Marinho ao regime militar estabeleceu-se como um “equivoco à luz da história”.

Bonner acredita, no entanto, que existe, ainda hoje, uma “imagem equivocada” da cobertura feita pela TV Globo ao final do regime ditatorial – em especial no que diz respeito à campanha pelas eleições diretas, as “Diretas Já”. Para ele, a emissora cobriu as mobilizações desde os primeiros instantes, ao contrário do que mostram os registros de que o primeiro comício das Diretas foi considerado, pela TV, um evento sobre o aniversário de São Paulo. Bonner argumenta que aquilo que se chama de “cabeça” da reportagem é que se referiu ao aniversário da cidade. Ele explica que o texto foi feito dessa maneira porque “havia uma pressão forte do governo militar para que não houvesse cobertura”, mas assegura que, “no entanto, cobriu-se (...). E cobriu depois daquilo, mas aí já estava configurada uma traição à expectativa popular e à expectativa dos formadores de opinião” (BONNER, apud TRAVANCAS, 2007, p. 134).

A fim de expor um contexto apropriado, é válido ressaltar que o processo de redemocratização com a campanha “Diretas Já”, em meados da década de 1980 e cujo protagonismo é atribuído aos brasileiros, em parte só se tornou possível em razão de interesses particulares de grupos econômicos de poder. “No governo Geisel, o II Plano Nacional de Desenvolvimento previa uma reestruturação profunda do setor industrial e planejamento de longo prazo, mas foi boicotado pela elite empresarial, avessa à presença estatal no comando do esforço” (SOUZA, 2018, p. 125). Diante disso, parte significativa da grande mídia que até anos anteriores, durante a ditadura, era timidamente contrária ao regime, iniciou a cobertura favorável ao processo de ruptura. Essa convivência da mídia com os interesses da elite

² “O Globo: Julgamento da Revolução”, Roberto Marinho. Editorial de 1984 na íntegra. Disponível em: <https://external-preview.redd.it/suphPKutPAnN2PW7R8v1-np4-LAZpqWQE-ZkgUoqw5A.jpg?auto=webp&s=68d6db40fffe01dc893efaa8f4c4f16a807568ca>.

³ “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. A consciência não é de hoje, vem de discussões internas de anos, em que as Organizações Globo concluíram, à luz da História, o apoio se constituiu um equivoco”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>.

econômica brasileira, contrária a uma forte presença do Estado no processo de industrialização do país, demonstra estar alinhada a diretrizes estrangeiras neoliberais.

No editorial de 2013, em que assumem o erro pelo apoio à ditadura, as Organizações Globo deixaram registrado que “a lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É história. O Globo de fato concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais como ‘O Estado de S. Paulo’, ‘Folha de S. Paulo’, ‘Jornal do Brasil’ e o ‘Correio da Manhã’, para citar apenas alguns”. Sobre essa ressignificação da história por parte do Grupo Globo é pertinente refletir o modo como foi fundamentado o telejornalismo pela emissora.

2.2 – A cobertura jornalística e sua linha editorial

Os proprietários de um órgão de imprensa e as pessoas envolvidas nele assumem pontos de vista parciais a serem retratados e defendidos, de acordo também com interesses políticos e econômicos em jogo. Para Beltrão (1976), “o jornalismo de televisão é, antes de tudo, o fornecimento de mosaicos recém-fabricados do acontecimento” (BELTRÃO, 1976, p. 38). Moretzsohn (2007), por sua vez, destaca os simulacros tão frequentemente presentes nos conteúdos midiáticos. Ele acentua ainda que “a contextualização está ali, alienada, reiterando o senso comum a partir das interpretações prontas (...). O jornalista estaria, então, diante do desafio de preservar sua capacidade de oferecer resistência à voracidade da máquina midiática” (MORETZSOHN, 2007, p. 248). Entretanto, vale reforçar que ele estará sujeito à linha editorial do jornal a que presta o serviço. Ou seja, esse jornalista se dividiria entre ter autonomia para fornecer seu próprio posicionamento crítico ao público, representando em algum grau o posicionamento e os valores da empresa jornalística que o contratou.

É nesse contexto que William Bonner “faz críticas à cobertura das primeiras eleições diretas após o regime militar, que considerou burocrática, mas anistia a emissora da acusação de ter, pela edição do debate de 1989, contribuído de maneira decisiva para a vitória de Fernando Collor de Mello” (COUTINHO, 2009, p. 10). Ele segue dizendo que o maior erro da emissora foi editar o debate, sugerindo com essa afirmação que talvez existam traços de sua própria subjetividade, independentemente do que prega a opinião corporativa da empresa, explica Coutinho (2009).

Nesse caminho, Porcello (2009) conclui que o olhar jornalístico é apenas um recorte de um todo, e que é impossível retratar a totalidade do espectro de um fato. Todavia, o jornalista tem por obrigação mostrar o ângulo mais próximo e exato do conjunto de informações reunidas

por ele em sua pesquisa de apuração, aproximando-se ao máximo da realidade (PORCELLO, 2009). Algo que, nas próprias palavras de Bonner, não se configurou na ocasião, a se tratar das edições dos debates entre Collor e Lula, exibidas no JN e Jornal Hoje durante a eleição presidencial em 1989. O âncora mensura que, já a partir de 2002, a solução teria sido realizar um debate com transparência, sem edição e estando proibida a exibição de trechos recortados nos telejornais da Globo (BONNER, 2001).

Essa ingerência midiática em acontecimentos de natureza política, seja pelo episódio de apoio à ditadura brasileira ou pelas edições do debate presidencial em 1989, tem explicação. Habermas (1962), como veremos no capítulo seguinte, elucida que a opinião pública, um dos espaços para se fazer jornalismo, nada mais é do que uma esfera que possibilita a reunião de pessoas, expressando-se em razão de interesses particulares num ambiente público. Sendo assim, esses interesses privados seguem atrelados, também, a fins políticos e econômicos, visando, sobretudo, a manutenção do poder de suas empresas. Em outras palavras, o editorial de um veículo midiático carrega traços das estratégias definidas por seus proprietários, em busca da sobrevivência tanto na opinião quanto junto aos poderes públicos.

2.3 – Propriedade cruzada e concessões públicas: vícios na exploração da radiodifusão

O sistema de concessão de canais para a exploração de radiodifusão no Brasil se configurou, desde a época do rádio (anos 1920), no modelo comercial norte-americano, tendência decorrente da ascensão dos EUA após a Primeira Guerra Mundial. Segundo o jornalista Paulo Henrique (2015), em sua obra “O quarto poder”, um dos fatores que estimularam a implementação desse sistema comercial nos Estados Unidos é que a radiodifusão norte-americana sempre esteve subordinada à primeira emenda, “ou seja, não poderia haver um controle – público ou estatal – que configurasse cerceamento à liberdade de expressão” (AMORIM, 2015, p. 21). Além disso, fatores políticos e econômicos no início da indústria do rádio nos EUA, no começo do século XX, como o auge da hegemonia dos Republicanos no poder, foram determinantes para que o controle da radiodifusão no país se transferisse da Marinha norte-americana para o Departamento de Comércio. Essa medida acabou de vez com qualquer chance de adesão dos Estados Unidos aos moldes de transmissão estatal ou público. Além dessa tendência norte-americana, outro fator que influenciou a escolha brasileira pelo modelo comercial foi que “o governo não tinha dinheiro suficiente para montar e operar um sistema público ou estatal de radiodifusão” (AMORIM, 2015, p. 18).

Devido a essas circunstâncias, fundamentou-se no Brasil, portanto, o modelo comercial

de radiodifusão. Isso em detrimento do modelo estatal ou do modelo de caráter público, este implementado em países como a Inglaterra, que perdia seu protagonismo mundial para os EUA na época. A título de curiosidade, o modelo estatal é completamente financiado pelo governo. Já no modelo público, como é o caso da rede inglesa BBC, são os telespectadores (assinantes) quem financiam a emissora através da compra do aparelho necessário para a transmissão, além do pagamento de taxas anuais. Todavia, são esses mesmos telespectadores que decidem, por meio de consultas e pesquisas, quais temas e conteúdos devem ser priorizados e produzidos pelo canal para sua exibição. No Brasil, de certo modo, criou-se uma dependência mais acentuada das empresas – privadas – patrocinadoras.

“As concessões outorgadas pelo Estado em nome da sociedade tornaram-se fonte de poder econômico, político e – mais tarde religioso, numa vertente que funde negócios, política e fé” (LALO LEAL, 2007, p. 10). Porcello (2009) chama a atenção para o fato de que, no ano de 2007, a Globo, assim como outras emissoras, negociou e renovou suas concessões, embora nenhum governo do país verifique o cumprimento da lei pelos concessionários. A rigor, ainda não se tem efetivada no Brasil a proibição de “propriedade cruzada” entre diferentes mídias (quando uma mesma organização detém plataformas diversas, tais como TV, rádio, jornais, revistas etc) – caso do Grupo Globo, detentor de canais como o G1, na internet, das rádios Globo e CBN, da revista *Época*, do jornal *O Globo* e dos canais na TV fechada, como Multishow e GNT, entre outros. Em razão disso, vale ressaltar que o monopólio da informação interfere na existência de uma pluralidade democrática de ideias e pontos de vista distintos quanto aos temas e assuntos que serão veiculados por essas mídias na opinião pública. A seleção e o fluxo acerca do que deve ser produzido e divulgado em seus veículos midiáticos, por parte de grupos privados concentradores de canais difusores da informação, indicam em determinado grau um poder considerável de influência sobre o modo e a percepção com a qual a população absorve os fatos. Já que o cidadão comum se orienta e compõe sua opinião se baseando muitas vezes no que é veiculado nos jornais e na mídia de modo geral.

Sobre as concessões, esse estreitamento das relações entre mídia e governo, atendendo a interesses de poder, explica, em parte, a emergência de uma linha editorial cada vez mais conservadora e próxima aos anseios dos que “mandam no país”: as elites e o mercado financeiro. O JN não escapou a essa moda. Leal (2006) observa que, a partir da década de 1990, foram diversas as emissoras de TV – e não apenas no Brasil, mas também no exterior – que aderiram à onda neoliberal, tendência presente também nos governos de alguns países. No entendimento do autor, o governo brasileiro, que no passado sempre tratou esse setor “com luvas de pelica, temerosos de irritar os concessionários e açular sua ira”, mudou sua postura

nos anos noventa, quando “praticamente abdicou de sua função reguladora”, deixando que o mercado reinasse como “senhor absoluto” (LEAL, 2006). Provavelmente essa mudança paradigmática explique o empenho diário do JN para assegurar apoio popular a medidas e reformas de caráter neoliberal – caso, por exemplo, da PEC do Teto de Gastos Públicos e da Reforma Trabalhista, apenas para citar duas delas. A hipótese observada neste trabalho é que isso decorre pela conformidade narrativa do telejornalismo da Globo e de outras emissoras com os interesses do mercado financeiro.

2.4 – “O Brasil que eu quero” da Rede Globo

É notório que a família Marinho e o Grupo Globo exercem influência expressiva na opinião pública brasileira. Assim, a trajetória virtuosa de quase cinco décadas do JN foi celebrada, de certo modo, em 2017, com a inauguração de seu novo estúdio. As inovações aconteceram em todas as frentes, mas principalmente no campo da tecnologia. Esse novo espaço conta com 1.370 metros quadrados, câmeras robóticas e ilustrações em três dimensões. No evento de inauguração da nova redação, o presidente do Grupo Globo, Roberto Irineu Marinho, fez questão de reafirmar pessoalmente em seu discurso⁴ a importância dessa conquista, evidenciando que o sucesso do novo estúdio do JN traduz o sucesso do Grupo Globo, e vice-versa:

Este investimento (...) significa reafirmar nossa paixão pelo jornalismo e o compromisso com nossos princípios editoriais. O Grupo Globo faz 92 anos este ano. A partir do meu avô, Irineu Marinho, fundador do jornal ‘O Globo’ em 1925, estamos na terceira geração a conduzir as nossas empresas (...). “Estamos totalmente comprometidos com a sociedade brasileira (...)”. “Só com uma empresa que permanece e se sustenta conseguimos produzir jornalismo independente. Só com a busca incessante da verdade – essência do jornalismo – se pode compreender nossas mazelas e identificar caminhos (MARINHO, 2017).

Ao âncora, passa a ser permitido deixar a bancada para transitar pelo estúdio. As chamadas ao vivo tornam-se cada vez mais frequentes, assim como a participação dos telespectadores. É nessa nova composição que, a partir de março de 2018, a emissora inaugurou o quadro “O Brasil que eu quero”. Nessa atração, vídeos caseiros são gravados e enviados pelos telespectadores, com duração de até meio minuto, contendo ainda a orientação de serem

⁴ “Jornal Nacional estreia em casa nova. Estúdio fica no centro de uma redação com 1.370², que integra equipes da TV e internet. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/jornal-nacional-inaugura-estudio-no-centro-de-nova-redacao-integrada-da-globo.ghtml>.

registrados na horizontal, numa tentativa de enquadrar o conteúdo enviado pelos participantes ao formato televisivo. O narrador ou a narradora conta, ali, como é o Brasil que desejam no futuro, correspondendo também a uma tendência social de participação popular nas discussões políticas do país, potencializada nos últimos anos a partir das manifestações de junho de 2013 e fortemente presente nas redes sociais. É importante mencionar que esse quadro da Rede Globo existiu em razão das eleições nacionais de 2018. Por isso, muitos participantes sentiram-se instigados a tratar de assuntos de cunho político. Além do mais, inspiravam-se nos comentários dos próprios âncoras sobre o tema.

A inovação pretendida pela emissora faz parte também de um esforço rumo à modernização, atendendo às demandas nesse sentido, cada vez mais crescentes no universo midiático. Sob esse aspecto, Porcello (2009) observa que “uma TV de qualidade, responsável, digna e ética, deve promover a contínua experimentação de novos modelos de linguagem que ofereçam mais qualidade e profundidade na abordagem dos temas propostos” (PORCELLO, 2009, p. 347). Não por acaso, o novo quadro pretendido pela emissora faz uso de outros dispositivos, tais como os *smartphones*, utilizados para a realização dos registros enviados pelos telespectadores. Durante o ano de 2018, “O Brasil que eu quero” transitou por praticamente todos os telejornais da Rede Globo, todos os dias, no período entre 4 de março a 29 de setembro daquele ano, durante aproximadamente seis meses.

Por meio da inserção direta do telespectador na composição do programa, o quadro possibilitou ao telejornalismo da Rede Globo canalizar um discurso político legitimado e difundido em seu próprio canal midiático através de uma performance realizada pelo público. De certa maneira, isso contribuiu para a formação de um capital político no ano em que se deu a eleição presidencial de 2018. É preciso atentar para o fato de que os mais de 50 mil vídeos enviados por brasileiros comuns – dos quais mais de 5 mil foram exibidos diariamente em seus telejornais – possibilitaram à Rede Globo a coleta de informações em vídeo para constituir um banco de dados significativo com as principais referências sobre preocupações, anseios e desejos do brasileiro em relação ao futuro político e socioeconômico do país.

O quadro “O Brasil que eu quero” contribuiu também para a divulgação do portal *Globoplay*, uma plataforma *online* de *streaming* – criada pelo Grupo Globo no final de 2015, com o intuito de seguir as demandas tecnológicas atuais por entretenimento e informação. Além de contar com conteúdos gravados na íntegra, como novelas, séries, filmes, jornalismo esportivo, conteúdos infantis e exclusivos, essa plataforma transmite *online* o que é veiculado ao vivo pela TV Globo. Algumas funcionalidades do serviço são pagas e se assemelham à Netflix e à HBO. É possível assistir, inclusive, às edições na íntegra de telejornais como o Jornal

Nacional, e também navegar por todos os vídeos do quadro “O Brasil que eu quero”. É o que, na concepção de Porcello (2009), significa garantir o “desenvolvimento de modelos atualizados e criativos que permitam ao telespectador desfrutar de um telejornalismo de qualidade, ético e comprometido com a cidadania” (PORCELLO, 2009, p. 347).

No mais, o formato jornalístico, escolhido para a veiculação do quadro “O Brasil que eu quero”, dialoga com o modelo proposto pela emissora. Os vídeos enviados pelos telespectadores, a exemplo do que faz o jornalismo da TV Globo, também veiculam notícias centradas nas mazelas presentes na realidade dos brasileiros e no cotidiano da vida política do país. É um modelo similar ao recurso utilizado nas entrevistas jornalísticas que, segundo Coutinho (2010), funciona como um “instrumento de inserção das narrativas do outro nos telejornais (...)”, onde os entrevistados “atuariam no discurso do telejornal como representantes dos telespectadores-cidadãos” (COUTINHO, 2010, p. 11). Como observa a autora, também nas entrevistas, “a pressuposição é de que o público atue como co-enunciador do programa”, inseridos em “processos de (auto)reconhecimento e/ou recusa às construções identitárias explicitadas nas narrativas populares veiculadas” (COUTINHO, 2010, p. 11).

Os vídeos de “O Brasil que eu quero”, exibidos principalmente pelo JN, tratam, em sua esmagadora maioria, de denúncias que envolvem descasos, omissões e ineficiência na esfera governamental em relação às políticas públicas demandadas pela população. São comuns os pedidos decorrentes da insuficiência de investimentos em setores básicos como os de educação, saúde e segurança pública, como também a manifestação de desejos abstratos de se viver em um país que seja mais justo e com menos corrupção – tema frequentemente abordado nas reportagens veiculadas pelo JN. Bonner explica em entrevista a Isabel Travancas (2007) que o Jornal Nacional carrega uma responsabilidade social de ajudar o cidadão comum a não apenas compreender o mundo, já que esse é o papel da notícia veiculada, mas a estar atento para as ações sociais que podem ocorrer nele. (BONNER, 2001).

É dessa forma que a atração da Globo, “O Brasil que eu quero”, evidencia uma congruência narrativa – uma identificação entre a emissora e seu público no processo de produção de certos conteúdos, sentidos e significados. A partir do quadro, as notícias veiculadas no telejornal são atravessadas pelo discurso popular e as duas coisas – notícia e discurso popular – tornam-se uma coisa só, uma verdade inquestionável. O quadro não necessariamente pressupõe o debate das questões colocadas, pois o quadro em si é a própria “verdade” do cidadão: a sua denúncia, a sua indignação, o oráculo popular de William Bonner. Ou já seria o próprio JN este oráculo? É certo que, nessa atração, os relatos exibidos no Jornal Nacional, feitos pelos telespectadores, foram pensados para o telejornalismo.

3. O Brasil do futuro e todas as raízes encobertas

O quadro “O Brasil que eu quero”, da Rede Globo, solicita aos cidadãos que respondam, em até 30 segundos, a seguinte indagação: qual é o país que você deseja para o futuro? Entretanto, antes de adentrar nessa questão, é preciso retornar às raízes brasileiras e ao processo de formação socioeconômica e cultural do país, com o objetivo de elucidar alguns pontos. Em primeiro lugar, é preciso dizer que é legítimo que um veículo de comunicação se disponha a mensurar a predominante indignação dos populares contra o governo e órgãos públicos nacionais. Mas é fundamental e elementar abster-se de qualquer tipo de generalização ou simplificação acerca da personalidade desses brasileiros que enfrentam os recorrentes problemas vivenciados pelo país, tais como a ineficiência da gestão pública e a corrupção do Estado, a fim de que seja possível compreender a natureza das respostas desses telespectadores no quadro. Dito isso, para iniciar esta reflexão é apropriado percorrer a ideia denominada “culturalismo racista”, conceito amplamente difundido pelo sociólogo Jessé Souza (2017) e que auxilia a construção argumentativa proposta por esse capítulo.

O culturalismo racista está basicamente entranhado no modo como o brasileiro percebe a si mesmo e o Brasil perante o mundo. Essa percepção está presente, por exemplo, quando ele se coloca em posição moralmente e intelectualmente inferior ao ser comparado a norte-americanos, europeus ou asiáticos. O mesmo paradigma está presente também na concepção de si próprio no interior do país, em regiões diversas. Ultrajantes e caricatos preconceitos são frequentemente sofridos, por exemplo, pelos nordestinos. De modo similar, norte-americanos e europeus, inconscientemente ou não, podem vir a se achar superiores aos cidadãos latino-americanos ou africanos – da mesma forma que brasileiros ou estrangeiros de classes médias e altas podem, equivocadamente, perceber a si próprios como moralmente e intelectualmente superiores aos moradores de bairros periféricos. Segundo Souza (2017), “a vantagem comparativa do culturalismo racista sobre o racismo clássico é que, como não se vincula à cor da pele, até os negros americanos podem se sentir superiores, por exemplo, aos latinos e estrangeiros” (SOUZA, 2017, p. 23).

Diferentemente do racismo fenotípico, “baseado na cor da pele e nos traços fisionômicos, reconhecido como ciência até a década de 1920” (SOUZA, 2017, p.15), o culturalismo é invisível aos olhos e sua falsa validação científica ainda é popularmente, e de modo equivocado, utilizada para justificar, no Brasil, por exemplo, a ineficiência tanto quanto a corrupção do Estado. O brasileiro sente-se mal representado pelos políticos que ele próprio elegeu através do voto democrático – e isso ocorre também em decorrência dessa caricatura

transformada em consenso popular, e que é formulada por parte de uma elite intelectual no país que caracterizou e naturalizou o brasileiro como um ser genuinamente preguiçoso, munido de expertise suficiente para fazer de sua atuação nas esferas da vida pública uma via propiciadora de benefícios particulares para si mesmo. Souza (2017) chama a atenção para a forma como o conceito de “homem cordial”, formulado inicialmente por Sérgio Buarque de Holanda, foi apropriado por outros intelectuais em suas construções narrativas acerca dos brasileiros. Isso contribuiu, segundo o autor, para que essa concepção fosse postulada nos ambientes políticos e públicos do país. De modo geral, a indignação do brasileiro nas redes sociais, ou no quadro “O Brasil que eu quero”, é compreensível e legítima. Todavia, as justificativas que sustentam as reivindicações apresentadas – e que estão diretamente relacionadas a certo modo de pensar o país – requerem cautela e um exercício elucidativo.

Segundo Souza (2017), um dos equívocos desse falso paradigma consiste na interpretação de que o Brasil é mera continuidade cultural de Portugal, somada à miscigenação carnal, poligâmica e nada espirituosa entre brancos, negros e indígenas, ocasionando o tipo ideal⁵, conhecido por homem cordial (na concepção de Sergio Buarque) e seu “jeitinho brasileiro”, expressão relacionada a essa mesma ideia de “homem cordial”. É como se aos brasileiros fossem destinados, nessa concepção equivocada, traços hereditários da suposta e estereotipada preguiça indígena somada de uma inexistente virtude e espiritualidade dos negros trazidos à força e escravizados no país. De acordo com Marilena Chauí, em seu livro “Mito fundador e sociedade autoritária”, o negro, por exemplo, era visto como alguém pertencente à classe social dos escravos – portanto, um ser naturalmente sujeito a um processo de “coisificação” (CHAUÍ, 2000, p. 21). Assim é que essa “mistura” de etnias distintas teria dado origem a um sujeito que, se por um lado apresenta-se extremamente afetuoso e hospitaleiro, por outro é marcado por uma conduta moral que exala agressividade, sexualidade e malandragem, “com uma tendência à desonestidade” (SOUZA, 2017, p. 27).

A compreensão sociológica da personalidade brasileira descrita acima foi comumente aceita e difundida há décadas, potencializando e legitimando, na concepção de Souza (2017), o complexo de “vira-lata” do brasileiro diante do mundo estrangeiro – um mundo visto como virtuoso intelectual e moralmente, quando colocado em posição antagônica ao caráter duvidoso e questionável atribuído ao brasileiro. “O culturalismo tornou-se uma espécie de ‘senso comum internacional’ para a explicação das diferenças sociais e de desenvolvimento relativo no mundo

⁵ O “tipo ideal”, segundo Max Weber (1922), na obra “Conceitos sociológicos fundamentais”, é basicamente um instrumento de análise por meio do qual o sociólogo classifica uma sociedade pelas características e personalidade de seus indivíduos, a partir de análises relacionadas a temas diversos, como religião, crenças, costumes etc.

inteiro” (SOUZA, 2017, p. 16). De maneira inversa, os estudiosos norte-americanos, por exemplo, tratavam de construir a imagem de seus nativos como sujeitos “objetivos, pragmáticos, universalistas e produtivos” (idem, p. 27). Estavam ancorados, de acordo com Souza, à ascensão estadunidense no pós-segunda guerra, e também à teoria weberiana que versa sobre o suposto espírito vitorioso capitalista em razão da ética protestante e sua veneração ao trabalho.

Na interpretação culturalista do Brasil percorrida até aqui, variáveis significativas do processo de formação da personalidade brasileira se encontram encobertas ou inexploradas. Para Souza (2017), os fatores primordiais que constituíram as características do modo de ser e de pensar do brasileiro não devem ser outros, contrários ou dissociados do fenômeno de escravidão institucionalizada que prevaleceu por trezentos anos no país. José Murilo de Carvalho (2017), em sua obra “Cidadania no Brasil”, enfatiza nesse sentido ao afirmar que “escravidão e grande propriedade não constituíram ambiente favorável à formação de futuros cidadãos” (CARVALHO, 2017, p. 27). Já que, segundo o autor, “os escravizados não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, à própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor, equiparando-os a animais”.

A questão que evoca e insinua um senso de moralidade frouxa no brasileiro, interpretado anteriormente por uma inexistência de espiritualidade e virtude, resultante da miscigenação carnal entre diferentes etnias e culturas, nada mais é, aqui, do que um fenômeno psicossocial genuíno, que trata da internalização da instância da culpa moral pelos sujeitos pertencentes a um determinado modelo de sociedade, em um período secular da história brasileira em que, de fato, escravizar e obrigar pessoas a realizar trabalhos exaustivos, além de castigá-las fisicamente, estavam dentro da legalidade institucional. Isso em uma sociedade cujo número de escravizados chegou a representar 1/5 da população total. “Calcula-se que até 1822 tenham sido introduzidos na colônia cerca de 3 milhões de escravos. Na época da independência, numa população de cerca de 5 milhões de pessoas, incluindo uns 800 mil índios, havia mais de 1 milhão de escravizados” (CARVALHO, 2017, p. 25).

Souza (2017) recorre ao pensamento do sociólogo alemão Norbert Elias (1976), que também aborda a questão referente ao “desenvolvimento europeu e ocidental em relação à ruptura com o escravismo no mundo antigo”, explicando que “a escravidão e sua necessidade de violência explícita e permanente inibiriam como desnecessário o processo interdependente de uma regulação externa de conduta, levando à inibição interna de pulsões” (SOUZA, 2017, p. 47). Para Elias, conforme descreve Souza (2017), “a noção de cidadania como conhecemos

hoje nasce por uma instância disciplinadora que torna dispensável, em grande medida, a repressão externa e policial” (SOUZA, 2017, p. 47). Com base na psicanálise de Sigmund Freud (1930), em “O mal-estar na civilização”, Souza (2017) argumenta ainda que “na família, desde a tenra idade, são os olhares de aprovação e reprovação dos pais – ou de quem exerça o papel – que mostram aos filhos os comportamentos apropriados e as disposições para o comportamento que eles devem reprimir ou desenvolver” (SOUZA, 2017, p. 39). O mesmo acontece na escola, no ambiente de trabalho e, igualmente, nas instituições que constituem o ambiente social.

O indivíduo internaliza a instância da culpa moral – o superego – dentro de si mesmo, tornando ociosa, na maioria dos casos, a repressão violenta e externa das pulsões internas. Esse aprendizado exige a consideração das instituições externas – que levam ao desenvolvimento do Estado moderno – que, de certa maneira, logram se representar dentro do próprio indivíduo (SOUZA, 2017, p. 46).

Em outras palavras, o regime de escravidão legalizado durante três séculos pelas instituições brasileiras fomentou tanto um sentimento de ódio e intolerância explícita, quanto impediu que fossem interiorizados valores morais – tidos como espirituosos e presentes somente aos estrangeiros –, como os da empatia e alteridade no ambiente social. Estes que “possibilitam a solidariedade e compaixão, e sentimentos e emoções como remorso, vergonha e culpa a fazer parte de uma economia emocional de novo tipo” (SOUZA, 2017, p. 47). São todas essas características que também contribuem para o exercício da honestidade, seja no trabalho ou na família – ou, de forma mais ampla, nos domínios da esfera pública, em relação ao caráter e integridade de políticos e cidadãos no ofício de suas funções e deveres.

Esses valores independem de classes sociais, culturais, econômicas, de hierarquias ou níveis de escolaridade. Além de tudo isso, essa secular ausência de leis que proibissem a escravidão – e que impossibilitou a interiorização simbólica e funcional de valores que “elevam e dignificam” o espírito brasileiro – reforçou também a naturalização do poder hierárquico e arbitrário de figuras autoritárias locais para além da família tradicional patriarcal, impondo sob uma estrutura arraigada o papel de submissão e segregação aos negros, pobres e mestiços como seres sociais de função meramente serviçais.

Mesmo após o fim da escravidão, esclarece Carvalho (2017), muitos negros libertos, por falta de políticas inclusivas, acabaram regressando às fazendas com salários baixíssimos. Os que partiram para as grandes cidades como São Paulo “foram preteridos tanto na agricultura como na indústria” pelos milhares de imigrantes italianos. “Lá, os ex-escravizados foram

expulsos ou relegados aos trabalhos mais brutos e mais mal pagos” (CARVALHO, 2017, p. 58). Ou seja, “as consequências disso foram duradouras para a população negra” (idem, p. 58). Desse modo, “até hoje essa população ocupa posição inferior em todos os indicadores de qualidade de vida. É a parcela menos escolarizada da população, com os empregos menos qualificados, os menores salários, os piores índices de ascensão social” (idem, p. 58). Portanto, a desigualdade e o “jeitinho brasileiro” têm suas raízes mais profundas na escravização legalizada de pessoas – um passado nem tão distante assim.

3.1 – O jogo de tabuleiro das elites: controlando as peças

Tratar da corrupção no Brasil, do caráter e de uma suposta conduta do brasileiro, passa necessariamente pelo debate acerca do sistema de escravidão legalizado pelas instituições no país – e que perdurou por mais de três séculos –, mas também pela discussão das delimitações econômicas, geográficas e psicológicas originárias desse sistema. Durante e após a estruturação desse arquétipo de sociedade brasileira, é preciso refletir sobre certos privilégios concedidos e, sobretudo, sobre as injustiças cometidas.

Em primeiro lugar, impressiona como se conserva, no Brasil, a separação hierárquica por classes – e que tanto interessa não apenas às elites seculares brasileiras, mas também às classes médias. Não se trata de uma segregação fundada apenas na perspectiva economicista proposta por Karl Marx, mas sobretudo pelo capital cultural e pelas relações pessoais – que possibilitam alguns privilégios dentro de uma estrutura social desajustada, como no caso da sociedade brasileira. Souza (2017, p. 95) afirma que “o capital cultural, o conhecimento incorporado pelo indivíduo, exige sempre esforço para sua assimilação”.

Exige não somente esforço, mas tempo. Dito de forma mais explícita, a realidade daquele filho do patrão abastado, que goza de tempo livre para se dedicar aos estudos, com um planejamento minuciosamente realizado pelos pais para que sua formação acadêmica e profissional seja possível, é diferente da pressão enfrentada pelo filho de um morador negro da periferia, por exemplo. O ambiente experimentado por este último é de estresse e tensão, uma vez que há a urgência de se conquistar elementos básicos para a sobrevivência. Esse sujeito – cujo pai tem, como principal preocupação, o presente (na forma da luta pela sobrevivência econômica diária) – cresce sem o mínimo de orientação sobre como planejar o futuro. Planejar o futuro significa, aqui, de certa maneira, a emancipação dos trabalhos manuais e serviços impostos pelos patrões (que, assim, poupam tempo e energia para se dedicarem a outras

atividades, mantendo ativa a relação de poder perpetuada desde os primórdios da sociedade escravista brasileira e ainda hoje patriarcal).

Chauí (2010) enfatiza que “a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos seus aspectos” (CHAUÍ, 2010, p. 93). Isso quer dizer que, nessa sociedade, as relações sociais envolverão aquele indivíduo superior que manda naquele inferior – o que obedece. Por conta desse passado, ainda hoje tão presente, “as diferenças e as simetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência” (idem). É devido a essa natureza que, na maioria das vezes, o jovem da periferia não ousa sequer almejar uma carreira diferente daquela que a sua sociedade lhe reservou. Nessa sociedade, ele precisa trabalhar desde muito cedo para ajudar nas despesas da casa. A escola, por exemplo, fica em segundo plano. Há que considerar ainda os vários tipos de pressão sofrida pela maioria desses jovens, geralmente obrigada a trabalhar para assegurar o empreendimento dos pais e outros familiares. Nas palavras de Chauí, “quando a desigualdade é muito marcada, a relação social assume a forma nua da opressão física e/ou psíquica” (idem).

E o que dizer do capital cultural? De acordo com Souza (2017), ele é, também, qualquer tipo de conhecimento técnico e/ou artístico que, para ser incorporado, demanda tempo, prática e abstração. Quando somado ao capital de relações pessoais – representado pelos contatos profissionais ou pessoais adquiridos pelo indivíduo ou por sua família ao longo da vida –, esse capital cultural introduz o sujeito em seu nicho de interesse e, eventualmente, no mercado de trabalho. Contudo, a classe média e média alta se confundem. Ambas se enganam acerca do conceito de “meritocracia” quando, ao contemplar as formas de acesso a capitais e oportunidades profissionais, desconsideram essa estrutura invisível propiciada previamente dentro e fora da organização social das famílias brasileiras. É preciso compreender que as condições ideais e arranjos determinantes para o sucesso ou para a possibilidade de uma vida minimamente digna de um brasileiro resultam também, e em larga medida, do capital cultural e do capital de relações pessoais acumulados ao longo de gerações sob estruturas disformes. Além disso, ambos são distribuídos seletivamente aos indivíduos, a depender de suas respectivas classes sociais dentro de uma mesma sociedade.

Desde o Brasil colonial, elucidada Souza (2017), esses mesmos capitais estiveram concentrados nas mãos das elites agrárias que, posteriormente, compartilha-os com as classes médias nos processos de migração e constituição das cidades. Entretanto, as elites, representadas pelos oligarcas tradicionais – e que hoje incluem, por exemplo, os grandes operadores do mercado financeiro e também os donos de grandes corporações (detentores do

capital financeiro) – eram, e ainda são, as detentoras do grande capital econômico. Às novas classes que emergiram, elas cedem, como maneira de compensação, o acesso fracionado a estes capitais disputados e remanescentes, sejam culturais ou de relações pessoais. Importante observar que esses capitais são essenciais à sobrevivência e à estabilidade de várias gerações de muitas famílias. Sua obtenção representa a chave-mestra capaz de abrir portas importantes no mercado de trabalho.

3.2 – O discurso da classe média e a desigualdade social brasileira

É em função dessa ânsia pela ascensão social – e também do receio de se verem como parte do proletariado – que as classes médias, segundo Souza (2017), condenam e criticam aqueles governos que escolheram e priorizaram a criação de mecanismos legais para que as classes mais populares também pudessem acessar, sem que ninguém fosse prejudicado, esse leque de capitais “invisíveis”. Medidas como, por exemplo, a utilização de ações afirmativas para a inclusão social – caso do ingresso de estudantes de classes mais populares nas universidades públicas: uma das ferramentas indispensáveis à população para a aquisição desses capitais – são frequentemente criticadas por essas mesmas classes médias economicamente privilegiadas. Até porque, durante várias décadas, elas monopolizaram o espaço público universitário brasileiro. Desconhecem aí o “patrimonialismo⁶” que tanto criticam. Outro exemplo está na crítica que essas classes fazem a governos que denominam “populistas”, ou seja, que priorizam essas medidas sociais inclusivas. Desprestigiam, desta maneira, a necessidade de um combate incisivo e contínuo contra as desigualdades e contra as distorções sociais sistêmicas no país. Conjuntura esta, inclusive, que representa o epicentro dos problemas (estruturais) denunciados pelos telespectadores no quadro “O Brasil que eu quero”.

Isto é, trata-se mais do que somente uma necessidade de implementação de políticas inclusivas. Pois o que se tem, de fato, é uma composição socioeconômica desigual amplificada ainda por outras anomalias estruturais como, por exemplo, a de um sistema tributário regressivo, bem como por aqueles que dele se privilegiam. Além disso, é preciso considerar que a cobertura midiática aparentemente alinhada aos interesses do “mercado” não demonstra com tamanha reflexão e aprofundamento o que o doutor em economia pela USP, Alexandre

⁶ Conceito abordado por Max Weber, que interpreta o patrimonialismo como sendo a concepção que faz com que líderes políticos e cidadãos que detenham algum cargo na esfera pública passem a criar mecanismos para utilizar a estrutura do Estado para satisfazer suas necessidades pessoais (ou privadas).

Andrada, em artigo publicado pelo *The Intercept*⁷ (2019), constatou: que o Brasil atravessa, no ano de 2019, a pior crise de sua história. Na contramão disso, apenas para citar dois exemplos, os três maiores bancos privados do país lucraram juntos, entre abril e junho de 2019 (três meses), R\$ 17 bilhões, segundo matéria divulgada pelo Valor Econômico⁸ (2019). Os bancos lucraram também, em um ano, entre julho de 2018 a julho de 2019, o montante de R\$ 109 bilhões, de acordo com o UOL Economia⁹. Tem-se atualmente, em contrapartida dessa bonança dos bancos, um país em que somente a recessão econômica cresce – e que assiste a um vertiginoso e preocupante aumento do endividamento da maioria das famílias brasileiras.

Em razão disso, os discursos e temas observados nos noticiários aparentemente não contribuem para o esclarecimento desses problemas estruturais brasileiros – hipótese esta refletida no decorrer deste estudo para indicar qual a ideologia política predominante nos noticiários especializados da grande mídia, bem como na opinião popular brasileira. O quadro interativo “O Brasil que eu quero”, da Rede Globo, por exemplo, ao solicitar ao telespectador que opine sobre que tipo de país ele deseja para o futuro, pode simplesmente estar induzindo o cidadão brasileiro a apenas reproduzir o que a própria opinião pública e a emissora supostamente já insinuam como mantra: que o Estado é o único responsável pela crise atravessada pelo país e que, assim, este precisa ser eficiente, gastando cada vez menos, não importando as mazelas de cunho social enfrentadas pelas classes mais pobres da população. Com essa constatação, na prática a grande mídia estaria manifestando a filosofia neoliberal, historicamente marcada pela defesa das políticas de liberalização econômica, tais como o livre comércio, as privatizações, a desregulamentação, o rigor fiscal e, sobretudo, o corte de quaisquer despesas governamentais para valorizar o papel do setor privado na economia (BIONDI, 1999). Dessa maneira, ao veicular reportagens sobre novelescos (porém seletivos) escândalos de corrupção, a grande mídia acaba retroalimentando a população com sua fábula de narrativas que mitigam o Estado, encobrendo e/ou desconsiderando necessários debates que deveriam, também, denunciar mais veemente as estruturas propiciadoras dos altos índices de desigualdades¹⁰ no país. Nessa concepção, o quadro “O Brasil que eu quero” se apresentaria

⁷ Site noticioso que produz reportagens independentes, custeadas por financiamentos coletivos.

⁸ “Lucro somado de Itaú, Bradesco e Santander é de R\$ 17,1 bi no 2º tri”. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2019/07/29/lucro-somado-de-itaubradesco-e-santander-e-de-r-171-bi-no-2o-tri.ghtml>.

⁹ “Bancos lucram R\$ 109 bilhões em 12 meses, maior valor em 25 anos, diz BC”. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/10/10/bancos-lucram-r-109-bilhoes-ate-junho-de-2019-informou-bc.htm>.

¹⁰ “Estes números mostram a alta da desigualdade de renda no Brasil. Estudo da FGV mostra que desigualdade cresce desde o começo de 2015. Renda cai mais entre os jovens e entre os mais pobres”. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expreso/2019/08/18/Estes-números-mostram-a-alta-da-desigualdade-de-renda-no-Brasil>. Ou “Desigualdade: 10% concentram 52% da renda do país. A concentração de renda no Brasil é

como um canal de voz que sai em defesa do cidadão – aquele que sofre diariamente com os abusos de um Estado caricato e “inchado”, que, na boca do povo, torna-se, de maneira consensual, o maior vilão contra a população brasileira.

Com esse suposto argumento neoliberal preservado e justificado no imaginário da população, cabe à mídia reforçar e valorizar a narrativa “anticorrupção” em sua programação diária, ancorada pela concretude dos casos de desvio de dinheiro público no país. Porém, conforme observa Souza (2017), passam despercebidas nesses noticiários, por exemplo, certas negociações (venda de riquezas nacionais e privatizações) e acordos estruturados de maneira pouco transparente, capazes, inclusive, de causar sérios danos ao Tesouro Nacional e ao patrimônio público brasileiro.

3.3 – A relação da grande mídia com as elites

A explicação mais objetiva quanto a subserviência da grande mídia brasileira às elites é que a maioria dos grandes jornais e noticiários são empresas privadas e têm seus donos – e esses donos possuem interesses específicos. Em princípio, é através das relações de poder – não só pela utilização do capital econômico, mas também pelo controle e difusão do capital cultural (informações), como já abordado anteriormente – que as elites podem seguir com seus privilégios perpetuados. Segundo Souza (2017), “o dinheiro, na forma da acumulação de capital, precisa ser legitimado politicamente e moralmente para conseguir sua reprodução ampliada *ad infinitum*” (SOUZA, 2017, p. 114-115). Para o sociólogo, é através da mídia, atuante na esfera pública, que a classe média é colonizada e distraída pelos interesses do dinheiro. “O domínio da elite sobre a classe média é simbólico e pressupõe convencimento. O domínio sobre as classes populares baseia-se, ao contrário, mais na repressão e na violência material” (SOUZA, 2017, p. 115). Em suma, numa democracia moderna, esse convencimento simbólico exige que se represente o interesse da “maioria”.

Souza (2017) traz ainda para sua reflexão as ideias do sociólogo alemão Jürgen Habermas (1962) e sua obra “Mudança estrutural da esfera pública”, a fim de elucidar a natureza da grande mídia, mais precisamente o processo de formação da opinião pública no mundo. Esta que surge a partir de meados do século XVIII, como meio de comunicação mediada para assegurar à burguesia europeia das cidades a possibilidade de estabelecer trocas

destaque de novo estudo do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, da ONU, que leva em conta dados da Receita Federal”. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/04/06/Desigualdade-10-concentram-52-da-renda-no-pa%C3%ADs>.

simbólicas, através de folhetins com informações de seu interesse. Já nos séculos XIX e XX, elucida Souza (2017), com a crescente pressão das classes mais populares por representatividade nessas mesmas esferas públicas, tem-se a criação da imprensa, porém controlada ainda por grande parte dessa burguesia.

Desse modo, para Habermas (1962), a esfera pública – e todo o conteúdo e produtos veiculados nela, como os telejornais – “deve ser entendida, antes de tudo, como a reunião de pessoas privadas num ambiente público” (SOUZA, 2017, p. 118) e em defesa também de interesses próprios. É “o que assegura a possibilidade da contraposição coletiva a decisões discricionárias do poder público” (SOUZA, 2017, p. 117). A mídia, portanto, é formada por essas associações de pessoas, classes ou grupos particulares com interesses em comum, aptos a atuarem na esfera pública gerando tensionamento e exercendo *lobbies* com os poderes e órgãos públicos. “É esse fórum de pessoas com capacidade de julgar que permite a formação de uma opinião pública crítica que introduz, pela primeira vez, a questão da legitimidade discursiva da política” (SOUZA, 2017, p. 118). Ela também é “regulamentada pela autoridade, mas é dirigida contra a autoridade política” (*idem*), em razão de tentar contrapor e modificar o princípio de controle discursivo e argumentativo que permite formas de dominação. Nesse caso, por meio de um convencimento simbólico e midiático.

Sendo assim, as ambições desses grupos particulares somente serão legitimadas se eles forem capazes de convencer o restante da população. E isso se dá por meio de construções narrativas (de seu interesse) de fatos relevantes que serão noticiados pela imprensa. Já que o jornal deve ser visto, sobretudo, como defensor dos interesses “populares”. É quando, por exemplo, manchetes sobre “a modernização da legislação trabalhista” e “a importância da reforma da previdência para a saúde fiscal do Brasil” são articuladas para angariar apoio popular, corroborando com a retirada de direitos dos trabalhadores e poupando as elites dos ajustes fiscais reais que deveriam ser efetivados. Esses mesmos que seguirão intocáveis.

4. Raízes e ressignificações do neoliberalismo

É a partir de todos esses aspectos discutidos até aqui que falar do quadro “O Brasil que eu quero”, tanto quanto dos desejos abstratos dos brasileiros nele presentes, implica refletir também sobre a hipótese de um pensamento dominante na mídia e no consenso popular: o de que o Estado é ineficiente para gerir as riquezas do país e os bens públicos. Foi também com base nesse diagnóstico que os neoliberalistas apresentaram seu receituário, assegurando que, a partir dele, seria possível neutralizar os sintomas de ineficácia no âmbito da gestão e sanar os problemas socioeconômicos brasileiros. Porém, antes de esmiuçar essa bula neoliberal, é pertinente traçar um breve contexto histórico acerca de sua origem e composição.

O neoliberalismo tem algumas de suas raízes derivadas do liberalismo clássico, que, segundo Andrew Gould (1999), amparou as lutas populares e revolucionárias contra reis e monarcas autoritários durante os séculos XVII e XVIII, detentores do poder absoluto nos governos vigentes da época. Seus principais idealizadores foram John Locke e Adam Smith, entre outros. Valores como as liberdades individuais e o assegurado direito à propriedade privada eram algumas das reivindicações. Para isso, seus mentores pleiteavam menor ingerência estatal em assuntos econômicos e políticos, principalmente em relação à diminuição ou extinção de determinados tributos e a limitação do poder do Estado através de um sistema de leis que garantisse a preservação do indivíduo contra decisões absurdas ou discricionárias por parte desses governantes totalitários (GOULD, 1999).

Com a gradativa inserção civil e popular no processo de divisão dos poderes públicos, esse liberalismo clássico acabou, posteriormente, dividindo-se em duas vertentes: o liberalismo social, que prioriza o bem comum dos indivíduos e da população como um todo, e o liberalismo “extremo”, que elenca a liberdade do indivíduo acima de qualquer premissa. “A tensão entre dois tipos de liberalismos, o dos reformistas sociais que defendem um ideal de bem comum e o dos partidários da liberdade individual como fim absoluto, na realidade nunca cessou” (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 37). O neoliberalismo, como conhecemos hoje, assemelha-se mais veemente a este segundo modelo.

É importante mencionar ainda que, por volta do século XIX, o então liberalismo sofreu transformações diversas. Segundo Pierre Dardot e Christian Laval, na obra “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal”, “o que se costuma chamar de ‘crise do liberalismo’ é uma crise da governamentalidade liberal, segundo o termo de Michel Foucault” (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 38). A questão, aqui, é como garantir que as premissas básicas dessa doutrina, “os direitos invioláveis do indivíduo” e a não intervenção regulatória que

resultasse em infringir os princípios básicos das liberdades individuais, continuassem prevalecendo dado um contexto histórico em que o governo acabaria precisando “fazer frente às mutações organizacionais do capitalismo” (idem, p. 38). O objetivo seria o de assegurar que os mesmos direitos que garantiam a liberdade e proteção do indivíduo em oposição a reis e monarcas também fossem capazes de garantir o mesmo frente às megacorporações do trabalho, durante e após as revoluções industriais.

Desde meados do século XIX, com certa intensificação a partir das primeiras reformas de Bismarck, no fim dos anos 1870 e início dos anos 1880, assistiu-se na Europa a um movimento ascendente de dispositivos, regulamentações, leis destinadas a consolidar a condição dos assalariados e a evitar tanto quanto possível que eles continuassem a cair no pauperismo que afligiu todo o século XIX: legislação sobre o trabalho infantil, limitação da jornada de trabalho, direito de greve e associação, indenização por acidente, aposentadoria para operários. Essa pobreza nova, gerada no ciclo dos negócios, deveria ser baldada por medidas de proteção coletiva e segurança social (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 40-41).

Segundo Dardot e Laval (2009), “a ideia de que a relação salarial era um contrato entre duas vontades independentes e iguais aparecia como uma ficção absolutamente distante das realidades sociais naquela época de grandes concentrações industriais e urbanas” (idem, p. 41). Cada vez mais se tinha certeza de que “os políticos faziam sobretudo o papel de marionetes nas mãos dos que detinham o poder do dinheiro (...), assim, a ‘mão invisível’ dos empresários, dos financistas e dos políticos ligados a eles enfraqueceu formidavelmente a crença na ‘mão invisível’ do mercado” (idem, p. 40). Para Dardot e Laval, “os liberais não dispunham de uma teoria das práticas governamentais que haviam se desenvolvido desde meados do século. Pior, eles se isolavam, parecendo conservadores obtusos e incapazes de compreender a sociedade de seu tempo, embora pretendessem encarnar seu movimento” (idem, p. 42).

A crença ao *laissez-faire*¹¹, posta em cheque e em debate por intelectuais liberais da época, como Tocqueville e Stuart Mill, foi reafirmada e retomada por Herbert Spencer, que se baseou na obra “A origem das espécies”, publicada por Charles Darwin em 1859. A obra de Darwin trata, entre outras questões, da seleção natural como princípio da transformação das espécies. Desse modo, Spencer “desloca o centro de gravidade do pensamento liberal, passando do modelo da divisão do trabalho para o da concorrência como necessidade vital” (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 53). Nas palavras de Spencer, “se uma pessoa não deseja trabalhar, não deve comer, é simples o enunciado cristão dessa lei da natureza sob império da qual a vida atingiu

¹¹ Expressão francesa que se tornou símbolo do liberalismo econômico, e que defende a forma mais pura de capitalismo, com o mercado operando livremente, sem interferência, taxas ou subsídios, com regulamentações apenas para garantir os direitos de propriedade (GASPARD; TOUFICK, 2004).

seu grau atual, a lei segundo a qual uma criatura que não é suficientemente energética para se bastar deve perecer” (SPENCER apud DARDOT; LAVAL, 2009, p. 48). Entretanto, conforme ponderam Dardot e Laval (2009) – também recorrendo aos estudos de Darwin e do filósofo francês positivista Auguste Comte, sobre a especificidade humana que faz prevalecer os motivos simpáticos sobre o instinto egoísta –, é fato que, se o indivíduo, para poder se alimentar, precisar se submeter a situações como jornadas de trabalho ininterruptas, extremamente exaustivas e desumanas, como aquelas registradas em meados do século XIX, durante a reforma industrial europeia, ele certamente não possui sua liberdade.

De todo modo, esses paradoxos não impediram o surgimento de uma nova corrente de pensamento liberal, que, mesmo sob contundente questionamento de filósofos e economistas da época, principalmente após a crise de 1929, retomou seu curso no início dos anos 1970 repaginada em uma doutrina denominada neoliberalismo. Trata-se de uma teoria que defende a total desregulamentação do mercado e a intervenção mínima do Estado como caminhos para promover o “bem-estar social” dos indivíduos. Isto, segundo os neoliberais, sob a ideia de uma suposta e plena liberdade individual das pessoas.

4.1 – Da ascensão norte-americana à idealização do “*Consenso de Washington*”

Com a Europa devastada no pós-primeira guerra (1914-1918), a economia norte-americana vivenciou resultados positivos entre os anos 1918 a 1928. Os Estados Unidos expandiram sua produção industrial sem precedentes com a exportação de seus produtos no processo de reconstrução do continente Europeu. A tendência às desregulamentações, a formação de monopólios e a concentração de renda e de propriedades também se acentuaram bastante nesse período nos EUA. Contudo, após a reestabilização da economia europeia, a capacidade industrial norte-americana e sua superprodução ociosa colaboraram para a queda abrupta no preço dos produtos e das ações nas bolsas de valores¹², o que levou os Estados Unidos e boa parte do mundo a uma crise econômica sem precedentes naquela época. Depois da grande depressão, Polanyi (1980) elucida que “coube a J. M. Keynes¹³ redefinir os

¹² “Quebrou!”. Disponível em: <https://www.webcitation.org/64az0Jjtl?url=http://veja.abril.com.br/historia/crash-bolsa-nova-york/especial-quebrou-panico-aco-es-wall-street.shtml>.

¹³ Economista criador de um pensamento econômico denominado Keynesianismo. Uma de suas principais obras é a “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda” (1936), que fundamenta o papel do Estado como agente indispensável para induzir a economia ao pleno emprego. Ele argumenta que o ciclo econômico não é autorregulatório, por conta do suposto espírito animal (*animal spirit*) dos empresários capitalistas (KEYNES, 1936).

pressupostos da economia clássica, atribuindo ao Estado um papel natural dentro da evolução racional do capitalismo” (POLANYI apud PULITI, 2009, p. 44).

Franklin Roosevelt, presidente norte-americano entre os anos 1933 a 1945, fez o que o seu antecessor, Hebert Hoover (1929-1933), considerava inapropriado. De acordo com Flávio Limoncic (2004), o democrata Roosevelt pôs em prática o programa “*New Deal*”, que resumidamente representou um massivo investimento público em infraestrutura desenvolvida em colaboração com o setor privado, atenuando consideravelmente a recessão norte-americana até o fim dos anos 1960. Uma série de medidas, como a criação de fundos estatais e programas sociais, também foram implementadas em defesa dos direitos das famílias e dos trabalhadores. Emerge, ainda, uma regulamentação capaz de assegurar a credibilidade das ações que eram negociadas pelas empresas no mercado financeiro. Com a participação dos Estados Unidos na segunda grande guerra e o fornecimento bélico aos aliados ingleses, a indústria norte-americana consolidou seu crescimento e o desemprego recuou a níveis bastante desejáveis. Dessa forma, os EUA saíram do grande conflito em 1945 como a maior potência econômica do mundo.

Os norte-americanos e mais 44 nações assinariam ainda o acordo de “*Bretton Woods*” em 1944, estabelecendo, entre outras coisas, segundo Solomon (1976), “a obrigação de cada país adotar uma política monetária que mantivesse a taxa de câmbio de suas moedas dentro de um determinado valor indexado ao dólar, cujo valor estaria ligado ao ouro numa base fixa” (SOLOMON apud PULITI, 2009, p. 45). A intenção do acordo foi a de evitar que sistemas financeiros puramente especulativos gerassem novas crises econômicas e monetárias como a experimentada em 1929, além de consolidar a hegemonia norte-americana e de sua moeda perante a economia mundial. Predomínio que foi intensificado com o *Plano Marshall* (1948-51) nos anos posteriores à segunda grande guerra. Os empréstimos realizados pelos Estados Unidos aos países devastados pelo conflito, a fim de que esses países se reconstruíssem, haviam sido realizados em dólares.

Os norte-americanos suspenderiam unilateralmente o sistema de “*Bretton Woods*” em 1971, “cancelando a conversibilidade direta do dólar em ouro” (SOLOMON apud PULITI, 2009, p. 45). Dessa forma, “a partir da crise do petróleo (1973-74), os EUA passaram a controlar as reservas e níveis de liquidez no mercado mundial” (MÜLLER, 2003, p. 22). Coincidentemente ou não, Puliti (2009, p. 45) destaca que “o fim do sistema seria fundamental para a implementação do neoliberalismo, pois provocou uma onda geral a favor da desregulamentação dos mercados, sobretudo o financeiro”. A autora explica ainda que não havendo lastro de ouro para o dólar e outras moedas fortes, o sistema monetário seria puramente fiduciário, ou seja, não haveria algo verdadeiramente concreto para que ele pudesse se basear

– nada além de um consenso mundial existente quanto a confiabilidade na moeda norte-americana.

A especulação voltaria a ser o imperativo do jogo político e econômico mundial. Só para se ter uma ideia, Chomsky (2002, p. 10) observa que, no ano de 1971,

90% das transações financeiras internacionais tinham alguma relação com a economia real – comércio e investimentos de longo prazo – e 10% eram especulativas. Em 1990, essa proporção se inverteu e, por volta de 1995, cerca de 95% de um valor total imensamente maior era de natureza especulativa. (...) Fluxos diários geralmente excediam as reservas em moeda estrangeira das sete maiores potências industriais somadas, ou seja, mais de um trilhão de dólares, por dia, a curtíssimo prazo: cerca de 80% com prazo de resgate de uma semana ou menos (CHOMSKY, 2002, p. 10).

Chomsky (2002) explica que o foco dos investimentos – predominantemente em infraestrutura, produção, geração de empregos e renda naquele momento – passou a ser em aplicações dinâmicas, com ganhos e riscos elevados, em curtíssimos períodos de tempo e sem o devido compromisso dos investidores com as instituições nas quais depositavam seus capitais. Vale frisar que os avanços tecnológicos na área, sobretudo, contribuíram para a mudança da natureza dos investimentos financeiros. Zygmunt Bauman (1998), em sua obra “Globalização: as consequências humanas”, traça esse novo perfil de investidor, chamando-os de “proprietários ausentes” ou “extraterritoriais”. Os empregados das empresas e as comunidades que as recebem não têm, segundo ele, qualquer voz no processo decisório dos investidores. Bauman (1998) ressalta, ainda, que os “verdadeiros tomadores de decisão, as ‘pessoas que investem’, têm o direito de descartar, de declarar irrelevante e inválido qualquer postulado que os demais possam fazer sobre a maneira como elas dirigem a companhia” (BAUMAN, 1998, p. 8). Fato é que, nesse novo cenário, coube a cada país fiscalizar a natureza dos fluxos de capitais. E a cada governo caberia realizar parte dos investimentos nas infraestruturas necessárias.

Margaret Thatcher, na Grã-Bretanha, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, tornaram-se símbolos dessa nova ideologia. Tornaram-se os dois grandes líderes políticos a aderirem inteiramente às medidas neoliberalistas no curso de seus governos. Não foram os primeiros, contudo. Antes dos norte-americanos e dos ingleses, segundo Puliti (2009), “coube ao Chile, sob a ditadura Augusto Pinochet, ser o primeiro laboratório de práticas neoliberais em um pequeno país, que depois seria copiado por Thatcher” (PULITI, 2009, p. 46). O governo democraticamente eleito de Salvador Allende foi deposto por Pinochet no dia 11 de setembro de 1973. Puliti (2009) destaca que o golpe foi promovido pela elite empresarial chilena, com o “apoio das grandes corporações dos Estados Unidos, da CIA e do então secretário de Estado

Henry Kissinger” (PULITI, 2009, p. 46). Mas a retomada do fôlego da economia chilena durou pouco quando se considera as taxas de crescimento, a capacidade de acumulação de capital e mesmo as taxas de retorno para o investimento estrangeiro. O que se viu, imediatamente depois, foi o endividamento da América Latina já no ano de 1982 (HARVEY apud PULITI, 2009, p. 47). Vale lembrar que até o tão aclamado modelo de Previdência Social chileno provou-se “excludente, ineficiente” (PULITI, 2009, p. 47).

Com o financiamento de bolsas de estudos de economia na Universidade de Chicago – desde a década de 1950 e também durante a Guerra Fria –, os Estados Unidos formavam uma elite intelectual de latino-americanos para fomentar e difundir no continente a ideologia neoliberal. O pretexto era modernizar e “conter tendências esquerdistas na América Latina” (PULITI, 2009, p. 46). Thatcher, eleita primeira-ministra britânica em maio de 1979, entre outras medidas, “colocou nas mãos de capitais privados todo o aparato estatal inglês” (PULITI, 2009, p. 48). De acordo com Whalen (2007), citado na obra de Puliti (2009), após 11 anos de governo thatcherista – encerrado em 1990 após sua renúncia –, o nível de pobreza infantil na Inglaterra tornou-se o maior entre os países desenvolvidos. Além disso, houve um aumento considerável nos índices de desigualdade social. Coube, então, ao futuro primeiro-ministro trabalhista, Tony Blair, a partir de 1997, implementar medidas de influência *keynesiana*¹⁴, com a intenção de corrigir parte das distorções sociais experimentadas pelos ingleses nas décadas anteriores.

Nos Estados Unidos, esse processo se inicia após a crise mundial do petróleo, em meados da década de 1970. Ronald Reagan assumiria a presidência dos Estados Unidos em 1980, empenhando-se para desregulamentar o mercado financeiro, ultrapassando as fronteiras do país e “espalhando pelo mundo o processo que ficou conhecido como globalização econômica”, isto é, “a prevalência dos princípios neoliberais-financeiros sobre outras vertentes econômicas” (PULITI, 2009, p. 48). Segundo Puliti (2009), mesmo com o avanço da tecnologia e da instantaneidade na comunicação, aos neoliberais “não bastava a integração tecnológica, era fundamental que houvesse um compartilhamento do sistema de ideias” (PULITI, 2009, p. 49). Ela explica que instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), criadas no pós-Guerra, foram utilizadas para ditar a conduta que os países periféricos e endividados internacionalmente deveriam adotar em sua economia. A intenção era

¹⁴ É uma escola econômica difundida pelo economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), na obra “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda” (1936). Fundamenta o papel do Estado como agente indispensável para induzir a economia ao pleno emprego, argumentando que o ciclo econômico não é auto-regulatório, por conta do suposto espírito animal (*animal spirit*) dos empresários capitalistas (KEYNES, 1936).

a de “preservar a estabilidade monetária em termos planetários, assegurando um ambiente propício aos investimentos do mercado financeiro e garantindo o pagamento de juros e dividendos a detentores de papéis de dívidas públicas” (PULITI, 2009, p. 49). Para Müller (2003), trata-se de uma estratégia fundada na pressão aos países periféricos, de forma que eles adotassem as medidas desse receituário neoliberal. Assim é que elas se tornariam “economias deficitárias com o mercado financeiro internacional” (p. 22). No final da década de 1990, Benjamin (1998) já observava que os Estados Unidos, estando “fortemente deficitário em suas relações com o mundo”, acabaram conferindo à América Latina “o papel de ‘área de criação de superávits’ – mercado cativo para seus produtos e território de manobra para seus capitais – o que explica a indução ativa de políticas neoliberais” (BENJAMIN apud MÜLLER, 2003, p. 22).

Sob esse arquétipo, deu-se origem ao “*Consenso de Washington*”, que, segundo Batista (1994), foi “um receituário de abertura econômica à concorrência externa e privada e de diminuição do tamanho do Estado que ratificou o neoliberalismo na região e que até hoje é considerado por seus críticos o grande demônio da América Latina” (BATISTA apud PULITI, 2009, p. 49-50). Em entrevista para O Estado de S. Paulo no dia 12 de abril de 2009, John Williamson, que cunhou o termo “*Consenso de Washington*”, descartou a possibilidade de que a crise registrada no ano de 2008 tivesse “desqualificado seu receituário de livre mercado”, ainda que se dissesse arrependido por “não ter recomendado mais supervisão do sistema financeiro” (WILLIAMSON apud PULITI, 2009, p. 50). O economista britânico reconheceu a existência de falhas no processo de regulamentação financeira dos Estados Unidos. Disso decorreu, segundo ele, “uma proliferação de instrumentos financeiros complexos e difíceis de avaliar, além de um excesso de endividamento, que podem ter sido grandes responsáveis pela crise” (idem).

O documentário “Trabalho Interno”, produzido por Charles Ferguson em 2010, aborda todas as questões relacionadas à crise de 2008. Consultores e agências de “*rating*”, bancos e conglomerados financeiros, além de companhias de títulos e seguros nos Estados Unidos e em outros países, funcionavam em rede alimentando continuamente uma bolha de trilhões de dólares em hipotecas, títulos e ações, derivadas de empréstimos com grande alavancagem e créditos que inexisteriam fisicamente¹⁵. Tudo isso mediante um *lobby* empresarial e financeiro intenso que preconizava a total desregulamentação dos mercados. No decorrer da crise, coube

¹⁵ “Dez anos da crise de 2008: colapso, consequências e lições. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/09/13/Dez-anos-da-crise-de-2008-colapso-consequências-e-lições>.

ao governo norte-americano socorrer e injetar dinheiro público nas empresas e bancos privados¹⁶ para que pudessem evitar a falência, pois eram “grandes demais para quebrar” – podendo as consequências serem maiores ainda.

Na teoria, o *Consenso de Washington* exige a abertura econômica – que depende não só do fim das barreiras que protegem o comércio de bens e serviços, mas do fluxo das moedas que circulam entre os países. Porém, a literatura registra que países como os Estados Unidos e a Inglaterra praticaram bastante o protecionismo para defender seus interesses. A obra “O lucro ou as pessoas” (2002), de Noam Chomsky, aborda bem esses episódios e vale a pena ser percorrida. Chomsky (2002) relata casos em que prevaleceu a intervenção econômica desses países em benefício próprio, tanto com subsídios para baratear o custo da produção nacional quanto com tarifas a países estrangeiros, a fim de encarecer sua importação, favorecendo a produção e economia interna. O próprio presidente norte-americano, Donald Trump, é a prova cabal e mais recente desse protecionismo, em especial na guerra comercial de tarifas travada contra a China desde 2017¹⁷.

Quanto aos demais itens exigidos pelo “*Consenso*”, estão a privatização de empresas, o câmbio flutuante e o fim dos limites ao movimento de capitais nos âmbitos nacional e internacional (PULITI, 2009). Estas são medidas que favorecem, sobretudo, a operação irrestrita do mercado financeiro e sua máquina geradora de dividendos – que não são tributados apenas no Brasil (e na Estônia), de acordo com o IBGE e em matéria publicada pelo Nexo Jornal¹⁸. Além do mais, o receituário exige a flexibilização das leis de trabalho, o que, na concepção de Puliti (2009), compromete os direitos sindicais e trabalhistas, além dos ganhos previdenciários.

Conforme descreve Noam Chomsky (2002), “os ‘grandes arquitetos’ do *Consenso de Washington* são os senhores da economia privada, em geral empresas gigantescas que controlam a maior parte da economia internacional e têm meios de ditar a formulação de políticas e a estruturação do pensamento e da opinião” (CHOMSKY, 2002, p. 8). Loureiro (2009) resume esta conjuntura ao afirmar que “o objetivo final era enxugar o tamanho do

¹⁶ “Tesouro dos EUA injeta bilhões em nove bancos”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u461958.shtml>. Ou “Países reagiram à crise de 2008 injetando dinheiro em bancos e empresas”. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/09/15/crise-financeira-de-2008-10-anos-reacao-paises.htm>.

¹⁷ “Trump impõe novas tarifas sobre produtos da China”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/trump-impoe-novas-tarifas-sobre-produtos-da-china.shtml>. Ou “Guerra comercial: saiba o que China e EUA já aplicaram de tarifas”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/guerra-comercial-saiba-que-china-eua-ja-aplicaram-de-tarifas-23077579>.

¹⁸ “Como é feita a tributação de lucros e dividendos no Brasil”. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/10/30/Como-é-feita-a-tributação-de-lucros-e-dividendos-no-Brasil>.

Estado, gerando superávits fiscais para pagamento dos juros e do serviço da dívida pública” (LOREIRO apud PULITI, 2009, p. 51). Aspecto que remete à icônica frase atribuída à Margaret Thatcher em 1983: “se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas”. Porém, como busca refletir este estudo, é preciso compreender que muitas crises, sejam políticas, econômicas ou institucionais, principalmente na América Latina, têm como fatores influentes a ingerência de países estrangeiros, que agem sob o pretexto de conter avanços comunistas durante a Guerra Fria ou garantir a modernidade econômica às nações em desenvolvimento.

4.2 – Neoliberalismo e a cobertura econômica no Brasil

O Brasil adere definitivamente ao receituário do “*Consenso de Washington*” no final dos anos 1980 – um estágio que se aprofunda na década de 1990, concomitantemente ao processo de redemocratização do país. Mas o Brasil chega ao fim do século XX cheio de heranças, decorrentes, em especial, de tudo o que experimentou no período que vai da década de 1930 até 1980, quando vivencia um ciclo com três importantes etapas, compostas, segundo Müller (2003), por

uma crescente urbanização – com o deslocamento das populações do campo para a cidade – uma crescente industrialização, com a formação de um parque industrial, inclusive com indústrias de bens de capital, e a construção de um projeto de nação – com empreendimentos do Estado em nível de desenvolvimento econômico que colocava a consolidação da nação no horizonte político do Brasil (MÜLLER, 2003, p. 23).

Se a ideia até então foi a “construção de um projeto de ‘Brasil nação’, o novo ciclo procurará trazer como centro a consolidação da ideologia de um ‘Brasil globalizado’, explica Müller (2003, p. 23). Esse processo teve início com a abertura econômica no governo de Juscelino Kubitschek entre 1956 e 1961, sendo balizado através da ingerência norte-americana no suporte ao golpe e ditadura militar a partir de 1964. Entretanto, segundo Souza (2018) – e como já mencionado em um capítulo anterior –, quando se especulou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)¹⁹ no regime ditatorial brasileiro, que consistia em investimentos

¹⁹ “O raciocínio de curto prazo da elite brasileira sempre boicotou qualquer tentativa de construção de uma base industrial e tecnológica autônoma (...). No governo Geisel, o II PND previa uma reestruturação profunda do setor industrial e planejamento de longo prazo, mas foi boicotado pela elite empresarial, avessa à presença estatal no comando do esforço” (SOUZA, 2018, p. 125). Esse plano visava, sobretudo, uma intensificação na exploração do petróleo nacional, além de uma sofisticação das cadeias industriais petrolíferas, principalmente em decorrência das constantes crises mundiais de petróleo, a fim de diminuir a dependência brasileira do mercado internacional.

massivos do Estado no processo de industrialização do Brasil, logo emergiu o processo de redemocratização em meados da década de 1980. O movimento popular contou com o apoio midiático e das elites brasileiras, sob evidente interesse do capital estrangeiro para a intensificação das investidas neoliberais no país. Os governos de Sarney, Collor e, principalmente, Fernando Henrique Cardoso (FHC) conduziram o trajeto no início dos anos 1990.

Em meio a essas transformações, o noticiário econômico brasileiro, que no início do século XX se resumia a pouquíssimas páginas de abordagem a temas triviais, como o preço do café, passou a ganhar cada vez mais destaque. Isso aconteceu primeiramente com JK, “dentro de um processo intimamente ligado à reorganização do capitalismo em âmbito mundial, com a consolidação de multinacionais estrangeiras e alguns grandes bancos internacionais como os grandes detentores do poder econômico” (PULITI, 2009, p. 43). Essas grandes empresas e bancos internacionais, representantes do capital estrangeiro, estavam entre os principais anunciantes e financiadores publicitários da grande mídia brasileira, promovendo a ampliação do mercado publicitário no país. Puliti (2009) observa também, por exemplo, que o jornalismo econômico ganha grande impulso exatamente durante o regime militar – o que se dá devido à censura sofrida pelo jornalismo político naquele período. A literatura registra que é justamente em meados da década de 1960 e início da década de 1970, durante a ditadura e com o fim do sistema de “*Bretton Woods*”, que personalidades como Roberto Campos e Octávio Gouveia Bulhões introduzem na imprensa brasileira certos “temas inspirados nas teses neoliberais norte-americanas, como a necessidade de reestruturação das relações trabalhistas, que acabou levando a demissões em massa e à recessão 1964-1966, sob o pretexto de domar a escalada da inflação” (PULITI, 2009, p. 43).

Segundo Quintão, foi assim, por meio do jornalismo econômico, que a mídia atuaria não somente para informar a população, mas “como aliciadora da consciência nacional e viabilizadora, como tal, de uma rápida e segura reprodução do capital, como queriam as elites” (QUINTÃO apud PULITI, 2009, p. 44). Puliti (2009) faz especial referência aos discursos técnicos de Campos e Bulhões. Campos, segundo ela, se transformaria “em porta-voz do governo para a área econômica, convicto da eficácia de teses modernizantes e estrangeiras” (idem). Já a mídia, através do noticiário especializado, seria uma espécie de mensageira desse governo. “Delfim Netto, que substituiu Bulhões na Fazenda em 1967, também montou para si uma assessoria de imprensa” (p. 44). Coube à grande mídia elogiar o crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) durante o “milagre econômico”, promovido, na verdade, pelo “alto

endividamento externo que viria cobrar a conta nos anos 1980” (idem), e que propiciou também o aumento da concentração de renda e da pobreza.

As assessorias oficiais do governo, em sintonia com a imprensa, repassavam as notícias positivas sobre a economia. A cobertura, nesse período, era basicamente tutelada por reuniões no Ministério da Fazenda entre Delfim Netto e editores dos jornais para “balizar a cobertura de economia” (PULITI, 2009, 45). E havia um entusiasmo empresarial traduzido pela participação de certas entidades, tais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que, através de seus representantes, atuava como fonte nos noticiários e “rasgavam elogios à política econômica do governo” (idem). Nessa perspectiva de Puliti (2009), restavam então aos “especialistas” em economia legitimar os avanços positivos sob uma perspectiva “técnica”, a maioria deles os “*Chicago Boys*” formados na “Universidade de Chicago”, a partir dos anos 1950 pelo programa ideológico norte-americano que fomentou uma elite intelectual de neoliberais na América Latina.

No momento em que o cenário sofreu uma piora, devido aos choques do petróleo na década de 1970 e à alteração de rumos da política monetária dos Estados Unidos, que optaram por elevar os juros, de forma a controlar a inflação, a mídia brasileira vivenciaria outra transformação em seu noticiário econômico. Observou-se nova e intensa aceleração dos índices inflacionários, acompanhados de déficits na balança comercial em função da importação de petróleo e também de combustíveis. A isso, somava-se, segundo Puliti (2009), uma dívida externa que alcançava o patamar de US\$ 90 bilhões e que consumia nada menos que 90% de todas as receitas exportadoras.

Ainda de acordo com Puliti (2009), a cobertura macroeconômica foi gradualmente substituída por temas microeconômicos. Os assuntos recorrentes passaram a ser, por exemplo, como entender o impacto da inflação e dos juros elevados sobre salários e aluguéis. Mesmo depois da estabilização da inflação, e com o foco estando no mercado financeiro, o noticiário econômico manteve esse modelo de cobertura. Ainda que em menor escala, tentava explicar questões econômicas e políticas relacionadas ao governo e que interferiam no dia a dia do cidadão comum. Segundo os economistas Pedro Rossi e Esther Dweck (2018, p. 82), essa estratégia até hoje consiste em comparar, por exemplo, “o orçamento público com o familiar”, na hora de exemplificar a aplicação de medidas impopulares e de austeridade neoliberal – como explica William Bonner, ao se referir ao modo como assuntos econômicos são traduzidos simplificada e para os telespectadores do JN.

4.2.1 – A retórica da austeridade neoliberal

Para o economista André Lara Resende (2019), no artigo: “Consenso e Contrassenso: déficit, dívida e previdência”, assim como para Rossi e Dweck (2018), essa comparação da economia macroeconômica do governo com o orçamento doméstico e familiar, muitas vezes propagada nos telejornais e repercutida nas opiniões populares, “não é só simplificadora, mas essencialmente equivocada” (ROSSI; DWECK, 2018, p. 82). A explicação dada pelos autores é de que ela desconsidera que “o governo, diferentemente das famílias, tem a capacidade de definir seu orçamento” (idem). O governo pode decidir implementar reformas, por exemplo, que cobrará alíquotas progressivas sobre grandes heranças²⁰, ou que passará a cobrar o tributo sobre dividendos, optando também por não realizar tantas renúncias fiscais para grandes empresas que são de certo modo sonegadas²¹, para em contrapartida poder diminuir a tributação indireta sobre mercadorias e serviços, altamente taxados no Brasil²² e que o principal impacto recai sobre as classes médias e mais populares. Ou seja, “a arrecadação de impostos decorre de uma decisão política e está ao alcance do governo” (ROSSI; DWECK, 2018, p. 82). Esta flexibilidade e decisão sobre quem paga e quem recebe já não pode ser feita em cima de um salário, muitas vezes fixo, dos integrantes de uma família. Outro ponto que refuta a comparação é que quando o governo “gasta” (investe), seja em infraestrutura ou políticas de estímulo, “está aumentando também sua receita” (idem, p. 83), pois “parte dessa renda retorna sob a forma de impostos” (idem). A terceira razão para a imprecisa comparação é que “as famílias não emitem moeda, não têm capacidade de emitir títulos em sua própria moeda e não definem a taxa de juros das dívidas que pagam. Já o governo faz tudo isso” (idem).

Além disso, é bastante comum, nos noticiários econômicos, um discurso da “fada da confiança”, que também corrobora com a narrativa popular de que o Estado – ineficiente – gasta mais do que deveria, explicam Dweck e Rossi (2018). Essa narrativa consiste em argumentar que, após a aplicação de medidas de austeridade, conforme exige o receituário neoliberal, o

²⁰ “No Brasil, a alíquota máxima do imposto sobre herança, o ITCMD (Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação), de competência estadual, é de 8%. Mas a média cobrada é menor, de 4%. Já em outros países, como a Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Japão, essa taxa é bem mais alta, de 25% a 40%”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44020436>.

²¹ “Refis de Temer vai perdoar R\$ 62 bilhões, o dobro do previsto”. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,refis-de-temer-vai-perdoar-r-62-bilhoes-o-dobro-do-previsto,70002208770>. Ou: “Governo prevê renúncia tributária de R\$306,4 bilhões em 2019, valor cobriria 10 anos de Bolsa Família”. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2018/09/18/governo-preve-renuncia-tributaria-de-r3064-bi-em-2019-valor-cobriria-10-anos-de-bolsa-familia.htm>.

²² “Como é composta a carga tributária de diferentes países. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/06/13/Como-é-composta-a-carga-tributária-de-diferentes-pa%C3%ADses>.

mercado reagiria positivamente, atraindo investimentos que resultariam no crescimento econômico. Porém são vários os exemplos recentes que demonstraram exatamente o contrário, como foi o caso da “Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos”²³, aprovada no final de 2016, e da “Reforma Trabalhista”²⁴, aprovada em 2017.

Conforme afirma Paul Krugman (2018), “a crença de que a austeridade gera confiança é baseada em uma fantasia segundo a qual, por um lado, os governos seriam reféns de ‘vigilantes invisíveis da dívida’, que punem pelo mau comportamento, e, por outro, existiria uma ‘fada da confiança’ que recompensaria o bom comportamento” (KRUGMAN apud DWECK; ROSSI, 2018, p. 84). Existem diversas evidências, ainda segundo Krugman, “de que os países europeus que mais aplicaram a austeridade foram os que menos cresceram” (KRUGMAN apud DWECK; ROSSI, 2018, p. 84). Fraccaroli e Skidelsky (2018) observam que “a confiança não é causa, mas acompanha o desempenho econômico e que a austeridade não aumenta, mas diminui a confiança ao gerar recessão” (FRACCAROLI; SKIDELSKY apud DWECK; ROSSI, 2018, p. 84). O filósofo e teórico social Mangabeira Unger (2019) argumenta²⁵ ainda que um ajuste fiscal justo e progressivo não deve ser realizado para atrair a confiança do mercado, mas exatamente ao contrário disso, serve para não existir dependência dele.

Inúmeros economistas vêm defendendo que um ajuste fiscal com base na austeridade “não necessariamente melhora a confiança: um empresário não investe porque o governo faz ajuste fiscal e sim quando há demanda por seus produtos e perspectivas de lucro” (DWECK; ROSSI, 2018, p. 84). Segundo os autores, um país em recessão que não investe, diminui ainda mais a demanda na sua economia. Explicam ainda que “em uma grave crise econômica, quando todos os elementos da demanda privada (o consumo das famílias, o investimento e a demanda externa) estão desacelerando, se o governo contrair a demanda pública, a crise se agrava” (DWECK; ROSSI, 2018, p. 84). Segundo esses especialistas, até mesmo instituições como o FMI atualmente reconhecem o equívoco²⁶.

²³ “Dívida pública tem alta de 2% e ultrapassa marca inédita de R\$ 4 trilhões em agosto, diz Tesouro”. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/09/26/divida-publica-tem-alta-de-2percent-e-ultrapassa-marca-de-r-4-trilhoes-em-agosto.ghtml>.

²⁴ “Reforma trabalhista não cria empregos prometidos, e informalidade cresce”. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/apos-um-ano-reforma-trabalhista-nao-criou-empregos-prometidos-e-informalidade-cresceu#os-numeros-do-desemprego-no-brasil>.

²⁵ “Repare Bem: Ciro Gomes conversa com Mangabeira Unger”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2WTcp-dQdml>.

²⁶ “FMI diz que políticas neoliberais aumentaram desigualdade. Artigo defende que programas de austeridade não geraram crescimento. Documento aponta ‘efeitos nocivos de longo prazo’ na doutrina neoliberal”. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/fmi-diz-que-politicas-neoliberais-aumentaram-desigualdade.html>.

Ainda na perspectiva de Rossi e Dweck (2018), a austeridade só não é um pensamento irracional porque, na realidade, serve como retórica aos interesses das elites. Com recessão e desemprego, por exemplo, diminui a pressão por aumento salarial e aumenta a precarização do trabalho, diminui também a qualidade dos serviços públicos como os de saúde e educação, aumentando a demanda nos setores privados. Os bancos também lucram porque o cidadão fica cada vez mais endividado, e lucram também com as reformas, como a da previdência pública, fomentando a busca por previdências particulares, tornando-se um negócio lucrativo para os grandes agentes do mercado financeiro. Além disso, em épocas de recessão econômica, grandes empresas podem barganhar ajustes e o perdão de dívidas fiscais. “A austeridade é também um dos três pilares centrais do neoliberalismo, juntamente com a liberalização dos mercados e as privatizações” (DWECK; ROSSI, 2018, p. 84).

4.2.2 – As diferenças entre as privatizações no Brasil e no mundo

No quadro interativo “O Brasil que eu quero”, da Rede Globo, grande parte dos depoimentos dos telespectadores diz respeito a queixas quanto à gestão dos patrimônios e riquezas nacionais pelo Estado – o que demonstra um consenso expressivo da opinião pública e popular que se posiciona a favor das privatizações de empresas estatais brasileiras.

De acordo com Aloysio Biondi (1999), em sua obra “O Brasil privatizado”, foi durante o governo FHC que ocorreu o maior número de privatizações no Brasil. Entretanto, o economista esclarece que existiram diferenças estruturais e bastante significativas no processo de privatizações realizado pelo governo tucano no país em relação, por exemplo, às privatizações inglesas no período em que Margaret Thatcher experimentou o neoliberalismo na Inglaterra. O que houve no Brasil, segundo Biondi (1999), foi uma transferência de empresas nacionais públicas e estatais a determinados grupos econômicos, sobretudo estrangeiros. Havendo ainda, em benefício desses grupos, empréstimos concedidos pelo governo através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a aquisição das empresas brasileiras. Em sua obra, publicada em 1999, Biondi fornece interessantes detalhes sobre esses negócios realizados na década de 1990. Ele esclarece, também, que até mesmo a dama de ferro, Margaret Thatcher, “fez tudo diferente do governo Fernando Henrique Cardoso: a privatização inglesa não representou a doação de empresas estatais, a preços baixos, a poucos grupos empresariais” (BIONDI, 1999, p. 20).

O autor explica que o processo inglês se deu ao contrário: o objetivo, naquele caso, era pulverizar as ações, ou seja, transformar a maior parcela possível de cidadãos ingleses em donos

de ações das empresas privadas. Segundo Biondi (1999), foi para isso que o governo inglês “criou ‘prêmios’, incentivos para qualquer cidadão comprar ações: quem não as revendesse antes de certo prazo tinha o direito de ‘ganhar’ determinadas quantias, em datas já marcadas no momento da compra” (idem). Quem mantivessem as ações por períodos mais longos, como acima de três anos, poderiam ganhar ainda lotes extras dos títulos (era uma proporção, em geral, de 10% sobre o número de ações adquiridas). Há um exemplo similar na França, onde, durante a privatização de parte do setor de telecomunicações, em 1998, cerca de 4 milhões de franceses compraram ações, exatamente em função dos atrativos oferecidos pelo governo, de acordo com Biondi (1999). Esses dados ilustram, sobretudo, que nem mesmo os neoliberais do século passado (pois atualmente tanto a Europa²⁷ quanto os Estados Unidos²⁸ não creem veemente nessa ideologia para si próprios) entregaram suas empresas nacionais de forma tão prontamente desmedida aos interesses de grupos particulares e estrangeiros.

Já no Brasil, nas palavras de Puliti (2009), “os bilionários recursos das privatizações no setor de minério, siderúrgico, de energia e comunicações não tiveram como destino qualquer programa social. O dinheiro, segundo o próprio Fernando Henrique Cardoso, serviu para amortizar a dívida pública – que só beneficiaria aos credores” (PULITI, 2009, p. 55). A autora destaca que o Brasil permanece refém do capital externo, mantendo a posição desconfortável na condição de exportador de commodities primárias. Além disso, parece incapaz de resolver os impasses centrados na desigualdade social e nos altos índices de miséria e violência. Até mesmo Delfim Netto, “o venerado maestro do ‘milagre econômico’ brasileiro dos anos 1970” (idem), posicionou-se em tom crítico em relação às medidas econômicas neoliberais do governo FHC, que segundo ele, em determinado grau foram desnecessárias, adotadas também no processo de implementação do Plano Real:

O que se sabe em termos puramente macroeconômicos é que os brasileiros trocaram o grave problema da inflação por três problemas igualmente indesejáveis e que não precisariam necessariamente ter ocorrido em razão do programa de estabilização (o Plano Real): um enorme desemprego causado pelo baixo crescimento econômico durante oito anos seguidos, uma dívida de quase 2/3 do PIB, que exigiu a elevação da carga tributária de 27% para 38% do PIB e uma delicada situação de constrangimento externo decorrente da acumulação de um déficit de US\$180 bilhões em conta corrente (NETTO apud PULITI, 2009, p. 55).

²⁷ “União Europeia aceita afrouxar neste ano sua política de austeridade”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/06/economia/1452113722_185106.html.

²⁸ “Estados Unidos se recuperam da austeridade”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/eua-se-recuperam-da-austeridade-11065734>. Ou “Obama: As medidas de austeridade contribuíram para desacelerar o crescimento na Europa”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/17/internacional/1476729215_279923.html.

O consenso existente, quanto a uma insatisfação na gestão do patrimônio público pelo Estado, é intensificado quando os cidadãos não são colocados a par de pormenores envolvendo a transferência de empresas e riquezas nacionais a grupos particulares e/ou estrangeiros. A omissão, por parte da grande mídia, em fornecer aos espectadores detalhes de acordos e negócios realizados pelo governo se agrava com a utilização de linguagens rebuscadas na cobertura econômica e política, dificultando a compreensão popular.

4.2.3 – O discurso “tecnicista” em favor do mercado financeiro

Após o controle inflacionário pela implementação do Plano Real, o debate econômico prevaemente na grande mídia no Brasil se deu principalmente por meio da intensificação e aperfeiçoamento da racionalização técnica como elemento de persuasão, conforme descreve Paula Puliti (2009). A economia política do século XVII foi transformada numa nova ciência denominada puramente “economia”, abandonando conceitos ligados à ética, classes e sociedade em razão de uma visão mais matemática, valorizadora do cálculo. Segundo a autora, o equívoco dessa interpretação apenas racional e matemática da economia é que ela exclui as instâncias humanas e sociais presentes na dinâmica política e nos próprios processos econômicos (PULITI, 2009). De acordo com Puliti (2009), assim a economia deixou de ser dedutiva para se tornar prescritiva, e sua ligação com o cálculo e a estatística a tem sustentado como uma ciência exata.

Não há como negar que os avanços tecnológicos dos séculos XX e XXI introduziram instrumentos sofisticados para a realização de análises e projeções econômicas, que causaram transformações sobretudo no meio em que as negociações e acordos econômicos são concretizados. Porém, conforme descreve o trabalho de Paula Puliti (2009), as previsões econômicas divulgadas pela grande mídia e seus especialistas têm servido cada vez mais como variáveis para alimentar uma espécie de máquina midiática de especulação, que influencia tanto o comportamento das pessoas quanto propriamente as ações do governo. Ao mesmo tempo em que a “economia” se descolou da política, em termos de métodos de análise e compreensão, ela tomou para si as rédeas sobre os caminhos políticos que governantes e parlamentares devem seguir.

Em entrevista concedida em abril de 2008 à Paula Puliti (2009), para a tese de Doutorado da pesquisadora, “A financeirização do noticiário econômico no Brasil (1989-2002)”, o jornalista Francisco Carlos de Assis, na profissão há 17 anos (dos quais 15 atuando

na área econômica), explicou como as especulações se dão na relação do mercado financeiro com a mídia no país. Ele reiterou, por exemplo, que às vezes o mercado tem a intenção de manipular: “(...) ele não é santinho, não é mesmo. (...) A regra do mercado é ganhar dinheiro. E aí entra o papel do Banco Central (BC) de controlar esses ímpetos, esses exageros. Há exageros, sim” (ASSIS apud PULITI, 2009, p. 196). O jornalista, que atuou em veículos como a Folha de S. Paulo e O Globo, assume para a pesquisadora que o mercado utiliza a mídia e a mídia faz o mesmo com o mercado, numa “relação meio promíscua” (idem). E que a imprensa usa o mercado porque precisa de notícias para retroalimentar o próprio mercado, numa espécie de círculo vicioso. Assis (2009) ainda ilustra atitudes do mercado e da mídia para definirem os rumos da política no país. Ao ser questionado por Puliti (2009), ele explica que algumas previsões são mais para pôr medo na população. Em seguida, expõe um caso de tentativa de manipulação da opinião pública, no ano de 2002. Esse caso teria se dado quando se soube das grandes chances de Luís Inácio Lula da Silva se tornar presidente da República nas eleições daquele ano. Segundo o jornalista,

o mercado operou pesado, à beira do caos. O mercado falava que tudo o que tinha se conseguido com o Fernando Henrique Cardoso – estabilização, lei de responsabilidade fiscal – ia ser jogado fora, na lata do lixo, porque o Lula tinha um discurso que não era verdadeiro, o Lula era inimigo de banqueiro, o Lula era a favor da inflação. Com esse discurso de distribuir renda, de querer gerar emprego, gastar muito, que a lei de responsabilidade fiscal não ia ser respeitada, daí você teve o dólar batendo em R\$4, era irreal. Aquilo não era racional. O mercado faz esse tipo de coisa. O mercado opera, o mercado quer eleger presidente, o mercado quer tirar presidente, um monte de coisa (ASSIS apud PULITI, 2010, p. 196).

O doutor em economia pela USP, Alexandre Andrada, em artigo publicado pelo *The Intercept Brasil* (2019), salienta que “o mercado domou até Lula”²⁹, que nomeou Henrique Meirelles, do alto escalão do *BankBoston*, para o Banco Central em seu governo³⁰. A ingerência do mercado na política monetária brasileira acontece também por meio desse trânsito livre de executivos do alto escalão dos bancos privados para cargos públicos como o BC, e também o movimento contrário. Segundo Andrada (2019), “o mercado é tão poderoso no Brasil que é o único *lobby* capaz de alterar os fundamentos econômicos do país para sinalizar sua repulsa ou seu amor por um candidato a presidente”. Além de demonstrar suas predileções, ele exige que seus interesses estejam resguardados por pessoas de sua mais estrita confiança. O economista

²⁹ “Por que os bancos lucram enquanto a economia afunda”. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/09/25/bancos-lucram-enquanto-economia-afunda/>.

³⁰ “Lula anuncia Henrique Meirelles no Banco Central”. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021212_meirellesep1.shtml.

elucida, ainda, que “o mercado busca agir como uma espécie de poder moderador, acima dos demais poderes e da população do país”. Uma das formas para demonstrar essa sua influência é aumentando as expectativas de inflação, de risco-país, de juros, de câmbio, etc.

Assis (2009) reitera que é esse tipo de conduta que um BC comprometido tem de atenuar, do *lobby* financeiro com a economia real. Pois para ele, quando o mercado atua por meio de especulações, e isso é difundido como notícia na imprensa, há um impacto na economia real. Ele ainda argumenta como essa ingerência do mercado, difundida pela mídia, afeta sobretudo a opinião pública e a consciência do cidadão. Pois “o cara que vai comprar uma televisão, ele pensa duas vezes”, já que pensa consigo: “vi um economista fulano de tal falando que vai ter uma crise, que vai todo mundo perder o emprego”. Então esse indivíduo, assim como o restante da população, fica aguardando o que vai acontecer. Esse receio iminente é capaz, provavelmente, de influenciar até mesmo a opinião dos telespectadores que participaram do quadro “O Brasil que eu quero”. Além disso, Puliti (2009) ainda demonstra como a retórica do mercado dominou os noticiários econômicos brasileiros:

De 1990 a 1994, as notícias sobre o comportamento do mercado financeiro dividiram espaço de forma praticamente equilibrada com greves, negociações salariais e inflações. Depois desse período, predominaram exclusivamente o comportamento do mercado financeiro e as notícias sobre reformas, privatizações, contas públicas, abertura da economia e desregulamentação do setor privado (PULITI, 2010, p. 3).

A “retomada da confiança do mercado” se tornou a narrativa predominante na cobertura econômica da grande mídia, baseada nas medidas do “*Consenso de Washington*”. Em meio a isso e através do uso do “economês”, o noticiário econômico parece fomentar também a impossibilidade de reflexão do conteúdo veiculado. Utiliza-se recorrentemente “aquela linguagem que só os ‘iniciados’ entendem: captações, *spreads*, balanço de pagamentos, títulos do Tesouro, ações, câmbio, *swaps*, mercado financeiro, *déficit fiscal*, *superávit primário*, valor de mercado, risco-país, leilões de dólares, indicadores antecedentes, curva de juros, rentabilidade e outros termos técnicos” (PULITI, 2010, p. 5). Curiosamente, se por um lado cria-se um senso de extrema complexidade quanto a esses assuntos econômicos veiculados nos noticiários, de outro há também uma comparação excessivamente simplificadora nessas coberturas, como elucida William Bonner em relação à utilização de metáforas e analogias para explicar assuntos de naturezas política e econômica aos telespectadores no JN.

Além disso, Dupas (2005) e Ortiz (2006) explicam que os economistas do mercado financeiro fornecem diariamente análises de cunho técnico aos jornalistas, ganhando

credibilidade e tornando-se fontes oficiais juntos à imprensa, como donos do único conhecimento correto, já que quem é reconhecido cientificamente aparece como imparcial e importante para os outros. Estes economistas produzem relatórios que, segundo Puliti (2010), transmitem a ideia de um conteúdo aparentemente neutro, sem viés político, contendo apenas parâmetros técnicos. Todavia, como salienta a autora, qualquer que seja o discurso carrega sua parcialidade política.

Ao não compreender o conteúdo veiculado, o cidadão é levado a crer que medidas impopulares são realmente necessárias para contornar uma crise, ocasionada, segundo o mesmo noticiário, por falta de competência (e honestidade) dos políticos na gestão do patrimônio público. Concepção que, em razão dos escândalos de corrupção predominantes, contribui para a propagação de um consenso e generalização no pensamento popular, balizando também parte das frustrações dos telespectadores do quadro “O Brasil que eu quero”, de que quanto menos Estado, na vida do brasileiro, melhor. Pois é exatamente isso o que “o neoliberalismo prega, como ideologia, que não há mais nada ineficiente do que o Estado e nada mais moderno e eficiente do que as forças do ‘mercado’ – o local hipotético onde cada indivíduo seria capaz de tomar decisões próprias” (PULITI, 2010, p. 1).

5. Os efeitos no cidadão: uma sociedade tecnológica e suas instituições privadas

A ideologia neoliberal adentrou como nunca no cotidiano das pessoas. As características de um pensamento econômico e político como esse – e sua aparente habituação à sociedade atual, tecnológica e individualista – transformaram os costumes e a cultura dos indivíduos de maneira geral. Um dos dispositivos tecnológicos em que algumas dessas marcas da contemporaneidade se fazem presentes é justamente o *smartphone*, que, no quadro “O Brasil que eu quero”, é um dos elementos mais importantes na estruturação da atração, ao emergir como instrumento mediador entre o telespectador e a emissora. Este capítulo trata basicamente de uma reflexão sobre a influência da tecnologia nos hábitos do cidadão comum, paralelamente às transformações sociais oriundas do pensamento neoliberal, que apregoa a substituição do Estado pela iniciativa privada.

Devido às transformações tecnológicas também no universo do entretenimento, muitos são os elementos que concorrem para a exposição da vida íntima dos indivíduos. Como observa Trent Hamann (2009), “*reality shows*, redes sociais, *webcams* e *blogs* confessionais contribuíram para a exposição do domínio privado de maneira imprevisível pelo conhecido *slogan* feminista dos anos 1960: ‘o pessoal é político’” (p.103). Mais do que isso, pode-se dizer, como argumenta Hamann (2009), a tecnologia tornou “espaços privados e o tempo pessoal acessíveis às demandas de negócios” (idem). O ininterrupto acesso à *internet*, GPS e redes sociais colaborou para essas mudanças, possibilitando que empreendimentos privados passassem a intervir e modelar instâncias tidas até antes como particulares, como os lares e a própria vida dos indivíduos.

Com um *smartphone* em mãos, contendo um aplicativo de mensagens instantâneas, por exemplo, tornou-se praticamente habitual que o trabalhador leve trabalho para casa, mesmo após o fim do expediente. Para Hamann (2009), isso extingue sobretudo a afirmação de Marx de que “o trabalhador está em casa quando não está trabalhando, e quando está trabalhando não está em casa” (HAMANN, 2009, p. 103). É cada vez mais comum encontrar atividades do tipo *home office*, como a de *telemarketing*, produção de conteúdo e compras *online*, entre muitas outras modalidades.

Essa apropriação neoliberalista da vida pessoal do indivíduo, quando somada de uma apropriação de esferas e espaços públicos, resultam inclusive em consequências mais amplas. Conforme elucida Marilena Chauí (2000), esse remanejamento das esferas sociais, sob a perspectiva dos direitos, indica uma redução do espaço público – e na perspectiva dos interesses econômicos, uma ampliação do espaço privado (CHAUÍ, 2010). Isso ocorre principalmente em

relação a transferência à iniciativa privada dos serviços básicos que, em tese, deveriam ser de acesso a todos. Como assinala Hamann (2009), várias instituições cujo funcionamento se dava no âmbito público – caso das escolas, hospitais e presídios, por exemplo – são hoje gerenciadas de maneira privada, em geral por corporações que almejam uma lucratividade acima da média. Ao mesmo tempo, o autor observa um número crescente de pessoas desprovidas de assistência à saúde, uma queda de qualidade nos serviços da educação e um aumento da população carcerária (HAMANN, 2009).

A iniciativa privada se apropriou basicamente das “funções governamentais tradicionais, como cobrança de impostos, saneamento e definição de políticas, em municípios com restrições financeiras” (idem, p. 103). Bens e infraestruturas públicas tradicionais como parques naturais, praias, água, aeroportos e rodovias são cada vez mais transferidos pelo governo à iniciativa privada para serem transformados em negócios rentáveis, na maioria das vezes com promessas rasas não realizadas de servir ao interesse público. Não obstante é que esses serviços essenciais, agora particulares, continuarão a atender, e atender bem, às classes dominantes privilegiadas economicamente. Cria-se naturalmente com isso um processo excludente, em consequência das investidas “legais” de empreendimentos privados ao que antes era denominado de utilidade pública. O capitalismo favorece aspectos que reforçam os privilégios, como “a transformação de direitos sociais (como educação, saúde e habitação) em serviços privados adquiridos no mercado e submetidas à sua lógica” (CHAUI, 2000, p. 99).

Se nas teorias sociológicas de especialistas como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, discutidas em um capítulo anterior, o brasileiro se apropria do espaço público para atingir objetivos e benefícios particulares, na cultura neoliberal, em sua definição mais expressa, o privado simplesmente aniquila esse “público”, tira-o de cena, pulveriza-o. Ao tomá-lo para si por inteiro e ao tornar-se dono legalmente dele, conseqüentemente dá-se fim ao antagonismo entre essa instância coletiva de bem comum – agora inexistente – e a particularidade de cada um dos indivíduos. Os parâmetros para as delimitações entre as duas esferas, assim, foram suprimidos. Em resumo, todos ficaram nus pela modificação de dois aspectos básicos: o fim da privacidade e a transferência total da responsabilidade pelos problemas macroeconômicos, estruturais e sociais ao domínio particular do próprio indivíduo.

Problemas antes considerados mazelas sociais transferiram-se para o domínio pessoal: pobreza, degradação ambiental, desemprego, falta de moradia, racismo, sexismo e heterossexismo: todos foram reinterpretados como questões privadas que deveriam ser atendidas pela caridade voluntária, pela mão invisível do mercado, pelo cultivo de “sensibilidades” pessoais em relação aos outros ou fortalecendo a própria autoestima. (HAMANN, 2009, p. 104).

De maneira geral, ao invés de debates mais aprofundados na mídia e na opinião pública sobre necessárias adequações e ajustes reais nas estruturas sociais do país, como também a necessidade de denúncias quanto à existência de “ambientes insalubres ou de precários procedimentos de segurança no trabalho (...), as corporações fortaleceram as práticas de promoção da plena responsabilidade dos trabalhadores pela sua própria saúde e bem-estar” (HAMANN, 2009, p. 104). Nesse universo, houve aumento significativo do uso das “tecnologias de ‘autoajuda’ e ‘poder pessoal’, que vão desde as antigas escolas do ‘pense e enriqueça’ até as novas técnicas que prometem maior controle sobre a autogestão de qualquer coisa, do tempo à raiva” (idem). A era do “*coaching*” emerge paralelamente a essa cultura neoliberal do indivíduo – denominado aqui como “*homo economicus*” neoliberal. Por definição, ele significa “um ‘átomo’ de interesse próprio, livre e autônomo, plenamente responsável por navegar pelo campo social utilizando cálculos de escolha racional e custo-benefício, excluindo explicitamente todos os demais valores e interesses” (idem). Inclusive, os que fracassarem sob essas condições sociais não podem responsabilizar ninguém além de si mesmos. Nesse sentido, o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2010) descreve a atual situação em sua obra “Sociedade do cansaço”. Para ele, sucede-se um estágio em que, não somente as instituições, mas os próprios indivíduos passaram a oprimir e explorar a si mesmos. O acúmulo de tarefas, segundo o autor, tem levado inclusive as pessoas ao esgotamento e à impossibilidade de aprofundamento crítico e criativo.

Isso se dá devido a uma mudança estrutural na concepção simbólica do indivíduo, como sujeito social, e da própria sociedade. “Muito do que era compreendido como social e político foi reposicionado no interior do campo do autogoverno, frequentemente por meio de técnicas impostas por instituições privadas, como escolas e empresas” (HAMANN, 2009, p. 104). Essa transformação evidencia também que, “em uma escala maior (...), as decisões políticas governamentais sofrem, de maneira crescente, influência dos interesses privados de corporações e indústrias, para as quais as metas do próximo trimestre se sobrepõem a qualquer interesse público de longo prazo” (HAMANN, 2009, p. 105). Discursos neoliberais “promoveram os ideais populistas de escolha, liberdade, autonomia e individualismo” (idem). Entretanto, “a realidade é que indivíduos ao redor do mundo estão cada vez mais sujeitos às severas, imprevisíveis e imperdoáveis demandas das forças de mercado e aos tipos de juízos impessoais que os avaliam em termos de cálculos de custo-benefício dos riscos econômicos, responsabilidade financeira, produtividade, eficiência e conveniência” (idem).

A criminalidade, por exemplo, como pequenos furtos, assaltos e tráfico de

entorpecentes, pela população de bairros periféricos em decorrência dos altos índices de desemprego e falta de oportunidades para essas classes, também foi reposicionada à condição de plena liberdade individual nas tomadas de decisão. Pois de acordo com a racionalidade neoliberal, desconsiderando-se fatores estruturais, os infratores de pequenos delitos apenas optaram, livre e conscientemente, por escolher o caminho da ilegalidade – “vivendo e morrendo de acordo com a regra da economia máxima, os sem-teto estão sujeitos aos efeitos mais duros e cruéis da governança doméstica” (HAMANN, 2009, p. 113).

Crises e colapsos na economia neoliberal, como a vivenciada em 2008, entre outras experimentadas em diversas economias do mundo sob controle do receituário de mercado – o que inclui os crescentes índices de desemprego e subempregos –, talvez ao invés de demonstrarem o fracasso e a falência desse sistema evidenciem o contrário: “seu sucesso na institucionalização de um princípio moralizador de punir aqueles que não acumularam ‘capital humano’ suficiente” (HAMANN, 2009, p. 105). Em razão disso, “exemplos como esses sugerem que, pelo menos até certo ponto, a estratégia neoliberal de inculcar valores de mercado em cada aspecto da vida social e de transferir a responsabilidade para o indivíduo foi bem-sucedida” (idem).

Nesse paradigma, o homem econômico não é mais um “parceiro de trocas”, mas um “empreendedor de si”. O que numa expressão mais popular e atual também pode ser denominada como “uberização da economia”³¹. Isso é evidente, elucida Andrada (2019), quando uma parcela significativa da população, o que nesse aspecto inclui boa parte da classe média, passa apressadamente e desapercibida pelas avenidas das capitais, realizando serviços para megaempresas digitais, sem vínculo empregatício e salvaguardas, em carros e motocicletas próprias (ou alugadas), ou até mesmo bicicletas e patinetes compartilháveis em aplicativos de empresas e bancos. “A instituição dessas novas formas de atividade empreendedora significou que os níveis de competição tradicionalmente característicos das relações entre negócios e corporações estão agora profundamente enredados no nível da própria força de trabalho” (HAMANN, 2009, p. 108-109). O sociólogo Pierre Bourdieu (1998) esclarece o fenômeno ao pontuar que:

³¹ “Informalidade bate recorde ao atingir 35,42 milhões de trabalhadores em 2018”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/informalidade-bate-recorde-ao-atingir-3542-milhoes-de-trabalhadores-em-2018-1-23416920>. Ou “Trabalho informal avança para 41,3% da população ocupada e atinge nível recorde, diz IBGE”. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/30/trabalho-informal-avanca-para-413percent-da-populacao-ocupada-e-atinge-nivel-recorde-diz-ibge.ghtml>. Ou “Número de motoristas cadastrados no Uber cresce 900% em um ano no Brasil”. Disponível em: <https://canaltech.com.br/apps/numero-de-motoristas-cadastrados-no-uber-cresce-900-em-um-ano-no-brasil-102614/>.

A competição é estendida aos próprios indivíduos por meio da individualização da relação salarial: estabelecimento de objetivos de desempenho individual, avaliação de desempenho individual, avaliação permanente, aumentos individuais de salário ou concessão de bônus em função da competência e do mérito individual; planos de carreira individualizados; estratégias de “delegação de responsabilidade” destinadas a assegurar a auto-exploração da equipe que, simples trabalhadores assalariados em relações de forte dependência hierárquica, são ao mesmo tempo responsabilizados por suas vendas, seus produtos, sua filial, sua loja, etc. como se fossem prestadores de serviço independentes. Essa pressão em direção ao “autocontrole” estende o envolvimento do trabalhador de acordo com as técnicas de gerenciamento participativo muito além do nível gerencial. Todas essas são técnicas de dominação racional que impõem envolvimento excessivo no trabalho (e não apenas entre gestores) e trabalho sob condições de emergência e altos níveis de *stress*. E elas convergem para enfraquecer ou abolir padrões coletivos ou solidariedades (BOURDIEU apud HAMANN, 2009, p. 109).

O professor e jurista Rubens Casara (2018), em sua obra “Sociedade sem lei” (2018), explica que a mudança paradigmática neoliberal, responsável por essas transformações na rotina e na vida da população, principalmente em razão de uma destituição de direitos trabalhistas, fundamentais, garantias individuais e coletivas frente a interesses privados de megacorporações, conduziu a sociedade contemporânea e seus princípios a um novo estágio de mentalidade, denominada como “pós-democrática”. No caso do Brasil, Chauí (2010) pontua que

(...) o neoliberalismo significa levar ao extremo nossa forma social, isto é, a polarização da sociedade entre a carência e o privilégio, a exclusão econômica e sociopolítica das camadas populares, e, sob os efeitos do desemprego, a desorganização e a despolitização da sociedade anteriormente organizada em movimentos sociais e populares, aumentando o bloqueio à construção da cidadania como criação e garantia de direitos (CHAUÍ, 2010, p. 99).

Com o cidadão desassistido, manifesta-se um estágio em que tudo se torna negociável. Agora isolado, esse *homo economicus*, que é “seu próprio capital, seu próprio produtor e a fonte de seus próprios ganhos” (HAMANN, 2009, p. 123), passa a ser também o único responsável a arcar definitivamente com a hipótese de seu fracasso. Mesmo que este, na realidade, seja ou se dê em decorrência de fenômenos macroeconômicos ou estruturais na sociedade, externos ao seu empenho e/ou desempenho individual. As crises, sejam econômicas, políticas ou democráticas, também penalizam o indivíduo. Todas essas condições, mesmo que inconscientemente, incitam as frustrações das pessoas e, principalmente, os protestos dos que participaram do quadro “O Brasil que eu quero”, ainda que o foco, desses telespectadores, esteja num axioma de que o Estado é o único propiciador de obstáculos na vida dos brasileiros.

5.1 – A pós-democracia neoliberal e a necessidade de uma conscientização da sociedade

Rupturas democráticas com o pressuposto de combate a um Estado corrupto servem a propósitos específicos. Além de desenrolar uma reação em cadeia, com crises de naturezas diversas, “a chamada ‘crise da democracia’, em um momento em que não existe mais democracia em sentido substancial (...) é fundamental ao projeto capitalista” (CASARA, 2018, p. 19). Esta representa a própria mitigação do Estado de bem-estar social – meio viabilizador de garantias fundamentais e direitos aos cidadãos por meio de limites legais (e democráticos). A subsequente “narrativa da crise do Estado Democrático de Direito, portanto, funcionou como estratégia para esconder a mudança paradigmática que resultou no que, à falta de melhor nome, está-se a chamar de Estado Pós-Democrático” (CASARA, 2018, p. 20).

O discurso da “crise da democracia” tem função encobridora e docilizadora. Nega uma mudança paradigmática com a finalidade de ocultar que os direitos e garantias fundamentais, o conteúdo material da democracia e a vontade popular não servem mais de obstáculo ao exercício do poder, em especial o econômico. A pós-democracia apresenta-se como uma variação democrática, mas não o é. O significante “democracia” tornou-se vazio. Em nome de uma democracia de fachada praticam-se atos de violação aos valores democráticos. Em países, como o Brasil, lançados em uma tradição autoritária, onde mais da metade da população sempre foi vítima de arbítrios enquanto o restante da população naturalizou a violação dos limites democráticos, a pós-democracia instalou-se docilmente. Em um país construído a partir da escravidão e da correlata naturalização da hierarquização das pessoas, com alguns indivíduos desde sempre percebidos como descartáveis, a pós-democracia, a mercantilização das relações sociais e o egocentrismo do homem econômico adentraram sem dificuldade na sociedade (CASARA, 2018, p. 16).

A mudança paradigmática na mentalidade do indivíduo e na sociedade conduzida pela razão neoliberal contra o Estado, fundamentada na moral legal de que tudo pode ser negociável, pôs em perspectiva a possibilidade de negar ou desvirtuar o simbolismo existente, por exemplo, nos valores democráticos. Isso ocorre simplesmente ao se desconsiderar as estruturas e as razões, tanto quanto os contextos históricos que levaram ao surgimento desses princípios. A maioria dos cidadãos comuns, hoje, por exemplo, que tece críticas aos direitos humanos, simplesmente desconhece os motivos pelos quais essa cartilha foi fundada. O cidadão pós-democrático “é ensinado a analisar documentos, mas não estimulado a ler; encorajado, por vezes, a sentir empatia pelas vítimas do holocausto, mas não a refletir sobre as razões e as condições em que se deu a barbárie” (CASARA, 2018, p. 85).

O indivíduo do Estado pós-democrático, segundo Casara (2018), emerge de uma subjetividade duvidosa por sofrer de um esvaziamento simbólico. E sob a contínua influência

da narrativa neoliberal, ele passa a crer que sua liberdade está condicionada a uma não intervenção do Estado em regulações do arbítrio e poder (próprio e alheio). “É levado a pensar como um *player* do mercado, um empresário-de-si (...) e a identificar o outro como um concorrente e, portanto, um inimigo a ser combatido e derrotado, quando não eliminado” (CASARA, 2018, p. 15-7). Esse mesmo indivíduo não percebe que a lógica neoliberal condiciona a todos, inclusive ele mesmo e seus direitos, ao patamar de dados estatísticos e mercadorias perfeitamente substituíveis e/ou negociáveis. Todavia, não nota também que essa concepção engloba mais do que somente ele e seus direitos, abrange principalmente poder de influência em decisões oficiais do Poder Judiciário, do Executivo e do Parlamentar, envolvendo todo tipo de personalidade velada em favor de interesses particulares de grupos de poder. “O mercado tornou-se, então, o principal regulador das relações sociais, uma vez que todas as pessoas e todos os valores passaram a ser tratados no registro das mercadorias” (CASARA, 2018, p. 76).

Esse Estado pós-democrático favoreceu a execução das políticas de choque no Brasil, operando com pretexto de combate às disfunções do Estado. O parcial e significativo apoio popular existente em episódios como o processo de *impeachment* de uma Chefe de Estado democraticamente eleita³², a implementação de uma PEC do Teto limitadora de gastos públicos em saúde e educação, tanto quanto a aprovação de uma Reforma Trabalhista que retirou direitos dos trabalhadores demonstram que a condução da narrativa neoliberal, junto à mídia, na manutenção de elementos simbólicos, vem alcançando seus objetivos. Casara (2018) salienta que tudo isso “é feito de forma apressada na tentativa de restabelecer o modelo neoliberal, porque a rapidez é fundamental para impedir a reflexão sobre o significado das medidas e a organização necessária à resistência das forças políticas de oposição” (CASARA, 2018, p. 64).

É através da transformação no eu-subjetivo do indivíduo, conceitos Lacanianos³³, pelo esvaziamento de seu simbólico – que atua como feixe de luz sobre a consciência do sujeito para fornecer padrões e compreensões de situações e contextos, bem como a perspectiva crítica deles –, que se torna muito mais fácil conduzir a “opinião” dessas pessoas. Pois com este esvaziamento, sucede-se uma condição para a vulnerabilidade, que agora sofre mais facilmente

³² A presidente Dilma Rousseff teve seu mandato definitivamente cassado no dia 31 de agosto de 2016, sob acusação de crime de responsabilidade, pela realização de “pedaladas fiscais”. Entretanto, diversos juristas contestaram a legalidade das denúncias, afirmando que as “pedaladas” não caracterizaram improbidade administrativa. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_impeachment_2visoes_juristas_jp. Ou: <http://apublica.org/2015/12/truco-comparato-o-impeachment-hoje-e-absolutamente-ilegitimo/>.

³³ Obra: “O simbólico, o imaginário e o real. Conferência de 8 de julho de 1953 na Sociedade Francesa de Psicanálise”, Jacques Lacan.

com a própria arbitrariedade da imaginação do indivíduo, estimulada por instâncias externas diversas e aleatórias, como redes sociais, *blogs* e noticiários. Além do mais, esse sujeito estará, sobretudo, cada vez mais susceptível a excessos de seu próprio imperativo e, portanto, às chances de alinhamento com posicionamentos mais extremistas.

É por essa razão que um simbólico baseado em valores cidadãos e democráticos, conforme recomendação de Theodor Adorno (1986), deve ser estimulado tanto na “primeira infância” quanto “ao esclarecimento geral, que produz um clima intelectual, cultural e social que não permita a repetição de barbáries” (ADORNO, 1986, p. 2). Essa constituição é expressiva porque se “identifica com a linguagem e surge como um elemento diferencial externo, um limite imposto por terceiros, que tendia a ser internalizado pelo indivíduo. É o simbólico que, por exemplo, explica a diferença entre o desejo humano e o instinto animal, bem como fornece os valores que constroem a dimensão humana” (CASARA, 2018, p. 28). É nessa instância, ainda, difundida por meio da linguagem, que são estabelecidos padrões de mentalidade e comportamentos desejáveis para que os valores democráticos e o bem-estar social sejam conservados e estimulados. Pois é preciso que sejam evitados excessos de poder e atos impraticáveis em uma sociedade civilizada, tanto por parte de agentes públicos, privados e pela própria população. Adorno (1986) expõe ainda algo semelhante ao dizer que “culpados são unicamente os que, desprovidos de consciência, voltaram contra aqueles seu ódio e sua fúria agressiva. É necessário contrapor-se a uma tal ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias” (ADORNO, 1986, p. 2).

É, portanto, nesse horizonte que a grande mídia e as redes sociais devem mirar seus esforços, em confluência com as transformações tecnológicas em um constante empenho das instituições democráticas. O que inclui principalmente empreendimentos jornalísticos, como o quadro “O Brasil que eu quero”, que se apropriam de recursos técnicos e narrativos da atualidade para informar e conscientizar o cidadão, introduzindo-o como agente principal das mudanças positivas que ele deseja na sociedade.

6. O quadro “O Brasil que eu quero”, da Rede Globo

Até aqui foram apresentados um histórico e articulações teóricas sobre questões importantes para avaliar a atuação do Grupo Globo, em especial no que diz respeito ao jornalismo praticado no Brasil e à influência neoliberal nos noticiários. Paralelamente a isso, foi traçada uma reflexão sobre a influência da cultura neoliberal na sociedade e na vida das pessoas, antecedida por um retrospecto sobre a formação da sociedade brasileira, sob um olhar que atravessa também o campo da psicologia ao considerar as consequências de um regime legalizado de escravidão que perdurou até o final do século XIX no país. Já neste último capítulo, é apresentado o exercício analítico do quadro interativo da Rede Globo “O Brasil que eu quero”. Assim, foram observadas sua composição técnica e performática, bem como as reivindicações mais frequentes dos telespectadores participantes do quadro. Também se analisou a dupla face do telespectador no programa – alguém que age ao mesmo tempo como público e colaborador do telejornal, junto aos profissionais que constituem a base responsável pela produção do conteúdo jornalístico. Além disso, foram avaliadas hipóteses como a de uma influência do discurso neoliberal nos relatos dos participantes do quadro.

Este estudo foi orientado basicamente pelos conceitos do professor e sociólogo Erving Goffman e sua “análise dos quadros da experiência social” – compondo assim um *hall* junto a outros trabalhos da área de comunicação que também se fundamentaram através desse método. Em diálogo com essa teoria, Juliana Gutmann (2014) contextualiza a pertinência de se recorrer ao pensamento de Goffman quando ele se apropria de termos da teoria do teatro para discutir representações do sujeito na vida cotidiana. Gutmann (2014) explica que existem semelhanças entre o estudo de Goffman e as relações sociais dos atores (apresentadores, repórteres e entrevistados) que compõem o telejornalismo: “Os sujeitos comunicativos são configurados por relações numa dada situação, assim como ocorre nas interações da vida cotidiana em que o ator representa um determinado papel, é visto pelo público (também ator social) e, ao mesmo tempo, é público da peça vista pelo espectador” (GUTMANN, 2014, p. 320). Para Goffman, “entende-se que o contexto comunicativo do telejornal reproduz, no interior das textualidades, uma definição de situação” (GOFFMAN apud GUTMANN, 2014, p. 320), que responde também “pelo acordo tácito entre programa e público em prol da coerência de sentido, o que garantiria reconhecimento social de um programa enquanto formato ou subgênero do telejornalismo” (p. 320). Segundo Gutmann (2014), encontra-se em jogo as relações de poder por uma “disputa pela autenticação e legitimidade da enunciação” (p. 321). Isso significa que o reconhecimento

dos discursos perante a sociedade só é alcançado mediante uma articulação feita entre os jornalistas, o público, sua cultura e o próprio telejornal.

Assim, o quadro “O Brasil que eu quero”, difundido dentro de uma composição telejornalística, não é somente o espaço e momento cedido ao cidadão e telespectador para que haja o livre exercício de protestos e denúncias desprendidas. O tempo dado aos telespectadores em horário nobre da televisão brasileira pertence a um “quadro” muito maior do que ele mesmo e inclusive mais amplo do que o próprio telejornal em que é transmitido. Abarca também a vida cotidiana, a representação da vida cotidiana nas notícias veiculadas, tanto quanto a busca constante pela aprovação popular dos discursos propagados em todas essas instâncias de representações. Ao compreender a dimensão dessa esfera, torna-se possível identificar os padrões que resultam nas ações guiadas dos elementos do quadro “O Brasil que eu quero”, bem como os princípios do telejornalismo que orientam essa atração interativa da Rede Globo. Aqui, é importante entender e refletir sobre a estrutura de um telejornal, de maneira a compreender o produto nele exibido.

Em sua obra “*Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*” (1986), Goffman (2012) assinala que é preciso conhecer os esquemas primários que fundamentam certos padrões, organizados ou não, dos objetos e/ou das interações sociais a serem observadas. Ele os divide ainda entre esquemas naturais e sociais. Ou seja, fenômenos como o levantar do sol todas as manhãs não dependem da ação humana, ilustra Goffman (2012), o que indica um acontecimento natural; ao contrário da intenção de descer a persiana para que a luz não entre pela janela, que, no caso, é uma ação guiada de um esquema social. “Todos os esquemas sociais envolvem regras, mas de maneiras diferentes” (GOFFMAN, 2012, p. 48). Isso vale tanto em um jogo de damas, numa partida de futebol, na produção de um cerimonial de casamento, quanto na organização de um programa de entretenimento ou de um telejornal.

Dito isso, emerge o segundo ponto proposto pelo autor, que elenca o conceito de laminações. Esse conceito se divide basicamente entre tonalizações e maquinações (algo como uma enganação) para explicar o processo de transcrição de intenções dos indivíduos envolvidos em qualquer experiência social. O sociólogo das interações sociais salienta que uma tonalização, ou o tom (*key*), “é o conceito central da análise de quadros” (GOFFMAN, 2012, p. 71). Este se refere “ao conjunto de convenções pelas quais uma dada atividade, já significativa em termos de algum esquema primário, é transformada em algo pautado sobre esta atividade, mas visto pelos participantes como algo muito diferente” (*idem*). Nesse sentido, fica perceptível que as nuances de “tonalizações” envolvendo os telespectadores participantes da atração da Rede Globo, tanto quanto a matéria-prima (fatos) de seus recados, assim como o próprio quadro

interativo e o telejornal que o veicula, constituem uma espécie de tecido com camadas de intenções e significações complementares, mas que ao mesmo tempo podem ser contrastantes.

Para abordar as tonalizações, Goffman recorre a certos exemplos. Ele explica que enquanto animais como gatos, cachorros ou lontras podem brincar ao simular uma luta, algo mais complexo ocorre com o homem. No universo do ser humano, há diferentes estratégias. Os tons abundam. O ser humano pode “encenar uma luta de acordo com um roteiro, ou fantasiar uma luta, ou descrever uma luta retrospectivamente, ou analisar uma luta e assim por diante” (GOFFMAN, 2012, p. 72). Para Goffman (2012), é, acima de tudo, importante responder à pergunta: “o que é que está acontecendo aqui?” – pois é essa a questão que permite a compreensão da intenção e dos interesses de cada um dos agentes envolvidos na experiência. A análise aqui proposta envolve os telespectadores participantes do quadro, os meios disponíveis para a interação e os profissionais do telejornalismo.

Mais que meras interpretações isoladas, enfoques ou perspectivas distintas pelos vários atores sociais envolvidos no quadro, há por parte de cada um deles uma consciente ou inconsciente organização de seus atos, baseada em sua intencionalidade e desejos sobre a totalidade do quadro³⁴. Com uma finalidade e uma consequência, cada qual, a seu modo, direciona a narrativa e os fatos veiculados – sejam os telespectadores em seus depoimentos sobre o cotidiano e temas sociais relevantes ou os próprios idealizadores do quadro ao selecionarem e organizarem esses relatos para a construção dos episódios³⁵. São todas essas intencionalidades em convergência que fornecem a malha de tonalizações (laminações) e suas nuances dialogáveis. Mesmo que, inclusive, algum dos atores desconheça a totalidade do quadro ou as tonalizações propostas pelos outros atores sociais.³⁶

³⁴ Ou seja, um telespectador talvez grave e envie um vídeo não com a intenção de contribuir com o quadro para a formação de uma opinião pública acerca de um país mais justo. Às vezes sua intenção é a de apenas aparecer na TV. Outro talvez não acredite em nada daquilo que profere, mas deseja imprimir uma opinião que o faça parecer ou se sentir mais importante. Ou ainda o caso de um telespectador que, sabendo o perfil de mensagens esperado pelos organizadores do quadro, reproduz exatamente um discurso que lhe garantirá (assim ele espera) sua participação no programa. Os atos individuais desses atores sociais muitas vezes representam a própria realização prévia de sua interpretação sobre o restante das variáveis do quadro, que conjuntamente com a intencionalidade dos outros atores (direção, produção e apresentadores do programa) constituem uma espécie de padrão para esse “quadro”.

³⁵ O simples fato de que a esmagadora maioria dos vídeos enviados não foram exibidos, independentemente de o volume do material ser bastante extenso para ser organizado, classificados conforme padrões técnicos e exibidos, demonstra que os idealizadores do quadro, de certa maneira, detiveram em suas ações certo arbítrio (intencionalidade) para a construção narrativa dos episódios.

³⁶ É provável que muitos telespectadores desconheçam a natureza cênica e previamente roteirizada do comportamento de William Bonner quando o âncora, por exemplo, compartilha da indignação e/ou demonstra-se surpreso com os relatos dos participantes do quadro.

6.1 – “Uma perspectiva de análise”: do âncora aos participantes e telespectadores

Para a realização de uma análise no quadro “O Brasil que eu quero”, da Rede Globo, foram escolhidos episódios do mês de estreia da atração, exibidos no Jornal Nacional em março de 2018. Em relação a isso, algumas considerações motivaram esta decisão. O quadro foi exibido diariamente durante mais de seis meses, de modo ininterrupto em absolutamente todos os telejornais nacionais da emissora, desde o primeiro noticiário da manhã até o último telejornal da noite. A título de curiosidade, já mencionada em um capítulo anterior, foram ao ar no total 5.543 vídeos de 5.579 municípios diferentes, não sendo representadas apenas 27 cidades brasileiras.

Uma vez que no portal *Globoplay* os depoimentos podem ser pesquisados somente pelo nome das cidades, pelo telejornal de divulgação do vídeo ou pela semana de exibição – não sendo possível buscá-los completos, com a participação do âncora e pelo dia exato de sua transmissão –, os episódios selecionados para a análise com as devidas datas foram encontrados em canais diversos do *Youtube*. Foram, assim, checados juntos ao *Globoplay* (os vídeos foram comparados, cada um deles sendo localizados pelo nome das cidades e pela semana de divulgação). Dessa forma, ao todo 30 depoimentos de telespectadores foram observados, divididos em 5 episódios que foram transmitidos com intervalos entre a primeira semana do mês, a metade do mês e o final do mês de março de 2018. Incluindo, além dos 30 relatos, a participação dos âncoras: antes e após a exibição de cada um dos 5 episódios.

Todo o entrelaço, desde a chamada do quadro interativo pelo âncora, a sequência dos relatos até à volta ao estúdio para os comentários finais dos apresentadores sobre os depoimentos populares, é bastante significativo para esta análise. Além disso, tem-se ainda a vinheta de abertura e encerramento do quadro, que tece um mosaico em movimento, futurístico, com os vários depoimentos enviados pelos telespectadores. Depois de exibidos, estes são dispostos em um mapa do Brasil, indicando os municípios já representados na atração. A paisagem sonora da VH é composta por incontáveis vozes simultâneas e sobrepostas desses mesmos participantes. De acordo com Gutmann (2014), todo o encadeamento (entre os âncoras e as mensagens dos cidadãos) diz respeito às três dimensões expressivas da TV, que são a transmissão direta, a performance dos sujeitos de fala e os elementos do audiovisual. Essas instâncias, que servem também como norteadoras para a realização de análises, entendidas aqui sob o olhar das tecnicidades, fecundadas no interior das ritualidades telejornalísticas constituem o processo de produção de nexos simbólicos junto à audiência. Todo esse conjunto condiz com a dimensão estetizante da televisão, que segundo França (2009), atua para a criação de um sentir

em comum, um acordo partilhado pela construção de um ponto de vista geral, um julgamento coletivo. Assim, complementa Gutmann (2014), é da bancada que o âncora, também no papel de autoridade e expertise, além de corporificar o sujeito enunciador, intermedia, tece comentários, integraliza a todos e delega a fala para outros sujeitos narradores, como é o caso dos telespectadores que participam e contribuem para a atração “O Brasil que eu quero”.

Observar a performance do âncora ao apresentar o quadro “O Brasil que eu quero” diz muito sobre como a atração é aproveitada pelo telejornal, o que fornece também respostas sobre o próprio quadro interativo. Pois ao anunciar, por exemplo, a exibição da atração, ou a participação de convidados, tanto quanto a chamada para uma reportagem, Machado (2000) elucida que se o âncora tem poderes de decidir sobre as vozes que entram e saem, portanto, de delegar voz aos outros, além de expor juízo de valor pessoal, compreende-se como um telejornal de modo centralizado e opinativo. Agora, se o apresentador se exime de seus próprios comentários pessoais (estes aparentemente espontâneos), restringindo-se a apenas proferir, por exemplo, o que é passado no *teleprompter*, tipificando uma voz mais esparsa ou difusa de um corpo de redatores, que representa as vozes do *staff* do telejornal, tem-se então um telejornal no modelo polifônico.

Somados a isso, dois elementos destacados pela análise de quadros de Erving Goffman (2012, p. 141) devem ser mensurados: “um elemento moral”, relativo à “respeitabilidade”, numa possível intenção oculta do telejornal e seus agentes na utilização da imagem e das mensagens dos telespectadores; e outro “estratégico”, relativo à organização e às “desorientações da percepção” dos telespectadores e participantes (e suas respostas) no que se supõe que eles saibam e/ou pensam de sua participação e contribuição para a atração do programa. E também o que o público de maneira geral possa vir a achar do quadro.

6.2 – Definindo os padrões na atração “O Brasil que eu quero”

Para nortear a análise nos episódios selecionados do quadro interativo “O Brasil que eu quero”, da Rede Globo, foi elaborado um quadro analítico – uma tabela destinada a organizar melhor, visualmente, os elementos e parâmetros a serem observados. Os elementos elencados para a construção da tabela foram: Data, Município, Resumo da Mensagem, Tema e Cenário.

A seguir, tem-se a tabela e os resultados desta análise:

ANÁLISE DO QUADRO "O BRASIL QUE EU QUERO", DA REDE GLOBO (PERÍODO: MARÇO DE 2018)				
DATA	MUNICÍPIO	RESUMO DA MENSAGEM	TEMA	CENÁRIO
<u>07/03/2018</u> <u>Chamada</u>		Renata Vasconcellos (âncora) inicia: "O Brasil que você quer precisa do seu voto para ser construído. Mas você pode compartilhar esse seu desejo com milhões de brasileiros e despertar neles o mesmo ideal aqui no Jornal Nacional, no Fantástico, no Como Será, no Hora Um, no Bom Dia Brasil, no Hoje, no Jornal da Globo. Até setembro você conta o seu desejo para o Brasil e ainda representa a cidade onde você mora. Como esses cidadãos que a gente vai apresentar agora".		
1º	NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE	Gravação feita de dentro da residência. A pessoa alega que está com medo de gravar na rua e roubarem seu telefone. O Brasil que ele quer é diferente desse.	Segurança pública	O interior (varanda) de sua própria residência.
2º	SANTA RITA DE IBITIPOCA - MG	Quer um Brasil de renovação, que acabe com todo tipo de reeleição, desde vereador até o presidente da república.	Renovação política	Uma pracinha com igreja antiga.
3º	BANABUIÚ - CE	Quer um Brasil com menos impostos, com reforma tributária urgente, pois chega de pagar tanto imposto para sustentar um Estado incompetente e ineficiente.	Reformas/Estado mais eficiente	Paisagem: um lago (ou oceano), uma montanha e uma ponte.
4º	CIPÓ - BA	Mais rigor na legislação para os fora da lei, mais respeito com os profissionais de segurança e um salário digno.	Segurança pública	Três pessoas fardadas. Uma delas grava o vídeo enquanto as outras duas ficam atrás compondo o cenário, em uma praça, aparentemente no centro da cidade.
5º	AFONSO CLÁUDIO - ES	Quer um Brasil com políticos "decentes" que governem para o povo, que invistam mais em educação. "Nós somos o povo e só o povo pode mudar essa página que envergonha o nosso país".	Educação/Cidadania/Estado mais eficiente	Natureza abundante, montanhas e céu azul.
6º	BOA ESPERANÇA - MG	Quer um Brasil menos hipócrita, menos desonesto, mais livre para os trabalhadores e para os empreendedores, e também novas ideias na política para renovar o país.	Renovação política/Emprego/Estado mais eficiente	Na areia, à beira de um grande lago ou rio.
Considerações:	É construída uma narrativa que denuncia a ausência de segurança pública com a necessidade de um Estado mais eficiente e com renovação política para que seja possível reverter a situação.			

Volta ao Estúdio	Com o plano aberto nos dois âncoras, Renata diz: "Você vê que todas essas mensagens de hoje revelam indignação e desejo de mudança. E os temas – contabilizando com os dedos –, segurança pública, educação, reforma". Bonner complementa: "reforma dos impostos". E Renata continua: "Temas muito caros a milhões de brasileiros já há muito tempo". Bonner toma a palavra: "Interessante é que quando a gente vê um brasileiro falando com a gente, a gente se identifica com ele. Então, eles estão dividindo anseios e desejos com milhões de outros brasileiros, produzindo reflexões e também cutucando a consciência dos candidatos às eleições deste ano". Renata finaliza com o recado de que todos os vídeos estão no Globoplay e na página do JN, informando o endereço na internet, que também aparece nos GCs (legendas).			
08/03/2018 Chamada	Com o plano aberto, meio lateral nos dois âncoras, Renata inicia: "Um país sem corrupção é desejo de milhões de brasileiros. A gente tem recebido muitos vídeos com essa mensagem e com outras tantas que respondem a uma pergunta, que Brasil você quer para o futuro? Até setembro, todos os dias, você vai tomar conhecimento desses desejos nos telejornais da Globo. Um vídeo de cada cidade brasileira". Nesse momento, a câmera vai se aproximando de forma contínua até ela, enquadrando-a sozinha no plano – ao final da fala.			
1º	PEDRO CANÁRIO - ES	Quer um Brasil com mais respeito e qualidade de vida. Ele complementa: "com poucos minutos de chuva, olhem a situação que estamos enfrentando aqui no nosso bairro, as ruas todas alagadas". Fazendo um movimento de câmera para mostrar uma das ruas completamente alagadas. "Esse não é o Brasil que eu quero", finalizou.	Investimento público/Infraestrutura/ Cidadania	Uma rua em um bairro completamente alagado.
2º	ÁGUA BOA - MT	Quer um Brasil onde o produtor rural seja menos massacrado, seja mais valorizado, mais incentivado. E complementa dizendo: "Porque todos os dias você quer ter isso daqui – apontando para um rebanho de gado ao fundo – na sua mesa".	Incentivo a produtores rurais	Uma típica paisagem (composição) sertaneja.
3º	JACOBINA - BA	Quer um Brasil com energia elétrica, pois espera isso há três anos do Governo Federal, Estadual e Municipal.	Infraestrutura/Energia elétrica (obra específica)	Uma pequena e nova residência aparentemente isolada no campo.
4º	JANAÚBA - MG	Um país mais justo, menos desigual e sem corrupção. Onde não seja necessário acontecer tragédias como a ocorrida na creche "Gente Inocente", em sua cidade, para que a saúde pública funcione no país.	Saúde/Cidadania/Menos corrupção	Uma rua de terra e duas construções erguidas. Uma só em tijolos e outra em reboco.

5°	JAPERI - RJ	Quer um Brasil onde as pessoas não tenham que ficar contando com programas do governo, como Aluguel Social, Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família. Um Brasil onde as pessoas possam ter seu emprego digno e trazer o ganha pão para dentro de casa com o suor do seu trabalho.	Menos Estado/Mais empregos	Ao fundo, a entrada para uma espécie de conjunto habitacional.
6°	JANDAIA DO SUL - PR	Quer um Brasil sem corrupção. Assim vai sobrar dinheiro para investir em educação, moradia, segurança e principalmente em saúde para o povo. E complementa: "Porque olha o exemplo dessa UPA, construíram próxima à linha férrea" – fazendo o movimento de câmera para mostrar a construção inacabada e com vagões barulhentos transportando carga bem ao lado.	Menos corrupção/Melhores investimentos públicos/Obras inacabadas (obra específica)	Ao fundo, uma série de vagões passa pela linha férrea enquanto ao lado se encontra uma UPA inacabada.
Considerações:	É estabelecida uma narrativa em que a corrupção identificada no Brasil é responsável por problemas como a falta de infraestrutura adequada para o cidadão. Também se estabelece que o Estado assistencialista se mostra incapaz de estruturar a sociedade e a economia. Ao final do episódio, os âncoras fortalecem a ideia de que o agronegócio faz muito pelo Brasil e não é valorizado. Seria um lobby a grupos econômicos do agronegócio?			
Volta ao Estúdio	Com o plano aberto nos dois âncoras do jornal, Renata aponta com uma das mãos e diz: "Repara nesse último exemplo dessa cidade no Paraná. Desperdício de dinheiro público e falta de planejamento e gestão. E, quem sabe, inclusive, corrupção". Bonner complementa: "Muito provavelmente. E ainda tem a questão do produtor rural (...), recentemente o PIB brasileiro foi alavancado exatamente pelo campo e pelo agronegócio. Todo mundo botando sua voz aqui na tela da Globo". Renata finaliza com o recado de que todos os vídeos divulgados no programa estão no Globoplay, na página do JN na internet, com o link aparecendo nos GCs (legendas).			
<u>12/03/2018 Chamada</u>	Renata (âncora) pergunta: "Qual o Brasil que você quer para o futuro?"			
1°	PIRAPORA - MG	Quer um país onde os políticos revitalizem o rio São Francisco.	Investimento público/Obras inacabadas (obra específica)	Natureza, terra e um rio praticamente seco.
2°	ITANHÉM - BA	Quer um país onde seja investido mais em educação, na construção de escolas, universidades e uma maior valorização dos professores.	Investimento público/Educação/Cidadania	Uma pracinha com igreja.
3°	BUTIÁ - RS	Quer a duplicação da BR-290, uma rodovia de grande importância para o Brasil e o RS.	Investimento público/Obras inacabadas (obra específica)	Um trecho da rodovia, com um bloco de viaduto sem continuidade.

4°	QUIXADÁ - CE	Quer um país onde todos tenham acesso a água. (movimento de câmera lateral para o grande lago) "Esse líquido precioso para a humanidade", complementa.	Investimento público/Cidadania	Paisagem típica do nordeste: montanha, natureza verde e um grande lago (ou oceano).
5°	ARAGUAÍANA - TO	Quer um país sem corrupção (DIRETO), com igualdade e onde se possa ver o retorno dos impostos. E não para que sirva de auxílio para bancar a vida de políticos. "Chega desse circo, façam valer a ordem e o progresso que merecemos e ainda não vimos", conclui.	Cidadania/Menos corrupção	De longe e abaixo, um bairro em construção com casas sem acabamento.
6°	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP	"Eu tive câncer e superei, eu quero um país com mais saúde. Eu sou professora, eu quero um país com mais educação. Eu falei a verdade, eu quero um país sem mentiras", pronunciou.	Saúde/Educação/Cidadania	Uma praça com jardins, caminhos e edificações conservadas e aparentemente antigas.
Considerações:	É demonstrado nos primeiros depoimentos uma suposta ausência de investimento público em infraestruturas e bens básicos para que seja possível viver com o mínimo de cidadania. No penúltimo depoimento, pede-se um país sem corrupção onde seja possível ver o retorno da aplicação dos impostos. No último depoimento, percebe-se um teor de cunho emocional com a fala de uma professora que lutou contra o câncer. Ela finaliza dizendo que todos querem um país com mais verdade, com ordem e progresso.			
Volta ao Estúdio	Com o plano aberto nos dois âncoras do jornal, eles se olham como se compartilhassem do mesmo pensamento. Gesticulando com uma das mãos enquanto Renata lhe observa, Bonner profere que o ano é de eleição, ano em que se ouve promessas de candidatos de todos os partidos. Renata complementa dizendo que as pessoas querem a verdade, referindo-se a telespectadora participante do quadro. Bonner prossegue dizendo que um recado como aquele vale para milhões de pessoas e por isso seria bom que as pessoas (você) mandassem para eles o Brasil que elas querem, e que também possam escutar o Brasil que tantos outros brasileiros desejam. Renata finaliza informando o link do Globoplay para onde os vídeos devem ser enviados, com os GCs (legendas) logo abaixo deles.			
28/03/2018 Chamada	Com o plano aberto nos dois âncoras, Bonner inicia: "Essa é aquela hora em que a gente pergunta toda noite, que Brasil você quer para o futuro?".			
1°	CAIRU - BA	Quer um Brasil sem corrupção, onde se tenha saúde, educação e segurança de qualidade. E oportunidade de trabalho para todos os brasileiros.	Saúde/Educação/Segurança/Emprego/Menos corrupção	Uma igreja histórica ao fundo, aparentemente em um local histórico.
2°	ESPERANTINA - TO	Quer um país mais justo, onde o salário mínimo deixe de ser mínimo e seja um salário suficiente, um salário justo.	Cidadania	Uma pracinha arborizada, aparentemente no centro da cidade.
3°	PONTA PORÃ - MS	Quer um Brasil com oportunidades para as pessoas com deficiência – mostrando e se apoiando em duas muletas. Quer mais acessibilidade nas cidades.	Acessibilidade/Cidadania	Um céu azul, uma rodovia e uma bandeira do Brasil içada balançando ao vento.

4º	NOVA ODESSA - SP	Quer um Brasil com governantes que construam pontos de ônibus – apontando para um ponto de ônibus ao lado – e continua "iguais a esse daqui, mas em lugares onde realmente a população precise".	Infraestrutura/Melhores investimentos públicos	Ao lado de um ponto de ônibus, aparentemente construído em um local da rodovia sem demanda.
5º	SANTANA DO MUNDAÚ - AL	Quer um Brasil com mais oportunidades, mais saúde, educação e segurança. Quer uma administração pública de qualidade, sem corrupção. Quer um governo justo, que tenha bons projetos para melhorar a vida dos brasileiros.	Saúde/Educação/Segurança/Menos corrupção/Melhores investimentos	Ao fundo e abaixo, um vilarejo cortado por um rio, com uma ponte ligando as duas metades.
6º	AGRÔNOMICA - SC	É caminhoneira e quer um Brasil com menos violência, onde possa viajar sossegada e tranquila.	Segurança pública	Ao fundo, um clube aparentemente tradicional da cidade.
Considerações:	É demonstrada a ideia de que os brasileiros desejam um Brasil mais justo, com mais oportunidades, e para isso é essencial uma renovação na administração pública.			
Volta ao Estúdio	Com o plano aberto nos dois âncoras do jornal, Renata inicia: "As mensagens do Brasil que eu quero – contabilizando com as mãos – tem pedido de ordem municipal, estadual e federal. Seja um pedido com relação a um ponto de ônibus, como a gente viu ali. Como melhor qualidade na educação, na saúde, na segurança. E as eleições são o melhor momento para se cobrar isso". Ela finaliza, como de praxe, com o recado de que todos os vídeos do "Brasil que eu quero" estão no Globoplay, complementando que, para serem enviados, os vídeos devem ser gravados na horizontal, e que assim os brasileiros podem ser porta-voz da sociedade.			
30/03/2018 Chamada	Com o plano aberto, um dos âncoras pronuncia: "Diz para gente, que Brasil você quer para o futuro?".			
1º	MANGA - MG	O Brasil que ele não quer é um elefante branco – apontando a câmera para o fundo onde há uma construção inacabada. E complementa: "Custando milhões, essa obra vai fazer cinco anos e nunca acaba. Uma faculdade do governo federal".	Obras inacabadas/melhores investimentos públicos (obra específica)	Um complexo de edifícios em construção, em meio a uma estrada de terra e uma área tomada pelo matagal.
2º	LAGES - SC	Apresenta-se como professor e quer melhores condições para a educação e a valorização do professor. E finaliza: "Tudo começa pela educação".	Educação	Uma grande igreja, aparentemente histórica e no centro da cidade.
3º	ÁGUAS DE SÃO PEDRO - SP	Quer um Brasil onde o cidadão saiba resgatar a sua dignidade. Deseja que todo brasileiro utilize o seu título de eleitor – mostrando seu título – para renovar a política.	Cidadania	Uma praça arborizada com um chafariz ao fundo.

4°	ORIXIMINÁ - PA	Quer um país com uma política transparente, leis mais severas, mudança no código penal, mais investimento na saúde, no esporte, no lazer, na educação, na infraestrutura.	Segurança pública/mais investimentos	Aparentemente um pequeno vilarejo.
5°	ITAMOGI - MG	Um país com mais incentivo e valorização da história, da cultura e das tradições do interior do país – enquanto um carro de boi com gados se aproxima.	Cultura	Ao lado, uma porteira. Ao fundo se aproximando, um carro de boi com gados. O telespectador que grava o vídeo usa um chapéu de palha.
6°	VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	Quer um Brasil sem violência e sem corrupção. E mais amor – seu amigo, também excepcional, lhe dá um beijo na bochecha.	Segurança pública/Menos corrupção	Ao fundo, o prédio da APAE.
Considerações:	Esboça a necessidade de um país com cidadãos mais conscientes na hora de eleger seus representantes políticos, para que a política se torne mais transparente e que os investimentos surtam efeito.			
Volta ao Estúdio	A âncora inicia repetindo o recado do professor, sobre tudo começar pela educação. Ela continua citando as falas dos telespectadores participantes sobre a importância do voto, sobre a necessidade de mais investimentos. E o outro âncora complementa: "É bom lembrar que educação começa em casa, educação nunca termina, educação no fundo é um caso de amor". E termina citando o pedido da última participante: "um país de mais amor".			
Créditos: tabela desenvolvida por Samuel Senra Campos				

ESTATÍSTICAS GERAIS DO QUADRO "O BRASIL QUE EU QUERO", DA REDE GLOBO (FONTES: G1, FANTÁSTICO).³⁷		
INÍCIO: 04 DE MARÇO 2018. FINAL: 29 DE SETEMBRO DE 2018. DURAÇÃO: 06 MESES	99,5% DOS MUNICÍPIOS ENVIARAM E TIVERAM SEUS VÍDEOS PUBLICADOS	DOS 5579 MUNICÍPIOS BRASILEIROS, APENAS 27 NÃO ENVIARAM
MAIS DE 50 MIL VÍDEOS FORAM ENVIADOS PELOS BRASILEIROS	O QUADRO FOI EXIBIDO TODOS OS DIAS, ININTERRUPTAMENTE, DURANTE O PERÍODO EM QUE ESTEVE NO AR	FORAM 209 DIAS DE EXIBIÇÃO E 5543 VÍDEOS (VOZES) NO TOTAL
TEMAS MAIS CITADOS: 1º) 15,5%: EDUCAÇÃO . 2º) 15% COMBATE À CORRUPÇÃO . 3º) 10% CIDADANIA . 4º) 8,2% SAÚDE . 5º) SEGURANÇA . 6º) POLÍTICOS COMPROMETIDOS, MENOS INTOLERÂNCIA, MAIS EMPREGO, ETC	DERIVAÇÕES DO QUADRO: O BRASIL QUE AS CRIANÇAS QUEREM, PROFISSÃO REPÓRTER PARA MOSTRAR LUGARES NO BRASIL ONDE O DESEJO DOS BRASILEIROS JÁ É REALIDADE, FANTÁSTICO VISITANDO 7 PESSOAS QUE PARTICIPARAM DO QUADRO.	

³⁷ Dados disponíveis em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2018/09/30/o-brasil-que-eu-quero-termina-com-videos-de-995-dos-municipios-do-pais.ghtml>.

6.3 – Refletindo as tonalizações no quadro “O Brasil que eu quero”, da Rede Globo

Neste ponto do trabalho, o quadro interativo “O Brasil que eu quero” vai ser designado como “atração interativa” ou “produto interativo”, a fim de evitar confusões com o termo “quadro”, relacionado à análise de enquadramento trabalhada por Erving Goffman, que poderá ser denominado também como “*frame*”. Para melhor assimilação de seu método, Erving Goffman (2012) propõe algumas distinções na estrutura do conceito de laminações:

Dada a possibilidade de um quadro que incorpora retonalizações, torna-se conveniente pensar que cada transformação acrescenta uma camada ou laminação à atividade. E podemos abordar duas características da atividade. Uma é a camada mais interna, onde pode entrar em jogo a atividade dramática para absorver o participante. A outra é a laminação mais externa, a borda do quadro, por assim dizer, que nos diz exatamente que tipo de *status* tem a atividade no mundo real, seja qual for a complexidade das laminações internas (GOFFMAN, 2012, p. 116).

O JN em si pode ser analisado como um quadro propriamente dito (da análise de quadros). Na sua camada interna, encontra-se o produto interativo “O Brasil que eu quero”, entre outros tantos conteúdos veiculados durante o programa. Todavia é como se, no miolo desse “*frame*” do telejornal, a atração “O Brasil que eu quero” representasse a tonalização mais fidedigna daquilo que o programa já transcreve em outros níveis de laminações – seja nas reportagens, entrevistas, e por meio da participação de especialistas que comentam os mesmos assuntos. Para tratar, por exemplo, de denúncias de uma administração pública ineficiente e suas consequências na sociedade, o telejornal tem a opção de tonalizar esse tema ou acontecimento utilizando uma argumentação completamente técnica de um especialista no assunto, ou até mesmo podendo simplesmente optar, como no produto “O Brasil que eu quero”, por trazer um leque ilimitado de relatos e recados de telespectadores, que abordam a mesma temática de outra maneira, mais pessoal, informal, humana. Esse padrão é bastante comum, inclusive, quando vítimas ou testemunhas populares são convidadas a comentar eventuais crimes vivenciados ou situações variadas do cotidiano.

No interior dessa camada mais profunda de tonalização do “*frame*” telejornalístico, a atração “O Brasil que eu quero” reproduz dramaturgicamente os acontecimentos e temas considerados mais relevantes na vida social, criando verossimilhanças com a realidade. Pois no interior desse quadro, faz-se uso de pessoas comuns e cenários reais (não preparados ou modificados). As falas dessas pessoas, por mais simplórias que pareçam ser, e mesmo que ensaiadas previamente (o que não extingue sua natureza), representam talvez a própria vida

real, ou o mais próximo disso, a atividade não tonalizada por conter elementos ou situações sociais relevantes e/ou temas de interesses comuns – estes que são também a matéria-prima jornalística. Inclusive nessa atração, os telespectadores são os próprios personagens e apresentadores, que também gravam, dirigem e roteirizam fragmentos do cotidiano social, o seu próprio cotidiano.

Entretanto, ao se afastar do núcleo desse “*frame*”, conduzindo o olhar para as bordas, despontam evidências de que a atração interativa “O Brasil que eu quero” é um mero produto televisivo como outro qualquer, ornamentado para cumprir uma função estratégica do telejornalismo e constituído pelos seus idealizadores. Os vídeos encaminhados pelos telespectadores são devidamente selecionados e sequenciados para a construção dos episódios, não sendo exibidos em ordem cronológica de envio – assim como ocorre com a atuação dos âncoras ao apresentá-los e comentá-los, pois tudo é roteirizado previamente. A instrumentalização dessas vozes populares é engendrada ainda por um “estado de informação” e outro “estatuto de participação”, conceitos de Goffman (2012) que abrangem os personagens envolvidos nos “quadros”, isto é, os apresentadores, os produtores da atração e os próprios telespectadores participantes. O “estado de informação”, segundo Goffman, é o “conhecimento que um indivíduo tem sobre a razão pela qual os acontecimentos ocorreram da maneira como ocorreram, sobre quais as forças presentes, quais as propriedades e intenções das pessoas relevantes e qual o provável resultado” (GOFFMAN, 2012, p. 176).

É presumível que muitos telespectadores tenham enviado vídeos à produção do JN sem necessariamente compreender ou refletir sobre a intenção por trás da proposta apresentada pela emissora ao público em relação ao conteúdo gravado e enviado por eles (telespectadores). Provavelmente desconhecem as estratégias da emissora para um manejo de audiência e para a construção presumida de certas narrativas. Somado de um “estatuto de participação”, tem-se presente, explicitadas ou não, as várias funções exercidas pelos participantes do quadro. William Bonner, por exemplo, após a exibição de um episódio do “Brasil que eu quero”, amplia sua atuação de âncora do telejornal ao, por exemplo, reagir cenicamente, surpreso e esperançoso diante dos depoimentos dos populares. Mais do que isso, ele insinua uma relação de equidade com o telespectador, posto na função de porta-voz do JN e dos brasileiros. Como observa França (2009), ao tratar das transformações da televisão das fases paleo-televisão e neo-televisão para a pós-televisão: “Agora, não existe mais diferença entre aquele que está na televisão e aquele que assiste – salvo uma: a televisibilidade. É assim que a televisão se torna o lugar mesmo de realização e consagração do valor maior da nova sociedade, que é o desenvolvimento pessoal e a autonomia individual” (p. 29). Segundo ela, “celebra-se uma

igualdade (todos podem aceder à TV) – mas esta é hierarquizada pela possibilidade efetiva de ser escolhido e ganhar a sonhada visibilidade” (p. 28).

Em um dos episódios analisados, Bonner comenta, ao final do programa, que o "interessante é que quando a gente vê um brasileiro falando com a gente, a gente se identifica com ele. Então, eles (os participantes) estão dividindo anseios e desejos com milhões de outros brasileiros, produzindo reflexões e também cutucando a consciência dos candidatos às eleições deste ano". Por diversas vezes, os apresentadores reforçaram, nesses episódios, que se tratava de ano eleitoral. Outro ponto contundente e observável são os *ping-pongs* entre os âncoras, comentando e emitindo “opiniões” (roteirizadas) sobre os relatos dos telespectadores. Ao final de cada episódio, ainda, faz-se presente a divulgação do portal *online*, com o aviso de que “todos os vídeos divulgados no programa estão no *Globoplay*, na página do JN na *internet*”, com o link aparecendo nos GCs (legendas). Essa prática demonstra o intuito do telejornal em integralizar os recursos da mídia televisiva com as ferramentas *online* e das redes, reforçando que “a TV tem sabido conviver bem com a *internet*, se apropriar de seus recursos e estabelecer com ela uma relação não de concorrência, mas de extensão” (FRANÇA, 2009, p. 28).

Além disso, o fato de os âncoras darem frequentemente instruções aos telespectadores sobre a forma adequada para a realização de suas gravações colabora e exerce influência, de algum modo, na maneira como os registros são filmados pelo público participante. Em diversos momentos, logo após a exibição dos episódios (no decorrer dos seis meses de exibição do quadro), William Bonner e os outros apresentadores instruíam os telespectadores com um *smartphone* em mãos, demonstrando e explicando que o celular na horizontal – e não na vertical – era mais apropriado para o formato televisivo. Essas dicas, somadas à condicionante que limita a duração dos vídeos gravados pelos participantes em um tempo médio de apenas 30 segundos, são significativas. Elas constituem a performance dos sujeitos de fala conjuntamente a uma necessidade de adaptação do conteúdo fornecido pelos telespectadores aos padrões dos elementos do audiovisual telejornalístico – tais como os enquadramentos de câmera e as adequações quanto ao formato do quadro interativo, bem como o tempo disponível até o fim do programa. Ainda assim, alguns vídeos foram enviados e exibidos na vertical, talvez demonstrando a força dos enquadramentos de mídias contemporâneas, como é o caso dos próprios *smartphones* (e suas telas verticais) utilizados pelos participantes nas gravações. Os comentários dos âncoras nos episódios analisados também contribuem para a criação de uma noção de cotidianidade e continuidade, quando estes frequentemente mencionam, por exemplo, que “até setembro, todos os dias, você vai tomar conhecimento dos desejos dos brasileiros nos

telejornais da Globo”. Como se houvesse sido firmado, ali, um contrato entre o telejornal e seu público.

Ocorreram, ainda, desdobramentos do quadro para além da grade tradicional dos telejornais da emissora, como a matéria sobre “O Brasil que as crianças querem”, a reportagem do Profissão Repórter, que visitou alguns lugares no país onde “o desejo dos brasileiros já é realidade”, além do Fantástico, que se dirigiu a sete telespectadores que participaram do quadro para traçar um perfil mais profundo de suas vidas, para compreender melhor suas reivindicações.

Em um movimento paralelo, também na análise de quadros de Erving Goffman, pode-se colocar a própria atração “O Brasil que eu quero” no centro das delimitações do *frame* analisado. Dessa maneira, o produto interativo (os relatos dos populares) é a própria faixa de atividade principal (quadro). Nesse caso, os comentários e atuações dos âncoras, reposicionados nesse espectro, passariam a compor as pistas subordinadas dessa faixa analisada. Tem-se então a atividade fora de quadro dos âncoras, que ainda assim influenciam a faixa principal (o quadro “O Brasil que eu quero” e os relatos exibidos dos telespectadores). Outras atividades fora de quadro são a produção telejornalística envolvida na ornamentação do produto interativo, como a seleção e exclusão de vídeos foras de padrão e/ou que não condizem com a narrativa desejada pelo *staff* produtor do quadro interativo – estes que também respondem hierarquicamente a outros agentes em outros canais/pistas ocultas, como, resumidamente, a direção, o editorial do programa, a emissora etc.

No mais, por conta até do tempo limitado de cada vídeo, os populares participantes da atração interativo acabam basicamente constituindo estratos sociais, e também regionais, num esforço da emissora em promover a pluralidade cultural e social brasileira na totalidade dos vídeos exibidos, por suas paisagens típicas diversas e sotaques característicos dos personagens. É interessante lembrar que todas estas particularidades regionais são transmitidas em rede nacional. Como resultado da amostragem de episódios analisados no período de um mês, constatou-se a proporção de municípios das cinco regiões do país condizentes com o número real de municípios de cada uma dessas regiões. Dos 30 depoimentos populares observados, 12 foram da região Sudeste, 9 do Nordeste, 4 do Sul, 3 do Norte e 2 do Centro-Oeste. Levando-se em consideração que aproximadamente 29,21% dos municípios do Brasil estão no Sudeste, 32,21% no Nordeste, 21,39% no Sul, 8,08% no Norte e 8,37% no Centro-Oeste, segundo dados do IBGE, têm-se uma relação aproximada.

Ainda sobre o tempo médio dos relatos, de meio minuto, constata-se que essa duração não é suficiente para exprimir a pessoalidade, profundidade e particularidades de cada cidadão

participante. Os telespectadores precisam se adequar a esse tempo limite e, com isso, sua contribuição e vivência são muito compactadas, transformando-se numa série de simulacros, ou seja, inúmeras representações rasas e superficiais de problemas reais, visto que seus desejos e reivindicações quase não são contextualizados. Isso acaba favorecendo a produção de clichês. A maioria dos depoimentos analisados trazem pedidos simbólicos sem aprofundamento, pois não há tempo ou conhecimento de causa por parte dos telespectadores para tratar desses temas de forma adequada. Os pedidos mais concretos são aqueles que falam de situações específicas, como, por exemplo, um pedido para a duplicação de uma rodovia. Há outros do mesmo tipo: a chegada de energia elétrica para a própria casa de campo do telespectador, a construção de uma Upa ou ponto de ônibus em certos locais, a finalização de um prédio de uma universidade pública, ou a manutenção da infraestrutura da rua para melhor escoamento da água no período das chuvas (com a rua ao fundo completamente alagada). O detalhe é que, nesses casos, prevalecem cenários e composições que ilustram esses pedidos específicos: um bloco de viaduto sem continuidade em meio a um matagal, por exemplo, próximo à rodovia a ser duplicada. Ou uma casa sem energia elétrica, em meio a uma mata. Ou, ainda, uma Upa inacabada, construída ao lado de uma linha férrea, com o som dos vagões sobre os trilhos compondo a paisagem sonora, a fim de demonstrar o local inapropriado em que se encontra a construção de uma Unidade de Pronto Atendimento médico etc. Também o cenário, de certa forma, condiciona a temática dos pedidos. Como já se mencionou aqui, é forte a presença dos cenários regionais e de praças públicas.

Dos relatos observados, talvez o pedido mais pessoal, concreto e honesto dos temas genéricos proferidos pelos telespectadores tenha sido o de uma caminhoneira que pede mais segurança pública, um Brasil com menos violência para que ela possa viajar tranquila e sossegada, demonstrando talvez o medo real em ser uma mulher neste país. Outro aspecto curioso é que, dos 30 vídeos analisados, apenas um dizia respeito ao desejo de um Brasil menos desigual. Nenhum deles falava sobre um país com menos privilégios para as classes médias altas e/ou para os bancos. E houve apenas um pedido para uma reforma tributária justa. Pouquíssimos desejos também foram direcionados à importância das lutas das minorias e de classes – como o pedido feito por uma pessoa com deficiência física por mais acessibilidade, ou o pedido feito por um professor, que pedia maior valorização dos educadores no país. Temas estes (mencionados acima) que, como foram demonstrados ao longo deste trabalho, são também parte estruturante dos problemas mais recorrentes citados pelo restante dos telespectadores que participaram do programa. Sendo as reivindicações, nesta ordem: maior investimento em educação, combate à corrupção, mais cidadania, saúde, segurança, políticos comprometidos,

menos intolerância e mais empregos³⁸. Afinal, para debater um Brasil com menos destes problemas, é indispensável abordar também reflexões que tratem de esmiuçar as causas que propiciam um país desigual e com classes privilegiadas.

Por fim, o protagonismo dado às pessoas nesse quadro interativo, individualmente, ainda é característico das participações populares em reportagens tradicionais, com pouco tempo de fala e aprofundamento, bem como discursos de certa forma regulados, conforme os interesses do telejornal. Entretanto, o quadro “O Brasil que eu quero” consegue inovar na forma de inserção dos telespectadores na programação e na maneira de estabelecer a discussão de questões sociais no interior da grade de programação. A atração interativa proposta configura um avanço para o telejornalismo da Rede Globo, conformando certas trocas simbólicas ao integralizar a rede de noticiários nacionais da emissora através da exibição comum e diária de um quadro. Além disso, integra a televisão, as mídias alternativas e o público por meio do uso de tecnologias significativas, como os *smartphones* – um dos importantes instrumentos para a disseminação dos conteúdos compartilhados nas redes sociais, através da sofisticação da *internet*.

³⁸ Índices disponíveis em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2018/09/30/o-brasil-que-eu-quiero-termina-com-videos-de-995-dos-municipios-do-pais.ghtml>.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma série de considerações foram mensuradas ao longo deste trabalho. Uma delas é que o imaginário predominante no Brasil, popularmente difundido nos noticiários políticos e econômicos, é produto de um contexto amplamente externo ao país. Isso acontece quando o Brasil, assim como toda a América Latina, são influenciados por correntes ideológicas externas, em convivência com uma parcela das elites nacionais. Narrativas aparentemente coerentes e bem elaboradas são propagadas em razão de uma disputa macroeconômica e política por poder. Todos esses discursos e suas simplificações são factíveis, replicadas no consenso popular, na boca do povo e principalmente constatadas nos relatos analisados dos participantes da atração interativa “O Brasil que eu quero”, da Rede Globo.

Nesse quadro, por exemplo, debate-se com pouco aprofundamento um país menos desigual, em que se combata o privilégio de determinadas classes e setores da sociedade, como é o caso do setor financeiro. A indignação contra a classe política e judiciária acaba servindo de estímulo para se chegar a uma espécie de combustão, o estágio em que negar a política, a democracia e o Estado de Direito passam a ser alternativas. As pessoas são incitadas a se rebelarem contra o Estado, passam a acreditar na força arbitrária de seus ímpetos e em última instância cultuam até mesmo o autoritarismo em suas diversas naturezas. Frases de efeito não são desmiuçadas. Prega-se no jornalismo econômico, por exemplo, uma política de bordões.

É sempre um Estado ineficiente, é a confiança do mercado que precisa ser retomada e conquistada com medidas e reformas – impopulares – necessárias. Aparentemente, uma sombra permanece mal iluminada por uma suposta “tecnicidade moderna”, esta que paira sobre o noticiário econômico. E é posta a ocupar propositalmente todo o espectro e a impossibilitar, sem que o público perceba, quaisquer chances de um debate na grande mídia que apresente um necessário dissenso e profundidade nas diversas questões e correntes de opinião acerca de problemas estruturais da sociedade. É perceptível que o brasileiro sente que há algo de errado com o país, porém ele externa esse seu sentimento sincero, como, por exemplo, no quadro “O Brasil que eu quero”, em meio a uma reverberação de simulacros – que legitimam, sem que ele se dê conta, o que apregoa diariamente a grande mídia, as elites financeiras e o mercado.

Realizar esta pesquisa foi talvez uma forma de colocar à prova algumas convicções, descobrindo que, mesmo com todas as suspeitas, existiam ilhas de conhecimento e objetos observáveis espalhados e ainda inexplorados, tanto no ambiente acadêmico, quanto propriamente fora dele. É surpreendente perceber como o depoimento e a visão de pessoas comuns, quando devidamente observadas, dialogam e podem ser tão reveladoras quanto a

realização de um contato mais próximo com obras de autores conceituados. Foi talvez por essa razão que o quadro “O Brasil que eu quero” tenha sido escolhido como objeto parte deste estudo. Um experimento social com pessoas comuns, capaz de mesclar tendências da comunicação – possibilitadas por transformações tecnológicas –, aplicadas em um produto telejornalístico brasileiro exatamente em um ano de eleição nacional.

Até mesmo por isso, por se tratar de um produto televisivo com meios e fins parcialmente controlados e/ou definidos, foi tomado o cuidado quanto a uma reflexão sobre a matéria-prima que embasou a maioria dos discursos dos telespectadores participantes da atração. Dessa forma, julgou-se necessário que, para falar do “Brasil do futuro”, era preciso retornar às raízes que fundamentaram a sociedade brasileira atual. Além do mais, como se naturalizou no consenso popular a narrativa anticorrupção e o imaginário de um Estado ineficiente, fez-se necessário debater a corrente ideológica do neoliberalismo, ainda marcante em países em desenvolvimento e que apregoa justamente a substituição do Estado por esforços do espontaneísmo privado e individual. Ao perceber sua predominância nos noticiários econômicos brasileiros, foi necessário refletir sua doutrina, que possui certas contradições e até mesmo superstições, como o apreço incondicional ao mercado financeiro, justificando toda e qualquer medida impopular (e por que não equivocadas).

Este trabalho serve justamente de contraponto ao noticiário especializado da grande mídia e de grupos de poder. Pois é preciso compreender que no *mainstream* da economia política aparentemente existe um consciente sufocamento quanto a possibilidade de um debate entre antagônicos, ou que ao menos pudesse contribuir para um dissenso verdadeiro sobre a maneira mais apropriada para a condução das estratégias de governo do país. Isso ocorre até mesmo em relação a coberturas de escândalos de corrupção existentes, que são tratados de modo bastante seletivos pela grande mídia na hora de serem noticiados. Procurou-se elucidar, sobretudo, que para além das classes políticas corruptas, existe uma atuação institucionalizada que beneficia os bancos e elites financeiras. Que a corrupção tradicional anunciada, em razão da forma como é retratada, engendra uma sombra para a atuação de setores privilegiados – que se aproveitam do Estado, mesmo que preguem pelo Estado mínimo.

De certa maneira, o povo brasileiro é entretido com outros assuntos. Ou melhor, as massas acabam sendo objeto de manipulação política por minorias e seus interesses econômicos e de poder. Por isso é preciso, ainda, encontrar uma forma de levá-las a uma consciência emancipadora, de que não se encontrará a prosperidade com uma solução mágica proposta por determinadas correntes ideológicas, mas sim por meio de esforços para uma convergência entre interesses de várias classes populares e setores produtivos, com reformas que sejam muito bem

esclarecidas e debatidas por aqueles que, dominando tais disciplinas, ainda pensam no desenvolvimento sustentável, social e econômico do país. É preciso intensificar sobretudo pontes de comunicação alternativas, que não se resumam a canais partidários, opinativos de tal modo a correrem o risco de perderem sua credibilidade.

Assim, realizar este trabalho significou perceber que há ainda muito por fazer. E sobre como fazer, como se comunicar com a população, além de compreendê-la. É presumível que uma vida inteira não seja suficiente para que a maioria ascenda a uma consciência de classe necessária para a realização das mudanças reais no país. Mas agir continuamente para isso, com espírito público e social no dia a dia, dentro e fora do meio acadêmico, principalmente, é a reação inevitável para que a geração seguinte esteja mais próxima das mudanças que tanto se espera no dia de hoje. Todavia, essa rebeldia consciente – pacífica e transformadora –, tão desejada, só virá com uma intensa e contínua reflexão sobre nossas crenças e pequenas ações.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **A Indústria Cultural – o iluminismo como mistificação das massas: indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ADORNO, Theodor. **Educação Após Auschwitz**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- AMORIM, Paulo Henrique. **O Quarto Poder: uma outra história**. São Paulo: Editora Hedra LTDA, 2015
- ANDRADA, Alexandre. “Por que os bancos lucram enquanto a economia afunda”. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/09/25/bancos-lucram-enquanto-economia-afunda/>.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização, As Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1998.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo**. Porto Alegre: Ed.Sulina/ARI, 1976.
- BIONDI, Aloysio. **O Brasil Privatizado: Um Balanço do Desmonte do Estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BONNER, William. **Entrevista com William Bonner, editor-chefe do Jornal Nacional (2004)**. In TRAVANCAS, Isabel. **Juventude e televisão: um estudo de recepção do Jornal Nacional entre jovens universitários cariocas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- BONNER, William. **Jornal Nacional – Modo de Fazer**. Rio de Janeiro: Globo, 2009.
- BONONE, Luana Meneguelli. **Construção de Método para Pesquisas de *Frame Analysis***. Rio de Janeiro, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CASARA, Rubens. **Sociedade Sem Lei: Pós-Democracia, Personalidade Autoritária, Idiotização e Barbárie**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CHAUÍ, Marilena. **Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CHOMSKY, Noam. **Mídia: Propaganda política e manipulação**. São Paulo: Edição Martins fontes, 2014.
- CHOMSKY, Noam. **O Lucro ou as Pessoas**. New York: Seven Stories Press, 1999. Tradução: Bertrand Brasil, 2002.
- COUTINHO, Iluska. **Programa e público brasileiros: a trajetória do Jornal Nacional nas vozes de seus personagens**. Juiz de Fora: Departamento de Jornalismo, FACOM – UFJF, 2009.

COUTINHO, Iluska. **Um Público para Chamar de Seu – Construção da Audiência no Discurso do Jornal Nacional**. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DWECK, Ester; ROSSI Pedro. **O Discurso Econômico da Austeridade e os Interesses Velados: Capítulo em O Ódio Como Política**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. 1939.

FERGUSON, Charles. **Documentário Trabalho Interno**. 2010

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso. (L'Ordre du discours, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971)**. Tradução de Edmundo Cordeiro com a ajuda para a parte inicial do António Bento.

FOUCAULT, Michel. **Do Governo dos Vivos**. Curso no Collège de France, 1979-1980.

FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder**. Forense Universitária; Edição 1ª (28 de março de 2014).

FRANÇA, Vera. **A Televisão Porosa – Traços e Tendências**. Porto Alegre: Editora Meridional Ltda, 2009.

FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização**. 1930. Tradução: L&pm Pocket, 2010.

G1, site. **Jornal Nacional estreia em casa nova**. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/jornal-nacional-inaugura-estudio-no-centro-de-nova-redacao-integrada-da-globo.ghtml>

GASPARD, Toufick. **A Political Economy of Lebanon 1948–2002: The Limits of Laissez-faire**. Boston: Brill, 2004.

GLOBOPLAY, Portal. <https://globoplay.globo.com>

GOFFMAN, Erving. **Os Quadros da Experiência Social: Uma Perspectiva de Análise**. Petrópolis, 2012.

GOMES, Ciro; UNGER, Roberto Mangabeira. **O Próximo Passo: uma alternativa prática ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

GUTMANN, Juliana. **De Volta aos Trajetos**. Salvador: Editora da UFBA, 2014.

GUTMANN, Juliana. **Entre Tecnicidades e Ritualidades: Formas contemporâneas de Performatização da Notícia na Televisão**. São Paulo, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. 1962.

HAMANN, Trent H. **Neoliberalismo, Governamentalidade e Ética**. Nova York: Universidade St. John, 2009.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2010. Tradução de Enio Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

LACAN, Jacques. **O Simbólico, o Imaginário e o Real**. Conference del 8 de Julho 1953 na Sociedade Francesa de Psicanálise.

LALO LEAL, Laurindo, **A TV sob controle – A resposta da sociedade ao poder da Televisão**. São Paulo: Ed. Summus, 2006.

LEAL VOLPONI, Plínio Marcos. **Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso**. São Paulo.

LIMA, Venício Artur de lima. **Mídia, Crise Política e Poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LIMONCIC, Flávio. **Os Inventores do New Deal (Tese)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

LIPIETZ, Alain. **Audácia: Uma Alternativa para o Século XXI**. São Paulo: Nobel, 1991.

MACHADO, Arlindo. **A Televisão levada a sério**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

MEMÓRIA GLOBO, Site. **Memória Globo**. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com>

O GLOBO, Editorial. **Apoio Editorial ao golpe de 64 foi um erro**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. 31/08/2013.

MOREIRA, Eduardo. **O Que os Donos do Poder Não Querem que Você Saiba**. São Paulo: Editora Alaúde, 2017.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos – Jornalismo e cotidiano: do senso Comum ao senso crítico**. RJ: Ed. Revan, 2007.

MÜLLER, Mauro Marques. **A Transição Ideológica para o Neoliberalismo no Brasil Contemporâneo (1979 a 1994)**. Santa Maria: UFSM, 2003

NUNES, João Arriscado. **Erving Goffman, A Análise de Quadros e a Sociologia da Vida Quotidiana**. Coimbra, 1993.

PORCELLO, Flávio. **Telejornalismo e Poder: A moeda política que regula as relações de troca no Brasil**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Dezembro de 2009.

PRIMO, Alex. **Quão real é a @realwbonner?** 27/10/2009.

PULITI, Paula. **A Financeirização do Noticiário Econômico: O Uso de Estratégias de Comunicação Por Grupos de Interesse e Seu Impacto nos Conteúdos Jornalísticos**. Brasília: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2010.

PULITI, Paula. **A Financeirização do Noticiário Econômico (1989-2002)**. São Paulo, Tese de doutorado, 2009.

PULITI, Paula. **História do Jornalismo Econômico no Brasil: Do Café ao Tempo Real**. São Paulo: USP, 2011.

RESENDE, André Lara. **Consenso e Contrassenso: déficit, dívida e previdência**. 2019.

SANTIAGO, Silvano. **O Cosmopolitismo do Pobre: Intensidades Discursivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SOUZA, Jessé. **A Classe Média no Espelho**. Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

WEBER, M. H. **A imagem pública**. In: RUBIN, A. A. C. **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: UFBA, 2004.